



## Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

14.ª Sessão Data 00/08/15 Em, 30 de Abril de 2015.

As doudas opiniões para parecer.

Presidente

Mensagem nº. 14/2015

Senhor Presidente,

*Recebido  
Em 30/04/2015*

Manoel Roberto do Carmo  
Diretor Legislativo

Com elevada honra é que submetemos à apreciação dessa Colenda Câmara o Projeto de Lei Complementar, elaborado em observância ao disposto no art. 165 da Constituição Federal, e no art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que “Estabelece as Diretrizes a serem observadas na Elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2016 e dá outras providências”.

Na elaboração do referido projeto foram observados os preceitos técnicos e a legislação pertinente, assim como foram priorizadas a participação de todas as unidades administrativas responsáveis pelo desenvolvimento das ações governamentais.

Salientamos que esta Lei Complementar de Diretrizes Orçamentárias norteia as Ações Governamentais, em conformidade aos anseios de nossa população, e estão em consonância com as metas e perspectivas de arrecadação de receita prevista para o exercício de 2016 e os dois subsequentes. Face a conjuntura nacional, no que respeita às transferências intergovernamentais, mantivemos perspectivas conservadoras, principalmente pelas indefinições dos órgãos gerenciadores desses recursos.

Destacamos também, nossa constante preocupação em levantar dados pertinentes aos recursos que farão frente aos custos com Pessoal e Encargos, aos valores das ações governamentais na manutenção e funcionamento dos Órgãos Públicos, bem como o montante do serviço da dívida, priorizando assim a manutenção dos serviços atualmente ofertados a população e a preservação do patrimônio público.

Somente depois de vencidas estas fases do planejamento, foram alocados os recursos destinados aos Investimentos em Obras e Equipamentos, recursos estes

*12*



## **Município da Estância Balneária de Praia Grande**

ESTADO DE SÃO PAULO

imprescindíveis para alavancarmos o Programa “Avança PG” no exercício financeiro de 2016 com a implantação de 10 (dez) novas unidades escolares, sendo 3 (três) de Educação Infantil e 7 (sete) do Ensino Fundamental e também dos Caps I e II e Caps AD, forjando esta peça orçamentária de maneira compatível com as premissas desta Administração e com as demandas sociais. Por conta disto, fez-se necessário o ajustamento das metas e prioridades estabelecidas anteriormente na elaboração do Plano Plurianual vigente buscando promover a harmonização entre as peças orçamentárias do Município.

Cabe ressaltar, a sensível redução observada em relação aos recursos destinados as expansões em função não só do crescimento vegetativo dos serviços colocados à disposição da população, mas de forma enfática pelos índices inflacionários alcançados recentemente, os quais ultrapassaram em muito a meta estabelecida e considerada razoável pelo Governo Federal, e, por tudo isso, quiçá, exigirá uma revisão da Planta Genérica de Valores, trazendo-a mais próxima da realidade da qual está significativamente afastada e, com isso, manter a capacidade de investimento no nível das demandas da sociedade.

No que diz respeito à política salarial do quadro de servidores, está prevista a reposição do índice de inflação passada, como forma de manter o poder aquisitivo do servidor municipal. Ainda, dissertando sobre esta matéria, em especial ao que tange as contribuições ao RPPS, esta propositura obedece ao que estabelece as Leis Complementares Municipais nº. 666 /2013 e 683/2014 que tratam da momentânea substituição da alíquota suplementar preconizadas na última Avaliação Atuarial pelo aporte de bem imóvel transferido pelo Poder Executivo mediante celebração de escritura pública de doação. Com isso, a alíquota Patronal da Administração Direta e Indireta permanece em 13,25% nos exercícios de 2016 e 2017, saltando para 26,25% em 2018, sendo 13% referentes à retomada da alíquota suplementar já supracitada.

Além da escassez de recursos, um fator preponderante em manter esta política de pessoal é o grau de comprometimento da Receita Corrente Líquida, o qual é ditado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e acompanhado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.





## **Município da Estância Balneária de Praia Grande**

ESTADO DE SÃO PAULO

Por esta razão, visando garantir uma cobertura para riscos e eventos fiscais imprevistos, fica estimada uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, de no máximo 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida.

Esta proposta de LDO contempla ainda as medidas que em primeiro momento, conseguimos apurar como necessárias para o cumprimento dos Termos de Ajustes de Conduta, firmados entre a municipalidade e o Ministério Público.

Dada à importância deste projeto de Lei Complementar na definição dos rumos da sustentabilidade do município, cabe-nos alertar quanto à indispensável compreensão e colaboração dos servidores em geral, da sociedade civil organizada, dos munícipes e, notadamente, dessa Edilidade, para que num esforço conjunto com a Administração Municipal, permitam que sejam alcançadas as metas fixadas, visando não só o equilíbrio das contas públicas, mas também procurando alcançar uma maior satisfação das demandas sociais.

Certo de que a matéria será alvo de especiais deferências dessa Casa de Leis, e do espírito público que norteia a relação entre o Executivo e o Legislativo, esperamos a participação e compreensão de todos os Membros dessa Colenda Casa para deliberação e aprovação deste Projeto que norteará a elaboração da peça orçamentária de 2016.

Sem mais, aproveitamos a oportunidade para reiterar as Vossas Excelências os nossos especiais protestos de elevado apreço.

Atenciosamente,

  
**Alberto Pereira Mourão**  
**Prefeito**

Ao Excelentíssimo Senhor  
Roberto Andrade e Silva  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Praia Grande / SP



# Município da Estância Balneária de Praia Grande

Estado de São Paulo

## RELATÓRIO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO EM 2015

Em observância ao parágrafo único do artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, segue relatório contendo informações relativas a posição dos projetos em andamento no exercício de 2015.

ORDEM	PROJETOS EM ANDAMENTO	REALIZADO
1	Substituição de lâmpadas Incandescentes dos Semáforos por Led's	15,00%
2	CEF – Urbanização do Núcleo Piratas	73,22%
3	Implantação da Logística Reversa de Embalagens de Óleo Lubrificante Automotivo	35,00%
4	Implantação da Logística Reversa de Gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos na fase pós-consumo	25,00%
5	Coordenação do grupo de trabalho e apoio técnico para elaboração do Plano de Arborização Municipal	80,00%
6	Recuperar área Profundir/Campanhas	90,00%
7	Recuperar área Antigo Lixão/Investigação Detalhada	75,00%
8	Construção de Quadra Poliesportiva coberta com vestiário – Bairro Nova Mirim	20,00%
9	Construção de Centro de Excelência do Judô	30,00%
10	Área de Lazer para a Escola de Ensino Fundamental – Bairro Ocian	15,00%
11	Área de Lazer para a Escola de Ensino Infantil – Bairro Ocian	40,00%
12	Construção de Unidade de Ensino Fundamental Ocian	45,00%
13	Construção de Unidade de Ensino Fundamental Caiçara	65,00%
14	Construção de Unidade de Ensino Fundamental Mirim	70,00%
15	Construção de ETIM – Maracanã	65,00%
16	Construção de Unidade de Ensino Infantil Núcleo Piratas	Procedimento Licitatório
17	Construção de Unidade de Ensino Fundamental Núcleo Piratas	Procedimento Licitatório
18	Construção de Unidade de Ensino Infantil Aviação	Procedimento Licitatório
19	Construção de Unidade de Ensino Fundamental Aviação	Procedimento Licitatório
20	Construção de ETIM – Aviação/Guilhermina	Procedimento Licitatório
21	Construção de Unidade de Ensino Fundamental Ipanema/Mirim	Procedimento Licitatório
22	Construção de Unidade de Ensino Fundamental e Infantil Ribeirópolis	Procedimento Licitatório
23	ST/UAM – Serviços Complementares da Reurbanização da Av. Presidente Kennedy	100,00%
24	CEF – Pavimentação e Drenagem no Jardim Marília e Canalização do Canal dos Japoneses	00,00%
25	DADE 2013 - Remodelação da Av. Ayrton Senna da Silva – FASE 2	21,27%
26	DADE 2014 – Remodelação da AV. Ayrton Senna da Silva – FASE 2 Complementar	00,00%
27	DADE 2014 – Revitalização do Centro Expandido do Bairro Boqueirão	00,07%
28	FEHIDRO – Readequação Hidráulica do Canal Samambaia	38,95%
29	FUNDO – Execução de Rotatória e Pavimentação de ruas no Bairro Aviação	100,00%
30	CEF – Pavimentação e Drenagem do Bairro Melvi	100,00%





# Município da Estância Balneária de Praia Grande

Estado de São Paulo

ORDEM	PROJETOS EM ANDAMENTO	REALIZADO
31	CEF – Reurbanização do passeio da AV.Roberto de Almeida Vinhas entre rua Dorivaldo Loria e rua do canal	00,00%
32	Execução de Pavimentação e Drenagem em ruas dos bairros Sítio do Campo e Vila Sônia	00,00%
33	CEF – Reurbanização do calçadão da orla da praia entre os bairros Boqueirão a Mirim	00,00%
34	CEF – Execução de pavimentação,drenagem e rede de esgotamento no Núcleo Mirim	00,00%
35	CEF – Pavimentação e Drenagem da Rua 27 e avenida J no complexo Administrativo	00,00%
36	CEF – Pavimentação e Drenagem da Avenida Z no complexo Administrativo	00,00%
37	CEF – Pavimentação e Drenagem de diversas vias no bairro Maracanã	00,00%
38	CEF – Revitalização Urbanística da Avenida Guilhermina	00,00%
39	CEF – Revitalização do passeio da Av. Ministro Marcos Freire entre a curva do S e a rua João de Paula Philbert	00,00%
40	CEF – Revitalização do passeio da Av. Ministro Marcos Freire entre a rua João de Paula Philbert a Rua José Bonifácio	00,00%
41	CEF – Revitalização Urbanística das Ruas de Acesso do Bairro Aviação	00,00%
42	CEF – Pavimentação da Rua Ricieri Fordiani	00,00%
43	CEF – Pavimentação e Drenagem em vias do município de Praia Grande	00,00%
44	CEF – Implantação de corredores de Transporte Coletivo as avenidas marginais à rodovia Padre Manoel da Nóbrega	00,00%
45	CEF – Reforma do Centro Esportivo Municipal Antartica – Ginásio Magic Paula	00,00%
46	CEF – Reforma e modernização do campo de Futebol – Botafogo	00,00%
47	CEF – Reforma e modernização do campo de Futebol – Real	00,00%
48	CEF – Reforma e modernização do campo de Futebol – Unidos	00,00%
49	CEF – Construção do Centro de Iniciação ao Esporte – CIE	00,00%
50	CEF – Reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde – CAPS	00,00%
51	CEF – Construção de Unidade de Atenção Especializada em Saúde - CER	00,00%
52	MS - Reforma de Unidade Básica de Saúde Boqueirão	43,85%
53	MS - Construção de Unidade Básica de Saúde - USAFA RIO BRANCO	09,61%
54	MS - Construção de Unidade Básica de Saúde - USAFA CALIPAL	20,51%
55	MS - Construção de Unidade Básica de Saúde - USAFA MARACANÃ	09,72%
56	MS - Construção de Unidade Básica de Saúde - USAFA SANTA MARINA	00,00%
57	MS - Construção de Unidade Básica de Saúde - USAFA ALOHA	19,11%
58	MS - Construção de Unidade Básica de Saúde - USAFA OCIAN	09,40%
59	MS - Construção de Academia de Saúde São Jorge	80,00%
60	MS - Construção de Academia de Saúde - Construção Polo Samambaia	00,00%
61	MS - Construção de Academia de Saúde Construção Polo Melvi	00,00%
62	MS - Construção de Academia de Saúde Construção Polo Maracanã	00,00%
63	MS - Construção de Academia de Saúde - Construção Jardim Aloha	00,00%
64	MS - Construção de Academia de Saúde - Construção de Polo Santa Marina	00,00%
65	MS - Construção de Academia de Saúde - Construção de Polo Rio Branco	00,00%



# Município da Estância Balneária de Praia Grande

Estado de São Paulo

ORDEM	PROJETOS EM ANDAMENTO	REALIZADO
66	MS - Construção de Academia de Saúde - Construção de Polo Ocian	00,00%
69	MS - Construção de Academia de Saúde - Construção Polo Calipal	00,00%
70	CEF - Reforma e Modernização do Campo de Futebol - Magic Paula	00,00%
71	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica Financeira para Instalação do CITPG	60,00%
72	GEM – Gestão de Educação Municipal	70,00%
73	Remodelação da ferramenta para atualização do Portal da Prefeitura de Praia Grande	20,00%
74	Sistema de Recursos Humanos	10,00%
75	Sistema de Controle de Processos Judiciais	95,00%
76	Sistema de Competições e Atletas	05,00%
77	Geração de Remessa da 2ª via do IPTU	60,00%
78	Modernização do Sistema de Gestão de Tributos	10,00%
79	Projeto Cultura Urbana (Parceria CMDCA)	00,00%
80	Padronização da Frota de Taxi	00,00%
81	Renovação/Modernização Sistema de Transporte	05,88%
82	Modernização dos abrigos de ônibus existentes	01,24%
83	Implantação de bicicletário público	00,00%

Em 30 de Abril de 2015

ALBERTO PEREIRA MOURÃO  
PREFEITO





**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR.. 008/15

19.ª Sessão Data 27/05/15  
Encaminhamento APROVADO  
EM 1ª DISCUSSÃO  
\_\_\_\_\_  
Presidente

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.

Prefeito da Estância Balneária de Praia Grande,  
Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,  
Faço saber que a Câmara Municipal, em sua  
..... Sessão..... realizada em..... de..... de 2015, aprovou e eu  
promulgo a seguinte Lei Complementar:

**CAPITULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Esta lei complementar estabelece, nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

**Parágrafo único.** Além das normas a que se refere o *caput*, esta Lei Complementar dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**CAPITULO II**  
**DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 2º.** As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2016 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, integrante desta lei complementar, as quais têm precedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo em limite à programação da despesa.

**Parágrafo único.** As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-ão modificadas por leis posteriores, inclusive pela lei orçamentária, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

19.ª Sessão Data 10/06/15  
Encaminhamento APROVADO  
EM 2ª DISCUSSÃO  
\_\_\_\_\_  
Presidente



**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**CAPITULO III**  
**DAS METAS FISCAIS**

**Art. 3º.** As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2016 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta lei complementar, desdobrado em:

Tabela 1 - Metas Anuais;

Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Tabela 6 – Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

**CAPÍTULO IV**  
**DOS RISCOS FISCAIS**

**Art. 4º.** Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta lei complementar, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

**CAPÍTULO V**  
**DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA**

**Art. 5º.** A lei orçamentária conterá reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.





## **Município da Estância Balneária de Praia Grande**

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º. A reserva de contingência será fixada em no máximo 3% (três) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º. Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS**

**Art. 6º.** Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente em 2016.

### **CAPÍTULO VII**

#### **DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO**

**Art. 7º.** Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

§ 1º Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

§ 2º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

**Art. 8º.** No prazo previsto no *caput* do art. 7º, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.

§ 1º. Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos



## **Município da Estância Balneária de Praia Grande**

ESTADO DE SÃO PAULO

resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 3º. Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

§ 4º. Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

§ 5º. Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos percentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.

§ 6º. A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 7º. Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º deste artigo também incidirá sobre o valor das emendas individuais eventualmente aprovadas na lei orçamentária anual.

§ 8º. Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 9º. A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **DAS DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 9º.** Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I. concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;





**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
ESTADO DE SÃO PAULO

II. admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º. Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I. prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II. lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do *caput*;

III. no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

I – no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

II – nas situações de emergência e de calamidade pública;

III - para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;

IV – para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino;

V - nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo Chefe do Poder.

## **CAPÍTULO IX**

### **DOS NOVOS PROJETOS**

**Art. 10.** A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º. A regra constante do *caput* aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

## **CAPÍTULO X**

### **DO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

**Art. 11.** Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de



## Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

### CAPÍTULO XI

#### DO CONTROLE DE CUSTOS

**Art. 12.** Para atender ao disposto no art. 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 101/00, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.

**Parágrafo único.** Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

### CAPÍTULO XII

#### DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

**Art. 13.** Observadas as normas estabelecidas pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na lei orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas, desde que em atendimento a recomendação expressa de unidade competente da Administração.

**Parágrafo único.** De igual forma ao disposto no *caput* deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

**Art. 14.** Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:

I – apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;

II - demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão concesso, em relação a sua aplicação direta;

III – justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;





## Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

IV – em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na lei orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

V – vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.

VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

**§ 1º.** A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

**§ 2º.** As contribuições somente serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

**§ 3º.** A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.

**Art. 15.** As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.

**Parágrafo único.** Os repasses previstos no *caput* serão efetuados em valores decorrentes da própria lei orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

**Art. 16.** Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis; e haja autorização legislativa, dispensada esta no caso de competências concorrentes com outros municípios, com o Estado e com a União.



## Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

### CAPÍTULO XIII

#### DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS

**Art. 17.** Nas receitas previstas na lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

**Art. 18.** O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

II - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III - modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e mais justa;

IV - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

**Art. 19.** A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no *caput* do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.

### CAPÍTULO XIV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 20.** O Poder Executivo poderá, mediante lei específica, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2016 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.





## Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, consideram-se exceções as atividades de *ciência, tecnologia e inovação*, podendo realizar as permutas entre as dotações orçamentárias mediante decreto do Poder Executivo.

**Art. 21.** Em cumprimento ao que dispõe expressamente o art. 167, VI, da Constituição Federal, as permutas de recursos orçamentários, quando realizados no âmbito de um mesmo órgão e na mesma categoria de programação, independem de autorização legislativa.

**Parágrafo único.** As categorias econômicas e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).

**Art. 22.** As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

**Art. 23.** A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 30 de agosto de 2015.

**§ 1º.** O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no *caput*, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2015 e 2016, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**§ 2º.** Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele Poder.

**Art. 24.** Não sendo encaminhado o autógrafo do projeto de lei orçamentária anual até a data de início do exercício de 2016, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

**§ 1º.** Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

**§ 2º.** Na execução das despesas liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2016 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**§ 3º.** Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei dos orçamentos no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, excepcionalmente, por decreto do Poder Executivo, após a publicação da lei orçamentária.

**§ 4º.** Ocorrendo a hipótese deste artigo, as providências de que tratam os arts. 7º e 8º serão efetivadas até o dia 30 de janeiro de 2016.



**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 25.** As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2016 serão inscritas em restos a pagar, processados e não processados, e, para comprovação da aplicação dos recursos nas áreas da educação e da saúde do exercício, terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente.

**Art. 26.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

....., ..... de ..... de 2015.

  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
**PREFEITO**

## Município de PRAIA GRANDE

## Quadro I

## CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

DISCRIMINAÇÃO	Realizado	Valores constantes - projeção			
	Arrecadado 2014	Reestimativa 2015	Estimativa 2016	Estimativa 2017	Estimativa 2018
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	1.056.072	1.116.697	1.058.285	1.073.033	1.086.748
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	391.428	424.634	435.752	445.686	453.379
Impostos	334.397	363.334	373.937	382.738	389.500
Imposto sobre a Prop. Predial e Territ. Urbana	226.915	257.496	267.392	274.951	280.964
Imposto s/ Transmissão Inter-Vivos Bens Imóveis	45.396	43.089	43.235	43.442	43.442
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	34.622	36.766	37.242	38.152	38.901
Imposto de Renda Retido na Fonte	27.464	25.983	26.066	26.193	26.193
Taxas	56.966	61.265	61.782	62.917	63.849
Pelo Exercício do Poder de Polícia	13.653	14.638	14.349	14.304	14.263
Pela prestação de serviços	43.313	46.627	47.433	48.613	49.586
Contribuição de Melhoria	65	35	33	31	30
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	90.245	93.272	98.071	102.809	107.829
Contribuições Sociais para o RPPS	69.161	72.720	77.325	81.964	86.884
Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	21.084	20.552	20.746	20.845	20.945
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	43.174	74.183	38.148	36.879	38.175
Receitas Imobiliárias	0	0	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	37.125	33.648	32.211	33.433	34.957
Demais Receitas Patrimoniais	6.049	40.535	5.937	3.446	3.218
Receita agropecuária	0	0	0	0	0
Receita industrial	0	0	0	0	0
Receita de serviços	332	335	0	0	0
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	473.108	469.699	439.936	441.965	442.902
Transferências da União	156.034	155.252	151.046	149.311	146.194
Fundo de Participação dos Municípios	54.856	53.005	53.446	54.970	56.069
Cota-parte do Imposto Territorial Rural	9	9	9	8	8
Cota-parte do IOF/Ouro	0	0	0	0	0
Outras Transferências da União	101.169	102.238	97.591	94.333	90.117
Transferência Financeira - LC 87/96 (Lei Kandir)	390	0	0	0	0
Transferências do SUS	58.997	58.387	56.323	53.898	51.577
Transferência do Salário-educação (FNDE)	22.917	26.125	23.726	23.483	22.176
Demais Transferências do FNDE	5.360	6.770	6.876	6.745	6.597
Transferências do FNAS	1.660	2.042	2.230	2.134	2.042
Demais Transferências da União	11.845	8.914	8.436	8.073	7.725
Transferências dos Estados	111.564	117.378	118.326	119.882	122.978
Cota-parte do Imp.s/ Circulação de Merc. e Serv.	77.315	81.300	82.383	84.432	86.121
Cota-parte do Imp.s/ Veículos Automotores	32.328	33.669	35.131	35.310	36.722
Cota-parte do Imp.s/ Prod. Industr./Exportações	631	664	667	0	0
Transferência Financeira da CIDE	29	19	27	27	27
Demais Transferências dos Estados	1.261	1.726	118	113	108
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB	157.598	175.603	165.252	167.573	168.644
Transferências de Instituições Privadas	0	0	0	0	0
Transferências do Exterior	0	0	0	0	0
Transferências de Pessoas	210	173	0	0	0
Transferências de Convênios	47.702	21.293	5.312	5.199	5.086
Outras rec.correntes (exceto juros de emprést.)	90.425	88.568	80.705	80.638	80.247
Juros de empréstimos concedidos	0	0	0	0	0
Dedução das receitas correntes (contrib. FUNDES)	32.640	33.994	34.327	34.944	35.784
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	14.298	132.968	16.753	16.032	15.341
Operações de crédito	0	0	0	0	0
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	0	0	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0	0	0
Receita de Privatizações	0	0	0	0	0
Amortização de empréstimos	0	0	0	0	0
Transferências de capital	14.298	132.968	16.753	16.032	15.341
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0
<b>Total geral das receitas</b>	1.070.370	1.249.665	1.075.038	1.089.065	1.102.089
Receitas primárias advindas de PPPs	0	0	0	0	0

\*FONTE: CN - SIFPM\* - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04  
MLDO Receita - Conan LTDA - www.conan.com.br

Município de PRAIA GRANDE

Quadro I

CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

MLDO Receita - Conam LTDA - www.conam.com.br

Fonte e Notas Explicativas

Prefeitura Municipal de Praia Grande: 1- A receita arrecadada do exercício de 2014 foi extraída do Balancete Analítico da Receita Orçamentária, competência 12/2014, do sistema contábil CONAM-SFPM;

2 - A reestimativa da Receita do Poder Executivo para o exercício de 2015 teve como parâmetros a arrecadação até o 1º trimestre de 2015, com suas devidas correções para o exercício;

3 - ITU - Para a projeção do Imposto Territorial Urbano considerou-se a expectativa de arrecadação para o exercício de 2015 acrescida de uma inflação estimada de 6%;

4 - IPU - Para a projeção do Imposto Predial Urbano considerou-se o valor esperado para o exercício de 2015, acrescido de um crescimento vegetativo na proporção de 2% e uma inflação estimada de 6%;

5 - Na projeção do Imposto de Renda retido na Fonte sobre Outros Rendimentos do do ITBI considerou-se uma inflação estimada de 6% sobre o valor esperado para 2015;

6 - Na projeção do ISSQN considerou-se UM PIB DE 1% e uma inflação estimada de 6% sobre a arrecadação esperada para o exercício de 2015, à exceção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Autônomo que foi considerado o valor da arrecadação prevista para 2015;

7 - Para as taxas de licença, func. est. com. ind. serv. e de publicidade comercial considerou-se 5% de crescimento vegetativo;

8 - Para as taxas de :comercio ambulante, licença comércio de feirantes, de feira de artesanato, de banca de jornais e de utilização de área considerou-se o mesmo valor de arrecadação do exercício de 2015;

9 - Na estimativa da Taxa de lixo considerou-se 2% de crescimento vegetativo e uma inflação estimada de 6%;

10 - Para a receita de Pavimentação e Obras Complementares foi mantido o valor revisto para o exercício de 2015;

11 - Na projeção da remuneração bancária de recursos não vinculados e vinculados foi considerado 90% do saldo médio esperado para o exercício de 2015;

12 - Cota Parte - FPM - Em relação ao Fundo de Participação dos Municípios considerou-se 1% de PIB e 6% estimado de inflação sobre o valor da transferência esperada para o exercício de 2015;

13 - Para a Cota Parte do imposto s/prop. terr rural - ITR manteve-se o valor previsto para 2015;

14 - Quanto às Cotas partes de royalties - FEP lei 7990/89 e royalties ANP-Lei 9478/97 manteve a previsão ao nível do esperado para 2015 em razão das dificuldades quanto às projeções devido as variações cambiais;

14 - Cota Parte Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS considerou-se um PIB de 1% e uma inflação estimada de 6% sobre 2015;

15 - Cota Parte Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - considerou-se o crescimento vegetativo da frota na ordem de 4% acrescido da inflação esperada para o período na ordem de 6%;

16 - Cota Parte Contribuição DE Intervenção Econômico - CIDE - Mantida a média esperada para o exercício de 2015;

17 - Multas e Juros de Mora de Tributos/Receita de ônus de Sucumbência/Correção Monetária de Tributos - Para este item de arrecadação considerou-se a inflação estimada de 6% sobre o valor esperado em 2015;

18 - Desconto bom Pagador - Coeficiente calculado tendo por base o valor bruto do IPTU e Taxa de Lixo;

19 - Dedução das Receitas Correntes para Formação do FUNDEB - Contribuição DE 20% para formação do FUNDEB considerando a arrecadação bruta do FPM, ITR, ICMS, IPVA e IPI;

20 - Fundo Municipal de Habitação - Tendo por base os conjuntos habitacionais integrantes do Fundo Municipal de Habitação considerou-se um reajuste contratual de 4% e uma inadimplência de 30%;

21 - Para os repasses de recursos oriundos do DADE e do FEHIDRO considerou-se as informações da Secretaria de Obras Públicas;

22 - Em relação as Taxas de Obras considerou-se um crescimento vegetativo de 6%;

23 - CIP - Contribuição de Iluminação Pública - Considerou-se um crescimento anual de 5% ao ano;

24 - Receitas do Fundo Nacional de Assistência Social e Fundo Estadual de Assistência Social - FNAS/FEAS - Para as projeções de repasse dos recursos provenientes do FNAS e FEAS considerou-se as expectativas de repasse conforme portarias diversas do Governo Federal e Estadual;

25 - Bloco Assistência Farmaceutica - Calculado tendo por base a portaria n3 1555 de 30/07/2013 tendo R\$ 5,10 per capita para uma população de 267.307 habitantes;

26 - Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - UPA - Portaria MS 837 de 14/05/2013 Qualificação custeio UPA PORTE III R\$ 500.000,00 Mês;

27 - Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU 192 (MAC) - Valores de Repasse tendo por base portarias 570 de 29/03/2012, portaria 1473 de 18/07/2013, Portaria 2332 de Outubro de 2013;

28 - Rede Cegonha Valores de Repasse considerando a portaria 3160 de 28/12/2012 e Portaria 1459 de 24/06/2011;



Município de PRAIA GRANDE

Quadro I

CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

- 29 - RAU - HOSPITAL - Calculado tendo por base a portaria 2395 de 11/10/2011;
- 30 - Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC - conforme portaria 227 de 20/03/2012;
- 31 - PAB FIXO - Calculado considerando a portaria 1409 de 10/07/2013 tendo um per capita de R\$ 24,00 para uma população de 272.390 habitantes;
- 32 - PAB VARIÁVEL SAÚDE DA FAMÍLIA - SF - Considerando portaria 978 de 16/05/2012, portaria MS 2488/11 sendo um repasse mensal de R\$ 7.130,00;
- 33 - PAV VARIÁVEL SAÚDE BUCAL - SB - Considerou-se a portaria 978 de 16/05/2012 para um repasse de R\$ 2.230,00 por equipe de saúde bucal;
- 34 - PAB VARIÁVEL AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE -ACS - Metodologia de Cálculo de acordo com a portaria 314 de 28/02/2014 considerando 389 ACS e um per capita de R\$ 1.014,00/mês;
- 35 - PROJETO VERÃO - Metodologia conforme resolução SS 23/02/2015;
- 36 - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL - Valor calculado com base na resolução SS 57 de 07/06/2013 considerando um per capita de R\$ 3,00;
- 37 - FUNDEB - Para a transferência dos recursos do FUNDEB para 2016 considerou-se um PIB nacional de 1,40% bem como a estimativa de alunos conforme quadro de ocupação competência fevereiro de 2015;
- 38 - Em relação a Quota Estadual Salário Educação considerou-se também um quadro de ocupação referente ao mês de fevereiro de 2015 bem como um repasse per capita de R\$ 558,66 conforme portaria FNDE nº 83 de 20/02/2014;
- 39 - SEE MERENDA (ESTADUAL) - Os recursos referente ao convênio com a Secretaria Estadual da Educação tiveram como base o quadro de ocupação municipal de fevereiro de 2015 e com valores per capita oscilando entre R\$ 0,50 e 2,00 de acordo com o nível de ensino;
- 40 - Em relação ao PNAE também considerou-se o quadro de ocupação de fevereiro de 2015 tendo um per capita entre R\$ 0,30 a R\$ 1,00/dia para 200 dias letivo;

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Informações extraídas do CN - SIFPM, conforme Balancete Analítico da Receita e da Avaliação Atuarial 12/2014.



## CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015

2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

Categoria Econ. e Grupos de Nat. de Despesa	Realizado	Valores constantes - projeção			
	Empenhado 2014	Reestimativa 2015	Estimativa 2016	Estimativa 2017	Estimativa 2018
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	872.776	918.769	979.653	998.451	1.026.100
1 Pessoal e Encargos Sociais	458.870	525.058	593.296	597.054	643.918
2 Juros e Encargos da Dívida	10.630	11.940	11.999	10.759	9.701
3 Outras Despesas Correntes	403.276	381.771	374.358	390.638	372.481
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	117.133	305.191	44.065	38.977	21.270
4 Investimentos	92.815	280.089	20.256	16.811	16.090
5 Inversões Financeiras	885	601	590	577	553
Concessão de empréstimos	0	0	0	0	0
Aquisição de títulos de capital integralizado	885	601	590	577	553
Demais Inversões Financeiras	0	0	0	0	0
6 Amortização da Dívida	23.433	24.501	23.219	21.589	4.627
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	0	49.032	51.320	51.637	54.719
Para suplementações	0	10.481	9.468	9.058	8.667
Para cobertura de passivos contingentes	0	0	0	0	0
Capitalização do RPPS	0	38.551	41.852	42.579	46.052
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	989.909	1.272.992	1.075.038	1.089.065	1.102.089
Despesas primárias advindas de PPPs	0	0	0	0	0

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04



Município de PRAIA GRANDE

Quadro II

**CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS**

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

**Fonte e Notas Explicativas**

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Informações extraídas do CN - SIFPM, conforme Balancete da despesa e da Avaliação Atuarial data 12/2014.

MLDO Despesa - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)





## CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMINAL

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015

2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

Especificação	Saldo em 31 de dezembro					
	Realizado		Valores constantes - projeção			
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	143.403	139.649	134.398	135.193	117.191	109.608
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Dívida Contratual	126.220	105.803	112.741	117.476	101.388	95.456
Precatórios posteriores a 5.5.2000	12.788	69	0	0	0	0
Dívidas confessadas, parceladas ou não parceladas	4.395	33.777	21.657	17.717	15.803	14.152
De tributos	0	0	0	0	0	0
De contribuições sociais	4.395	33.777	21.657	17.717	15.803	14.152
Previdenciárias - INSS	2.349	0	0	0	0	0
Previdenciárias - RPPS	0	3.788	1.970	143	0	0
Demais contribuições - Pasep	2.046	29.989	19.687	17.574	15.803	14.152
Do FGTS	0	0	0	0	0	0
Demais dívidas, ainda que não confessadas	0	0	0	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	189.308	199.635	180.000	170.369	163.033	156.013
Ativo Disponível	157.933	194.591	170.000	160.904	153.975	147.345
Haveres financeiros	38.848	8.191	20.000	18.930	18.115	17.335
Empréstimos e financiamentos	0	0	0	0	0	0
Outros créditos	38.848	8.191	20.000	18.930	18.115	17.335
(-) Restos a Pagar processados	7.473	3.147	10.000	9.465	9.057	8.667
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	-45.905	-59.986	-45.602	-35.176	-45.842	-46.405
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0	0	0	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	4.395	33.777	21.657	17.717	15.803	14.152
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III) + (IV) - (V)	-50.300	-93.763	-67.259	-52.893	-61.645	-60.557

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018
RESULTADO NOMINAL - Valores Constantes			14.366	-8.752	1.088
RESULTADO NOMINAL - Valores Correntes	-43.463	26.504	15.177	-9.662	1.255

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

Município de PRAIA GRANDE

Quadro III

CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMINAL

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

Fonte e Notas Explicativas

Prefeitura Municipal de Praia Grande: 1 - Os valores do exercícios de 2013 e 2014 foram extraídos do sistema contábil SFPM exercício de 2014 - RREO Anexo 5, LRF, artigo 53, inciso III;

2 - Para os exercícios de 2015 a 2018 utilizou-se a média dos exercícios anteriores;

MLDO dívida - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

**Prefeitura Municipal de Praia Grande**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**Demonstrativo de riscos fiscais e providências**  
**2016**

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ milhares

PASSIVOS_CONTINGENTES		Providencias	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Sub total	0	Sub total	0

DEMAIS_RISCOS_FISCAIS		Providencias	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Sub total	0	Sub total	0

Total Geral	0	Total Geral	0
-------------	---	-------------	---

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 14:04

**Fontes e notas explicativas:**

Prefeitura Municipal de Praia Grande: 1 - No momento de elaboração desta LDO este município não vislumbra nenhum fato que possa ser classificado como risco fiscal.





**Município de PRAIA GRANDE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**Tabela 1 - Metas Anuais**  
**2016**

AMP - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

CONSOLIDADO									
Especificação	2016			2017			2018		
	Valor corrente (a)	Valor constante	% PIB (a) / (PIB) x 100	Valor corrente (b)	Valor constante	% PIB (b) / (PIB) x 100	Valor corrente (c)	Valor constante	% PIB (c) / (PIB) x 100
Receita total	1.135.777	1.075.038	0,0584	1.202.374	1.089.065	0,0583	1.271.506	1.102.089	0,0581
Receitas primárias (I)	1.101.746	1.042.827	0,0567	1.165.462	1.055.632	0,0565	1.231.176	1.067.132	0,0563
Despesa total	1.135.777	1.075.038	0,0584	1.202.374	1.089.065	0,0583	1.271.506	1.102.089	0,0581
Despesas primárias (II)	1.097.946	1.039.230	0,0565	1.166.023	1.056.140	0,0565	1.254.338	1.087.208	0,0573
Resultado primário (III)=(I-II)	3.800	3.597	0,0002	-560	-508	-0,0000	-23.162	-20.076	-0,0011
Resultado Nominal	15.177	14.366	0,0008	-9.662	-8.752	-0,0005	1.255	1.088	0,0001
Dívida pública consolidada	142.831	135.193	0,0073	129.383	117.191	0,0063	126.457	109.608	0,0058
Dívida consolidada líquida	-37.163	-35.176	-0,0019	-50.611	-45.842	-0,0025	-53.538	-46.405	-0,0024
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Despesas Primárias geradas de PPP (V)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Impacto do saldo das PPP (VI)=(IV-V)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000

**Fonte e Notas Explicativas**

Cálculos realizados pela Prefeitura a partir de dados de exercícios anteriores, que figuram na contabilidade; pela utilização de parâmetros locais e por informações divulgadas por instituições federais sobre o comportamento da economia nacional, bem como, considerando o quadro de Parâmetros de Referência que acompanha a mensagem do projeto de LDO para 2016.

Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).



**Município de PRAIA GRANDE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**  
**2016**


AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ milhares

Especificação	Metas Pre- vistas em 2014 (a)	%	PIB	Metas Realizadas em 2014 (b)	%	PIB	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	853.656	0,0508		1.070.370	0,0636		216.714	25,3866
Receita Primária (I)	846.490	0,0504		1.033.245	0,0614		186.755	22,0623
Despesa Total	853.656	0,0508		989.909	0,0588		136.253	15,9611
Despesa Primária (II)	817.988	0,0487		954.961	0,0568		136.973	16,7451
Resultado Primário (III)=(I-II)	28.502	0,0017		78.284	0,0046		49.782	174,6614
Resultado Nominal	-41.911	-0,0025		-43.463	-0,0025		-1.552	0,0004
Dívida Pública Consolidada	111.699	0,0066		139.649	0,0083		27.950	25,0226
Dívida Consolidada Líquida	20.198	0,0012		-59.986	-0,0035		-80.184	-396,9898

\*FONTE: CN - SIFPM\* - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

**Fontes e notas explicativas:**

 Prefeitura Municipal de Praia Grande: Dados extraídos da tabela 3 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.

MLDO tabela 2 - Conan LTDA - www.conan.com.br



**Município de PRAIA GRANDE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores**  
**2016**

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ milhares

Especificação	Valores a preços correntes										
	2013	2014	¥	2015	¥	2016	¥	2017	¥	2018	¥
Receita total	759.829	853.656	12,35	964.434	12,98	1.135.777	17,77	1.202.374	5,86	1.271.506	5,75
Receitas Primárias (I)	751.462	846.490	12,65	956.428	12,99	1.101.746	15,19	1.165.462	5,78	1.231.176	5,64
Despesa total	759.829	853.656	12,35	964.434	12,98	1.135.777	17,77	1.202.374	5,86	1.271.506	5,75
Despesas Primárias (II)	719.964	817.988	13,62	931.072	13,82	1.097.946	17,92	1.166.023	6,20	1.254.338	7,57
Resultado primário (III)=(I-II)	31.498	28.502	-9,51	25.356	-11,04	3.800	-85,01	-561	-114,76	-23.162	4.028,70
Resultado Nominal	-12.695	-41.911	230,14	-14.062	-66,45	15.177	-207,93	-9.662	-163,66	1.255	-112,99
Dívida pública consolidada	153.727	111.699	-27,34	124.121	11,12	142.831	15,07	129.383	-9,42	126.457	-2,26
Dívida pública líquida	17.727	20.198	13,94	-39.378	-294,96	-37.163	-5,62	-50.611	36,19	-53.538	5,78

Especificação	Valores a preços constantes										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita total	866.901	916.314	5,70	964.434	5,25	1.075.038	11,47	1.089.065	1,30	1.102.089	1,20
Receitas primárias (I)	857.355	908.622	5,98	956.428	5,26	1.042.827	9,03	1.055.632	1,23	1.067.132	1,09
Despesa total	866.901	916.314	5,70	964.434	5,25	1.075.038	11,47	1.089.065	1,30	1.102.089	1,20
Despesas primárias (II)	821.419	878.028	6,89	931.072	6,04	1.039.230	11,62	1.056.140	1,63	1.087.208	2,94
Resultado primário (III)=(I-II)	35.936	30.594	-14,87	25.356	-17,12	3.597	-85,81	-508	-114,12	-20.076	3.851,97
Resultado Nominal	-14.483	-44.987	210,62	-14.062	-68,74	14.366	-202,16	-8.752	-160,92	1.088	-112,43
Dívida pública consolidada	175.389	119.897	-31,64	124.121	3,52	135.193	8,92	117.191	-13,32	109.608	-6,47
Dívida pública líquida	20.225	21.680	7,19	-39.378	-281,63	-35.176	-10,67	-45.842	30,32	-46.405	1,23

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).





Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores  
2016

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

Fonte e Notas Explicativas

Prefeitura Municipal de Praia Grande: 1 - Os dados das colunas referentes aos exercícios de 2013, 2014 e 2015 foram extraídos da previsões da LDOS dos mesmos exercícios de competência.

\*MLDO Tabela 3 - Conan LTDA - [www.conan.com.br](http://www.conan.com.br)



Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido  
2016

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

CONSOLIDADO (Exceto Regime Previdenciário)						
Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio	1.129.131	48,34	851.041	47,82	681.583	100,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	1.206.658	51,66	928.462	52,18	0	0,00
TOTAL	2.335.789	100,00	1.779.503	100,00	681.583	100,00

\*FONTE: CN - SIFPM\* - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	214.237	100,00	-424.882	100,00	-324.652	100,00
TOTAL	214.237	100,00	-424.882	100,00	-324.652	100,00

\*FONTE: CN - SIFPM\* - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Praia Grande: - Dados extraídos dos Balanços Patrimoniais da Prefeitura e Câmara Municipal dos exercícios de 2012 a 2014.

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: O aumento no montante do Patrimônio Líquido do Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - SP, verificado no exercício financeiro de 2014 em relação a 2013, deveu-se, principalmente, ao superávit de R\$ 455.427.298,86.



Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos**  
2016

AMP - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

Receitas Realizadas	2014 (a)	2013 (b)	2012 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	7	8	2.237
Alienação de Bens Móveis	7	8	2.237
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0

Despesas Executadas	2014 (d)	2013 (e)	2012 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0	479	1.711
DESPESAS DE CAPITAL	0	479	1.711
Investimentos	0	479	1.711
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0

Saldo Financeiro	2014	2013	2012
Saldo do Exercício Anterior			14
VALOR (III)	76	69	540

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

**Fontes e notas explicativas:**

Prefeitura Municipal de Praia Grande: Relatórios Analíticos de Movimentação Bancária, da Receita e da Despesa Paga específico por Fonte de Recurso "Alienação de Ativos", ambos extraídos do sistema CN-SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais (CONAM).

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Não houve no exercício financeiro de 2014 realização de receita de capital, conforme dados do CN - SIFPM.  
Não há saldo financeiro de exercícios anteriores oriundos da alienação de ativos.



**Município de PRAIA GRANDE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Tabela 6 - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**  
**2016**

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Receitas	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	51.396	36.024	55.037
RECEITAS CORRENTES	51.396	36.024	55.037
Receita de Contribuições dos Segurados	24.372	25.754	31.417
Pessoal Civil	24.372	25.754	31.417
Pessoal Militar	0	0	0
Outras Receitas de Contribuições	0	0	0
Receita Patrimonial	24.520	3.425	18.013
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	2.504	6.845	5.607
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	2.480	6.839	5.607
Demais Receitas Correntes	24	6	0
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0	0	0
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	31.473	33.726	37.784
RECEITAS CORRENTES	31.473	33.726	37.784
Receita de Contribuições	31.473	33.726	37.743
Patronal	31.473	33.726	37.743
Pessoal Civil	31.473	33.726	37.743
Pessoal Militar	0	0	0
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	41
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0	0	0
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II)</b>	<b>82.869</b>	<b>69.750</b>	<b>92.821</b>

Despesas	2012	2013	2014
DESPEAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	29.576	34.328	42.055
ADMINISTRAÇÃO	2.789	3.405	1.687
Despesas Correntes	2.785	3.395	1.666
Despesas de Capital	4	10	21
PREVIDÊNCIA	26.787	30.923	40.368
Pessoal Civil	26.452	30.850	40.048
Pessoal Militar	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	335	73	320
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	35	73	320
Demais Despesas Previdenciárias	300	0	0
DESPEAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	50	66	72
ADMINISTRAÇÃO	50	66	72
Despesas Correntes	50	66	72
Despesas de Capital	0	0	0
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V)</b>	<b>29.626</b>	<b>34.394</b>	<b>42.127</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)</b>	<b>53.243</b>	<b>35.356</b>	<b>50.694</b>

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	2012	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0	0	0
Plano Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
Outros Aportes para RPPS	0	0	0
Plano Previdenciário	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Outros Aportes para RPPS	0	0	0
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS	0	0	0

\*FONTE: CN - SIFPM\* - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 15:04



Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 6 - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS  
2016

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Fonte e Notas Explicativas

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Informações extraídas do CN - SIFPM.

MLDO tabela 6 - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)



**Município de PRAIA GRANDE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS**  
**2016**

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Exercício	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a - b)	Saldo financeiro do exercício (d)=(d ex.ant.)+(c)
2014	-----	-----	-----	289.893
2015	33.927	54.840	-20.913	268.980
2016	55.571	57.823	-2.252	266.728
2017	59.872	60.793	-921	265.807
2018	64.626	63.828	798	266.605
2019	69.861	67.042	2.819	269.424
2020	75.855	70.426	5.429	274.853
2021	82.887	74.777	8.110	282.963
2022	91.049	79.949	11.100	294.063
2023	99.986	84.502	15.484	309.547
2024	109.256	89.522	19.734	329.281
2025	118.837	95.506	23.331	352.612
2026	128.679	102.803	25.876	378.488
2027	138.712	111.764	26.948	405.436
2028	148.860	121.914	26.946	432.382
2029	159.110	131.632	27.478	459.860
2030	169.495	140.891	28.604	488.464
2031	179.970	152.366	27.604	516.068
2032	190.436	165.198	25.238	541.306
2033	200.855	177.944	22.911	564.217
2034	211.052	196.540	14.512	578.729
2035	221.024	208.923	12.101	590.830
2036	230.913	222.455	8.458	599.288
2037	240.683	235.811	4.872	604.160
2038	250.344	248.873	1.471	605.631
2039	259.969	259.585	384	606.015
2040	269.591	271.538	-1.947	604.068
2041	279.240	281.203	-1.963	602.105
2042	289.014	290.025	-1.011	601.094
2043	298.953	290.652	8.301	609.395
2044	305.864	304.042	1.822	611.217
2045	309.656	308.516	1.140	612.357
2046	313.456	312.664	792	613.149
2047	317.307	315.693	1.614	614.763
2048	321.268	317.996	3.272	618.035
2049	325.389	319.568	5.821	623.856
2050	329.717	320.705	9.012	632.868
2051	334.121	326.984	7.137	640.005
2052	338.451	333.370	5.081	645.086
2053	342.695	339.862	2.833	647.919
2054	346.842	346.464	378	648.297
2055	350.880	353.178	-2.298	645.999
2056	354.796	360.006	-5.210	640.789

**Município de PRAIA GRANDE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS**  
**2016**

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Exercicio	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo financeiro do exercício (d) = (d ex. ant.) + (c)
2057	358.577	366.951	-8.374	632.415
2058	362.207	374.014	-11.807	620.608
2059	365.671	381.199	-15.528	605.080
2060	368.953	388.508	-19.555	585.525
2061	372.032	395.943	-23.911	561.614
2062	374.892	403.507	-28.615	532.999
2063	377.510	411.202	-33.692	499.307
2064	379.866	419.032	-39.166	460.141
2065	381.935	426.999	-45.064	415.077
2066	383.693	435.106	-51.413	363.664
2067	385.112	443.355	-58.243	305.421
2068	386.165	451.750	-65.585	239.836
2069	386.821	460.294	-73.473	166.363
2070	387.047	468.989	-81.942	84.421
2071	386.810	477.840	-91.030	-6.609
2072	386.072	486.848	-100.776	-107.385
2073	384.794	496.017	-111.223	-218.608
2074	382.935	505.351	-122.416	-341.024
2075	380.450	514.852	-134.402	-475.426
2076	377.368	522.035	-144.667	-620.093
2077	373.639	531.943	-158.304	-778.397
2078	369.140	542.028	-172.888	-951.285
2079	363.813	552.294	-188.481	-1.139.766
2080	357.598	562.744	-205.146	-1.344.912
2081	350.432	573.382	-222.950	-1.567.862
2082	342.247	584.213	-241.966	-1.809.828
2083	332.970	595.239	-262.269	-2.072.097
2084	322.524	606.465	-283.941	-2.356.038
2085	310.829	617.896	-307.067	-2.663.105
2086	297.796	629.535	-331.739	-2.994.844
2087	283.334	641.386	-358.052	-3.352.896
2088	267.345	653.455	-386.110	-3.739.006
2089	249.724	665.745	-416.021	-4.155.027

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 14:04



Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS  
2016

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Fonte e Notas Explicativas

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Informações conforme folhas 97 a 101 da Avaliação Atuarial, data base dezembro de 2014.  
Emitida pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.  
Atuário responsável Richard Dutzmann, MIBA 935.

MLDO tabela 6.1 - Conan LTDA - [www.conan.com.br](http://www.conan.com.br)





Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita  
2016

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

Tributo	Modalidade	Setores / Programas / Beneficiário	Renúncia de receita prevista			Compensação
			2016	2017	2018	
TOTAL			0	0	0	-

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-Abr-2015 e hora de emissão 13:04

Fontes e notas explicativas:



**Município de PRAIA GRANDE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**  
**2016**

AMP - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2016
Aumento Permanente de Receita	17.018
(-) transferências constitucionais	0
(-) transferências ao Fundeb	304
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	16.714
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	16.714
Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	16.638
Impacto de Novas DOCCs	16.638
Novas DOCCs geradas por PPPs	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	76

\*FONTE: CN - SIFPM\* - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-Abr-2015 e hora de emissão 13:04

**Fontes e notas explicativas:**

Prefeitura Municipal de Praia Grande: O aumento permanente da Receita esta diretamente atrelado as receitas tributárias de gerência do Município. Dentre elas destacamos o IPU (Imposto sobre propriedade Predial Urbana) e a Taxa de Lixo que por hora projeta-se um crescimento vegetativo em torno de 2% ao ano, e o ISS devido a expectativa de crescimento do PIB em torno de 1% impactando também no aumento das Transferências Intergovernamentais, bem como ao aumento dos repasses dos recursos do FUNDEB em virtude da correção anual dos valores repassados por aluno pelo FNDE aos municípios originados pela indexação dos coeficientes utilizados no cálculo ao PIB (Produto Interno Bruto) do País e também pela atualização anual do Quadro de Ocupação (CENSO ESCOLAR) nas unidades escolares da rede municipal por conta de novas vagas ofertadas.

As novas DOCCs geradas serão provenientes da implantação de 10 (dez) novas Unidades Escolares Municipais que resultarão em despesas com pessoal e encargos, atividades de serviços e manutenção e na aquisição de merenda escolar para os alunos. Além das U.E. contemplam as DOCCs a implantação de 3 novas Unidades de Saúde que assim como as anteriores irão acarretar aumento compulsório das despesas com pessoal e encargos, bem como das atividades com manutenção predial e aquisição de material de consumo.



**Município de PRAIA GRANDE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016**  
**PARÂMETROS DE REFERÊNCIA**

Inflação		
Ano	Variação média anual %	Fator (2015 = 1.0000)
2013	6.20	0.8764881
2014	6.29	0.9316192
2015	7.34	1
2016	5.65	1.0565
2017	4.50	1.1040425
2018	4.50	1.1537244

Nota: índice adotado IPCA/IBGE.

R\$ milhares		
PIB do estado de São Paulo		
Ano	Valores Estimados	
	Constantes	Correntes
2013	1.801.975.052	1.579.409.690
2014	1.804.477.447	1.681.085.836
2015	1.813.418.829	1.813.418.829
2016	1.840.668.893	1.944.666.685
2017	1.868.278.926	2.062.659.336
2018	1.896.303.130	2.187.811.191

**Metodologia de Cálculo:**

a) As taxas de inflação de 2013 e 2014 correspondem à variação entre o índice médio do IPCA do ano em relação ao índice médio do ano anterior. Para 2015 empregou-se, na determinação da média anual, projeções atuais efetuadas pelo mercado, compatíveis com as expectativas do Governo Federal (Fonte: Relatório FOCUS do BCB, de 06/03/15). Para 2016 a 2018 considerou-se as metas atuais de inflação utilizadas pelo CMN, de 4,5% (centro da meta), medidas no acumulado de janeiro a dezembro, a partir das quais obteve-se a variação média anual do IPCA.

b) PIB Nacional de 2013 (valores correntes) obtido junto ao IBGE. Para o cálculo do PIB Nacional de 2014 foi considerado um crescimento real de 0,14% em relação ao ano anterior, em conformidade com as expectativas de mercado (Fonte: Relatório FOCUS do BCB, de 26/12/2014). Para os demais anos empregou-se um crescimento real de 0,5% em 2015 e de 1,5% em cada um dos anos de 2016 a 2018.

c) PIB estadual fixado com base nos dados fornecidos pelo IBGE, referente a 2011, com participação do Estado de São Paulo no PIB nacional de 32,6% (PIB-pm São Paulo Valor Corrente de R\$ 1.349.465.000 mil / PIB-pm Nacional Valor Corrente de R\$ 4.143.013.000 mil).  
b) PIB Nacional de 2012 e 2013 (valores correntes) obtido junto ao IBGE. Para os demais anos empregou-se um crescimento real de 2,0% em 2014 e de 2,5% em cada um dos anos de 2015 a 2017.

c) PIB estadual fixado com base nos dados fornecidos pelo IBGE, referente a 2011, com participação do Estado de São Paulo no PIB nacional de 32,6% (PIB-pm São Paulo Valor Corrente de R\$ 1.349.465.000 mil / PIB-pm Nacional Valor Corrente de R\$ 4.143.013.000 mil).

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

CONAM

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 1003 GESTAO ESTRATEGICA DA SAUDE

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :

GARANTIR O ATENDIMENTO A SAUDE DA POPULACAO COM QUALIDADE E RESPONSABILIDADE ESTABELECEndo RELACOES FORTALECIDAS ENTRE OS NIVEIS DE ATENCAO, OTIMIZANDO AS ACOES DE SAUDE, COM A MELHORIA DA GESTAO ATRAVES DA QUALIFICACAO DOS SERVIDORES.

Valor do Programa

Corrente

213.851

Capital

5.790

Total

219.641

Orgao Resposavel Principal : 05.00.00

SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA

Indicador :

Indice mais Recente

Indice Futuro 2016

MEDIA DA ACAO COLETIVA DE ESCOVACAO DENTAL SUPERVISIONADA	% PERCENTUAL	1,99	3
COBERTURA POP. ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENCAO BASICA	% PERCENTUAL	58,37	90
COBERTURA POP. ESTIMADA PELAS EQUIPES DE SAUDE BUCAL	% PERCENTUAL	17,62	25
PROPORCAO DE PARTOS NORMAIS	% PERCENTUAL	47,51	55
PROP.DE NASC VIVOS DE MAES C/ NO MNIMO 7 CONSULTAS PRE NATAL	% PERCENTUAL	75,50	75,50
NUMERO DE OBITOS MATERNOS	UNIDADES	1	1
COB VACINAL C/ VACINA TETRA/PENTAVALENTE EM MENORES DE 1 ANO	% PERCENTUAL	35,07	95
PROPORCAO DE REGISTROS DE OBITOS COM CAUSA BASICA DEFINIDA	% PERCENTUAL	97,80	94
NUMERO ABSOLUTOS DE OBITOS POR DENGUE	UNIDADES	1	1
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	RAZAO	19,90	12
PROPORCAO DE OBITOS INFANTIS E FETAIS INVESTIGADOS	% PERCENTUAL	60	90
PROP/OBITOS MAT E DE MULH DE IDADE FERTIL POR CAUSAS PRESUM	% PERCENTUAL	36,59	95
INCIDENCIA DE SIFILIS CONGENITA	UNIDADES	10	20
TX DE INCIDENCIA DE AIDS EM < DE 5 ANOS(POR 100 MIL HAB)	UNIDADES	1	1
PROP CASOS DOENCAS DE NOTICACAO COMPULS ENERRADOS APOS NOT	% PERCENTUAL	85	85
RZ EXAMES CITOPATOLOGICOS COLO DO UTERO EM MULHERES 25 A 64	RAZAO	0,02	0,26
RAZ DE MAMOGRAFIA EM MULH DE 50 A 69 ANOS E A POP FEMININA	RAZAO	0,02	0,20
PROP CURA NAS COORTES DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR	% PERCENTUAL	67,65	80
PROP CURA CASOS NOVOS DE HANSENIASE DIAG NOS ANOS COORTES	% PERCENTUAL	90	90
% DE REAL DAS ANALISES DE VIG DA QUAL DA AGUA, REF COLIFORMES	% PERCENTUAL	35	80

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

1086	CONSTRUCAO DAS UNIDADES DE SAUDE - MAC	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	UNIDADE DE SAUDE CONSTRUIDA / ANO	UNIDADES	1
1087	AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADES DE SAUDE - MAC	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	NUMERO DE UNIDADES REVITALIZADAS	UNIDADES	3
2003	FUNCIONAMENTO DA VIGILANCIA SANITARIA	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA SANITARIA	% PERCENTUAL	100
2004	FUNCIONAMENTO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	POPULACAO COBERTA	% PERCENTUAL	100
2008	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2094	FUNCIONAMENTO DA ATENCAO BASICA	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	NUMERO DE CONSULTAS POR HABITANTES	UNIDADES	352453
2096	FUNCIONAMENTO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	POPULACAO COBERTA	% PERCENTUAL	100
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	NAO HA	% PERCENTUAL	0
2317	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL	100
2364	JUDICIALIZACAO NA SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ACAO E CIDADANIA	% PERCENTUAL	100
2365	FUNCIONAMENTO DA ATENCAO ESPECIALIZADA, EMERG E HOSPITALAR	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	NUMERO DE CONSULTAS POR HABITANTES	UNIDADES	570000



CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

CONAM

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016



CC

CC

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 2006 EDUCACAO COM QUALIDADE

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	334.240	Capital	5.917	Total	340.157
------------	-------------------	----------	---------	---------	-------	-------	---------

PROMOVER ACOES QUE CONTRIBUAM PARA A CONTINUIDADE DA PRESTACAO DE SERVICOS PUBLICOS DE QUALIDADE NA AREA DA EDUCACAO, PRIORIZANDO GARANTIR O DESENVOLVIMENTO ACADEMICO, INTECTUAL E SOCIAL DOS ALUNOS DESTE A PRIMEIRA INFANCIA.

Orgao Resposavel Principal : 06.00.00 SECRETARIA DE EDUCACAO

Indicador :		Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
NUMERO DE ALUNOS ATENDIDOS.	UNIDADES	42.950	45.926
UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL IMPLANTADAS	UNIDADES	31	34
UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL IMPLANTADAS	UNIDADES	37	37

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
1090 IMPLANTACAO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADE ESCOLAR IMPLANTADA	UNIDADES 0
1091 IMPLANTACAO DE UNID.ESCOLARES DE EDUCACAO INFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADE ESCOLAR IMPLANTADA	UNIDADES 0
2041 FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL.	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	UNIDADES 44
2042 FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA JOVENS E ADULTOS	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	5
2043 FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	2
2058 INCENTIVAR O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS BENEFICIADOS	UNIDADES 930
2059 FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR P/ENS. FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 38056
2077 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE APOIO AOS EDUCADORES	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	UNIDADES 80
2296 FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 2357
2297 FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA O ENS. MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 12102
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE EDUCACAO	NAO HA	NAO HA 0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL 100
2347 FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL - PRE-ESCOLA	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	% PERCENTUAL 17
2348 FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL - CRECHE	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	17
2351 FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO ESCOLAR PARA EDUCACAO INFANTIL - PRE-ESCOLA	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 6608
2352 FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO ESCOLAR PARA EDUCACAO INFANTIL - CRECHE	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 7817
2369 FUNCIONAMENTO DO ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	2



## ELABORACAO DA LDO-2016

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 3001 ESPORTE LAZER E QUALIDADE DE VIDA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	5.660	Capital	56	Total	5.716
------------	-------------------	----------	-------	---------	----	-------	-------

PROPORCIONAR ESPACOS ESPORTIVOS COM AMPLIACAO DO ACESSO E COM ORIENTACAO DE PROFISSIONAIS NAS VARIAS MODALIDADES UTILIZANDO O ESPORTE COMO COMPLEMENTACAO NA APRENDIZAGEM, QUALIDADE DE VIDA, DE FORMA SAUDAVEL, AUMENTANDO ASSIM A AUTO ESTIMA DA POPULACAO.

Orgao Resposavel Principal : 15.00.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
NUMERO DE PESSOAS ATENDIDAS COM QUALIDADE DE VIDA	2.774	5.114

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	NAO HA	0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL 100
2366 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	MANUTENCAO DAS ATIV E DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS.	% PERCENTUAL 100

## ELABORACAO DA LDO-2016

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 3003 CULTURA E TURISMO AO ALCANCE DE TODOS

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo : FORMULAR E DESENVOLVER POLITICAS PUBLICAS PRESERVANDO O PATRIMONIO NATURAL, DESENVOLVENDO A PRODUCAO ARTISTICA NA VALORIZACAO DOS BENS CULTURAIS CRIANDO ASSIM UM ATRATIVO QUE ESTIMULA O CRESCIMENTO CONTINUO DO MUNICIPIO, COMO POLO TURISTICO QUE CARACTERIZA A SUSTENTABILIDADE ECONOMICA LOCAL.

Valor do Programa

Corrente

7.106

Capital

67 Total

7.173

Orgao Resposavel Principal : 14.00.00 SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

Indicador :

Indice mais Recente

Indice Futuro 2016

ACOMPANHAR AS EXIGENCIAS DE POLITICAS CULTURAIS

% PERCENTUAL

40

70

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO

% PERCENTUAL

100

2216 PROMOCAO DE TURISMO SUSTENTAVEL LOCAL

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

MAN.POSTO DE INF.TURISTICAS/CENTRAL DE INF.TUR.MET

UNIDADES

2

2294 CULTURA AO ALCANCE DE TODOS

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

EVENTOS REALIZADOS

UNIDADES

10

2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

NAO HA

NAO HA

0



## ELABORACAO DA LDO-2016

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 4001 GESTAO DE PROTECAO SOCIAL BASICA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo : AMPLIAR O ACESSO DAS FAM EM SIT DE RISCO VULNER SOCIAL FAMILIAR E AO ATENDIMENTO PELA PROTECAO BASICA; QUALIFICAR OS SERVIDORES E PROMOVER SUA ARTICULACAO COM OS BENEFICIOS E TRANSFERENCIA DE RENDA; ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DA REDE DE PROTECAO BASICA E EXPANDI-LA NOS TERRITORIOS DE EXTREMA POBREZA E ESTRUTURAS UNIDADES PUBLICAS.

Orgao Responsavel Principal : 12.00.00 SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
POPULACAO ATENDIDA PELO PROGRAMA % PERCENTUAL	34.102	41.116

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL 100
2065 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ATENDIMENTO AO IDOSO - BASICA	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL 100
2066 MANUT. DE SERV. DE ATEND. A CRIANCA E ADOLESCENTE - BASICA	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL 100
2067 MANUTENCAO DE SERV. DE ATEND. A ASSIST. COMUNITARIA - BASICA	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL 100
2072 MANUT DO AUXILIO FINANCIAL AO TRABALHADOR DESEMPREGADO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL 100
2157 MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL 100
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	NAO HA 0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	NAO HA 0



## ELABORACAO DA LDO-2016

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 4002 GESTAO DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	5.625	Capital	1	Total	5.626
CONTEMPLAR ACOES DE ATENDIMENTO, VISANDO A PROTECAO PARA O SEGMENTO DE CRIANCAS, ADOLESCENTE, INDIVIDUOS E FAMILIAS EM SITUACAO DE VIOLACAO DE DIREITOS.							

Orgao Resposavel Principal : 12.00.00 SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
POPULACAO ATENDIDA PELO PROGRAMA % PERCENTUAL	1.998	2.061

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2069 MANUTENCAO DE SERV. DE ATENDIMENTO AO IDOSO - ESPECIAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL % PERCENTUAL	100
2070 MANUT. DE SERVICO DE ATEND A CRIANCA E ADOLESCENTE - ESPECIAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL % PERCENTUAL	100
2071 MANUT. DE SERVICOS DE ATEND. A ASSIST. COMUNITARIA - ESPECIAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL % PERCENTUAL	100
2084 MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL % PERCENTUAL	100
2282 MANUTENCAO E SERVICO DE ATENDIMENTO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL % PERCENTUAL	100
2300 PUBLICIDADE LEGAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS % PERCENTUAL	100
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	0
2353 MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS % PERCENTUAL	100
		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO % PERCENTUAL	100



CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

CONAM

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 4005 PREVIDENCIA MUNICIPAL

Valores expressos em R\$ milhares médios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	62.567	Capital	110	Total	62.677
GERENCIAR RECURSOS PARA O PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO REGIME ESTATUTARIO MUNICIPAL.							

Orgao Resposavel Principal : 24.00.00 INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
INATIVOS E APOSENTADOS BENEFICIADOS	1.181	1.499

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2159 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	ATENDER FILIADOS INGRESSADOS NO RPPS - PG	% PERCENTUAL 100
2162 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO DO IPMPG	% PERCENTUAL 100
2310 PUBLICIDADE LEGAL	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS	% PERCENTUAL 100
2330 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	NAO HA	NAO HA 0

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

CONAM

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 5001 GESTAO ESTRATEGICA DE TRANSPORTE

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	2.100	Capital	1.313	Total	3.413
MELHORAR ACESSIBILIDADE, O CONFORTO E A QUALIDADE DOS SERVICOS DE TRANSPORTE							

Orgao Resposavel Principal : 10.00.00 SECRETARIA DE TRANSPORTE

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
PROJECAO DOS USUARIOS QUE UTILIZAM O SISTEMA DE TRANSPORTE. UNIDADES	16.174.648	17.796.175

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE TRANSPORTE	NAO HA	0
2356 MOBILIDADE URBANA	SECRETARIA DE TRANSPORTE	RED. DA UTIL. DO AUTOMOVEL COMO MEIO TRANSPORTE % PERCENTUAL	2

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

CONAM

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 5002 TRANSFORMACAO URBANA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	3.015	Capital	58.381	Total	61.396
MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE ATRAVES DE INTERVENCOES URBANAS.							

Orgao Resposavel Principal : 09.00.00 SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
URBANIZACAO NOVAS DE AREAS PUBLICAS	M2- METROS QUAD	0
		524.842

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
1088 URBANIZACAO DE NOVAS AREAS PUBLICAS.	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS	VIAS PAVIMENTADAS	M2- METROS QUAD 162223
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL 100
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS	NAO HA	NAO HA 0



## ELABORACAO DA LDO-2016

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 5003 HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	1.841	Capital	506	Total	2.347
GARANTIR O ATEND.A POP. DE INT. SOCIAL C/ A CONSTRUCAO DE DE UNID.HAB.EM CONVENIO COM O GOV.FEDERAL ATRAVES DO PROG. MINHA CASA MINHA VIDA E DA REG.FUNDIARIA DOS NUCLEOS URBANO S CARENTES PROPORC. MELHORIA NAS CONDICÕES DE VIDA DA POP. E RESGATANDO A CIDADANIA DAS FAMILIAS EXCLUIDAS DO CONT.URB.							

Orgao Resposavel Principal : 17.00.00 SECRETARIA DE HABITACAO

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
ATENDTO DE FAMILIAS RESIDENTES EM AREAS DE INTERESSE SOCIAL UNIDADES	2.000	3.510

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
1089 CONSTRUCAO,REVITALIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL	SECRETARIA DE HABITACAO	FAMILIAS ATENDIDAS/UNIDADE	7
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE HABITACAO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL 100
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE HABITACAO	NAO HA	NAO HA 0
2360 MANUTENCAO DE SERVICOS DIVERSOS DE HABITACAO	SECRETARIA DE HABITACAO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE Acao E CIDADANIA	% PERCENTUAL 100



## ELABORACAO DA LDO-2016

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 5005 MANUTENCAO URBANA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	148.638	Capital	1.109	Total	149.747
GARANTIR A MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS, MANTER, MELHORAR E EXPANDIR A ILUMINACAO PUBLICA DO MUNICIPIO E MANTER A LIMPEZA URBANA E O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO TRATAMENTO E DESTINO FINAL DOS RESIDUOS SOLIDOS.							

Orgao Resposavel Principal : 11.00.00 SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
% DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOM.URB.COM SERV.DE COL.DE LIXO	100	100
BAIRROS ATENDIDOS PELO PROGRAMA % PERCENTUAL	100	100

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2086 MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES URBANAS DE APOIO	% PERCENTUAL 100
2190 GARANTIR A LIMPEZA URBANA E MANTER O ADEQ FUNC DO SIST DE TRATAM E DESTINAC FINAL DOS RESIDUOS SOLID	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	TONELADAS/ANO RECOLHIDAS	T - TONELADAS 93712
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	NAO HA	NAO HA 0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL 100
2342 MANUTENCAO E EXPANSAO DA ILUMINACAO PUBLICA	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	REDUCAO DE PONTOS ESCUROS	UNIDADES 40

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

CONAM

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 6003 RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	1.901	Capital	33	Total	1.934
MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULACAO.							

Orgao Resposavel Principal : 18.00.00 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
POPULACAO ATENDIDA PELO PROGRAMA	30	60

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	NAO HA	0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	100
2361 GESTAO SOCIOAMBIENTAL	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	MANUTENCAO DOS SERVICOS SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICIP	100



METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 6005 GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO				Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015			
Objetivo :				Valor do Programa	Corrente	Capital	Total
PROMOVER O CRESCIMENTO ECONOMICO SUSTENTAVEL E ESTIMULAR A INOVACAO TECNOLÓGICA, BEM COMO POLITICAS PUBLICAS VOLTADAS A GERACAO DE EMPREGO E RENDA, COM O AUMENTO DO EMPREENDEDORISMO E DA COMPETITIVIDADE DO SETOR PRODUTIVO.				3.457		872	4.329
Orgao Responsavel Principal : 21.00.00 SEC DE DES.ECON.CIENCIA TEC E TRABALHO							
Indicador :							
QUALIFICACAO PROFISSIONAL							
TRABALHADORES INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO							
ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES							
ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS DE GRADUACAO							
				Indice mais Recente	Indice Futuro 2016		
				UNIDADES	1.595	2.800	
				UNIDADES	5.200	6.100	
				UNIDADES	1.000	1.360	
				UNIDADES	1.000	1.240	
Acao							
				Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida		
					Meta Fisica		
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SEC DE DES.ECON.CIENCIA TEC E TRABALHO	NÃO HA				0
2317	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SEC DE DES.ECON.CIENCIA TEC E TRABALHO	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS				100
2354	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO	SEC DE DES.ECON.CIENCIA TEC E TRABALHO	NUMERO DE EMPRESAS INSTALADAS				15
2355	DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA E DA TECNOLOGIA	SEC DE DES.ECON.CIENCIA TEC E TRABALHO	BOLSNAS DE PESQUISA OFERTADAS				10

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

CONAM

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 7002 PROCESSO LEGISLATIVO

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	29.381	Capital	1.982	Total	31.363
MELHORAR AS CONDICÕES DE FUNCIONAMENTO AO LEGISLATIVO, PROPICIANDO UM MELHOR ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS.							

Orgao Resposavel Principal : 01.00.00 PODER LEGISLATIVO

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
NAO HA INDICADORES	0	0

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
1079 AMPLIACAO E REFORMA DAS INSTALACOES DA CAMARA	PODER LEGISLATIVO	OBRAS E REFORMAS REALIZADAS / ANO	% PERCENTUAL 0
2258 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	PODER LEGISLATIVO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL 0
2298 PUBLICIDADE LEGAL	PODER LEGISLATIVO	DIVULGACAO DE ATOS LEGAIS	% PERCENTUAL 0
2343 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	PODER LEGISLATIVO	NAO HA	NAO HA 0

ELABORAÇÃO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 7003 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		Valores expressos em R\$ milhares médios / 2015			
Objetivo :		Valor do Programa	Corrente	10.357 Capital	700 Total 11.057
PROMOVER O ELO ENTRE OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA PROPORCIONANDO MEIOS NECESSÁRIOS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA MUNICIPALIDADE.					
Órgão Responsável Principal : 02.00.00 GABINETE DO PREFEITO					
Indicador :		Índice mais Recente		Índice Futuro 2016	
MANTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	§ PERCENTUAL	100	1	100	100
Ação					
	Órgão Executor	Produto / Unidade de Medida		Meta Física	
2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	GABINETE DO PREFEITO	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO		§ PERCENTUAL	100
2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE GOVERNO	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO		§ PERCENTUAL	100
2023 FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	GABINETE DO PREFEITO	NÃO HA		NÃO HA	0
2027 CONTRIBUIÇÕES E TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	GABINETE DO PREFEITO	CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS		§ PERCENTUAL	100
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	GABINETE DO PREFEITO	NÃO HA		NÃO HA	0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	GABINETE DO PREFEITO	NÃO HA		NÃO HA	0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE GOVERNO	DIVULGAÇÃO DE ATOS INSTITUCIONAIS		§ PERCENTUAL	100
2357 FORTALECIMENTO DA DEFESA CIVIL	GABINETE DO PREFEITO	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL		§ PERCENTUAL	100
2358 FORTALECIMENTO DA AÇÃO E CIDADANIA	GABINETE DO PREFEITO	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AÇÃO E CIDADANIA		§ PERCENTUAL	100



## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 7004 GESTAO DAS ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO				Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015		
Objetivo :		Valor do Programa		Corrente	Capital	Total
PROMOVER ACOES QUE VISAM DAR SUSTENTACAO ADMINISTRATIVA, TECNOLOGICA E FINANCEIRA AOS PROGRAMAS FINALISTICOS.		76.527		944		77.471
Orgao Responsavel Principal : 20.00.00		CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO				
Indicador :		Indice mais Recente		Indice Futuro 2016		
MANUTENCAO DAS ATIV DE APOIO ADMINIS.TECNO E FINANCEIRO		100		100		
ATEND AS DENUNCIAS FORMULADAS ATRAVES DA OUVIDORIA MUNICIPAL.		80		80		
ATEND AS SOLIC REMOCAO DE BARBACOS E CERCS EM AREAS DE PRES		90		90		
CONTROLE DOS PRAZOS DE VALIDADE DOS AVCS DE EDIF. E COM		90		90		
VISTORIAS REALIZADAS PARA EMISSAO DE CARTA DE HABITACAO E/OU		90		90		
ESTUDO DE ANALISE DE VIABILIDADE DE REQUERIMENTOS APRESENTADO		100		100		
ATEENDO AS METAS ESTIPULADAS PELO GOVERNO DO ESTADO REL.VISA		60		60		
ANALISE DE PROJETOS DE APROVACAO DE CONSTRUCAO NOVA/REFORMA		70		70		
Acao		Orgao Executor		Produto / Unidade de Medida		Meta Fisica
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO		100
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		SECRETARIA DE URBANISMO		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO		100
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO		100
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO		100
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO		100
2300 PUBLICIDADE LEGAL		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO		ATOS OFICIAIS PUBLICADOS		100
2303 PUBLICIDADE LEGAL		CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO		PUBLICACAO DE LEIS ORCAMENTARIAS		100
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO		SECRETARIA DE FINANÇAS		UNIDADES		1
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		UNIDADES		0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO		SECRETARIA DE URBANISMO		UNIDADES		0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO		UNIDADES		0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		UNIDADES		0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO		SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL		UNIDADES		0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO		CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO		UNIDADES		0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO		CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO		UNIDADES		0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL		SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL		UNIDADES		0
2359 GESTAO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS		SECRETARIA DE FINANÇAS		DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS		100
				GRAU DE SATISFACAO DO CONTRIBUINTE		90

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

CONAM

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 8001 TRANSITO RACIONAL

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :

PROMOVER A CONSECUCAO DE UM COMPORTAMENTO COLETIVO SEGURO, RESPEITOSO E NAO AGRESSIVO NO TRANSITO. ESTABELECE MELHOR QUALIFICACAO PARA A MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE E SEGURANCA DOS USUARIOS DAS VIAS E CONSOLIDANDO AS ACOES DE FISCALIZACAO, EDUCACAO, OPERACAO E CONTROLE DE USO DOS ESPACOS VIARIOS

Valor do Programa

Corrente

10.846

Capital

60 Total

10.906

Orgao Resposavel Principal : 19.00.00

SECRETARIA DE TRANSITO

Indicador :

Indice mais Recente

Indice Futuro 2016

EXPANDIR A SINALIZACAO VIARIA

% PERCENTUAL

60

78,75

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

2266 MANUTENCAO DOS SERV ADMINISTRATIVOS DO TRANSITO

SECRETARIA DE TRANSITO

MANUTENCAO DOS SERVICOS MUNICIPAIS DE TRANSITO

% PERCENTUAL

100

2306 PUBLICIDADE LEGAL

SECRETARIA DE TRANSITO

PUBLICACAO DE MULTAS DE TRANSITO REALIZADAS / ANO

% PERCENTUAL

100

2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO

SECRETARIA DE TRANSITO

NAO HA

NAO HA

0

2362 PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E OPERACAO DOS SISTEMAS DE SINALIZACAO, FISCALIZACAO E EDUC. DE TRANSITO

SECRETARIA DE TRANSITO

SINALIZACAO REALIZADA/UNID.

NAO HA

1500

CN-SIFPM		MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE				CONAM	
		ELABORACAO DA LDO-2016					
		METAS E PRIORIDADES PARA 2016					
Programa : 8003		ACOES COMUNITARIAS INTEGRADAS		Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015			
Objetivo :		Valor do Programa	Corrente	15.872	Capital	279 Total	16.151
REDUZIR AS CAUSAS QUE CONTRIBUEM PARA O AUMENTO DA CRIMINALIDADE ATRAVES DE ACOES INTEGRADAS COM TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E OS ORGAOS DE SEGURANCA PUBLICA.							
Orgao Resposavel Principal : 23.00.00		SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA					
Indicador :		Indice mais Recente		Indice Futuro 2016			
BAIRROS ATENDIDOS PELO PROGRAMA		% PERCENTUAL		30		60	
Acao		Orgao Executor		Produto / Unidade de Medida		Meta Fisica	
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA		NAO HA		0	
2367	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE APOIO A GUARDA CIVIL MUNICIPAL	SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA		MAN DAS ATIV DE APOIO A GUARDA CIVIL MUNICIPAL		% PERCENTUAL	100
2368	SISTEMA OPERACIONAL EQUIPADO	SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA		UNIDADE EQUIPADA		% PERCENTUAL	100

CN-SIFEM										MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE										CONAM																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
										ELABORACAO DA LDO-2016																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
										METAS E PRIORIDADES PARA 2016																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Programa : 9001 CONTRIBUICAO A UNIAO										Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Objetivo : PROMOVER O PAGAMENTO DAS CONTRIBUICOES A UNIAO REFERENTE A O PASEP E FUNSET										Valor do Programa										Corrente										8.308										Capital										0										Total										8.308																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Orgao Responsavel Principal : 20.00.00										CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

CONAM

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 9002 SERVICO DA DIVIDA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	12.677	Capital	24.532	Total	37.209
PROMOVER O PAGAMENTO DO JUROS E AMORTIZACAO DA DIVIDA PUBLICA MUNICIPAL.							

Orgao Resposavel Principal : 03.00.00 SECRETARIA DE FINANÇAS

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
PORCENTAGEM DE PAGAMENTO DA DIVIDA PUBLICA / ANO % PERCENTUAL	100	100

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
0007 SERVICO DA DIVIDA INTERNA - GERAL	SECRETARIA DE FINANÇAS	PORCENTUAL DE DIVIDA PAGA/ANO % PERCENTUAL	100

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

CONAM

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 9003 INDENIZACOES

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	12.295	Capital	1.000	Total	13.295
------------	-------------------	----------	--------	---------	-------	-------	--------

DAR CUMPRIMENTO A DECISOES JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO

Orgao Resposavel Principal : 04.00.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
-------------	---------------------	--------------------

PORCENTAGEM DE PAGAMENTO DE PRECATORIOS / ANO	% PERCENTUAL	100	100
---	--------------	-----	-----

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
------	----------------	-----------------------------	-------------

0008 PRECATORIOS GERAIS	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	PAGAMENTO CREDORES INSCRITOS NO MAPA DE PRECATORIO	% PERCENTUAL	100
0008 PRECATORIOS GERAIS	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	PAGAMENTO CREDORES INSCRITOS NO MAPA DE PRECATORIO	% PERCENTUAL	100
0012 R.P.V.S. - REQUISITORIOS DE PEQUENO VALOR	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	PRECATORIOS PQ.VALOR	PRECATORIOS PQ.	0





CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

CONAM

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	53.584	Capital	0	Total	53.584
1 - CAPITALIZAR RECURSOS PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL.							
2 - COBRIR PASSIVOS CONTINGENTES E/OU SUPRIR NECESSIDADES ORCAMENTARIAS							

Orgao Resposavel Principal : 20.00.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
NAO HA INDICADORES	0	0

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA OU DO RPPS	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	NAO HA	NAO HA
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA OU DO RPPS	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	NAO HA	NAO HA

## ELABORACAO DA LDO-2016

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

## RESUMO POR ORGAOS RESPONSAVEIS

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

ORGAOS		A C O E S				
		PROJETOS	ATIVIDADES	OPER. ESP.	TOTAL	
02.00.00	GABINETE DO PREFEITO	0	11.057	0	11.057	
03.00.00	SECRETARIA DE FINANÇAS	0	0	37.209	37.209	
04.00.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0	0	13.295	13.295	
05.00.00	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	2.134	217.507	0	219.641	
06.00.00	SECRETARIA DE EDUCACAO	3.690	336.467	0	340.157	
09.00.00	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS	58.324	3.072	0	61.396	
10.00.00	SECRETARIA DE TRANSPORTE	0	3.413	0	3.413	
11.00.00	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	0	149.747	0	149.747	
12.00.00	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	0	17.703	0	17.703	
14.00.00	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	0	7.173	0	7.173	
15.00.00	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	0	5.716	0	5.716	
17.00.00	SECRETARIA DE HABITACAO	506	1.841	0	2.347	
18.00.00	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	0	1.934	0	1.934	
19.00.00	SECRETARIA DE TRANSITO	0	10.906	0	10.906	
20.00.00	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	53.584	77.471	8.308	139.363	
21.00.00	SEC DE DES.ECON,CIENCIA TEC E TRABALHO	0	4.329	0	4.329	
23.00.00	SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA	0	16.151	0	16.151	
01.00.00	PODER LEGISLATIVO	200	31.163	0	31.363	
24.00.00	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	0	62.677	0	62.677	
TOTAL		118.438	958.327	58.812	1.135.577	
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES :		977.767	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL:	104.226	TOTAL DA RESERVA DE CONTINGENCIA :	53.584

FONTE:CN-SIFPM - Sistema Integrado de Financas Publicas Municipais, Unidade responsavel- CONTABILIDADE  
 Data da emissao 29/ABR/2015 e hora de emissao 14:49



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo*

## PROTOCOLO

RECEBI DA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL, CÓPIA DA MENSAGEM Nº 14/2015, QUE TRATA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

DATA: 06 DE MAIO DE 2015

NOME DO VEREADOR	PARTIDO	ASSINATURA
1 ANTONIO CARLOS REZENDE	PSDB	
2 ANTONIO EDUARDO SERRANO	Pros	
3 BENEDITO RONALDO CESAR	PMDB	
4 CARLOS EDUARDO BARBOSA	PTB	
5 CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN	PTB	
6 EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SddSolidar.	
7 EDUARDO PÁDUA SOARES JARDIM	PPS	
8 EUVALDO REIS DOS SANTOS MENEZES	PTN	
9 FRANCISCO RODRIGUES B. NETO	PMDB	
10 JANAINA BALLARIS	PT	
11 MARCELINO SANTOS GOMES	PPS	
12 MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	
13 PAULO EMÍLIO DE OLIVEIRA	PRB	
14 ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	
15 RÔMULO BRASIL REBOUÇAS	PRTB	
16 SÉRGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSB	
17 TATIANA TOSCHI MENDES	PSD	



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**PROCESSO Nº 060/15**

**FOLHA DE INFORMAÇÃO**

Sr. Presidente,

Abro o presente processo, composto de 53 fls., referentes a(o)  
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2015** e uma folha de informação.

Praia Grande, 06 de maio de 2015.

**Fabiano Cardoso Vinciguerra**  
**Operador Técnico**

Sr. Presidente,

A Assessoria Jurídica, para manifestação

Praia Grande, 06 de maio de 2015.

**Manoel Roberto do Carmo**  
**Diretor Legislativo**



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo**

Em 05 de Maio de 2.015.

**OFÍCIO GPC-L Nº 073/2015**

SENHOR PREFEITO:

Precedendo de meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para levar ao vosso conhecimento que esta Câmara Municipal fará realizar audiência pública, no próximo dia 18, as 15 horas, no Plenário desta Edilidade, referente a tramitação do Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências, em trâmite nesta Casa.

Com o intuito de poder colaborar nesta audiência pública, solicito os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de colocar à disposição dos Nobres Vereadores, um técnico que esteja inteirado sobre o assunto para, se for o caso, dirimir dúvidas ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência as homenagens deste Legislativo, somadas aos meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente

**CÓPIA**

Excelentíssimo Senhor  
**Dr. ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
DD. Prefeito da Estância Balneária de  
**PRAIA GRANDE – SP**

RECEBIDO
07 / 05 / 2015
Caroline Lima Sousa
1522027
Funcionário






**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

Em 05 de maio de 2.015.

À  
Encarregada do Setor de Compras e Almoxarifado  
Kátia Gomes Crespo  
N E S T A

Encaminho, anexo, edital para publicação em jornal de circulação no município, referente as Audiências Públicas que serão realizadas nesta Casa, nos dias 18, 25 e 27 do corrente mês, referentes ao Projeto da LDO para o orçamento Municipal de 2016, as metas atingidas no primeiro quadrimestre pela Secretaria de Saúde e do Executivo Municipal, respectivamente.

Atenciosamente,

  
Manoel Roberto do Carmo  
Diretor Legislativo

CÓPIA





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

**COMUNICADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

O Poder Legislativo de Praia Grande COMUNICA a todos, que **NESTE MÊS DE MAIO DE 2015** serão realizadas, no Plenário desta Edilidade, sito a Praça Vereador Vital Muniz, nº 1 - Boqueirão, as seguintes **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**:

**DIA 18 (SEGUNDA-FEIRA) - 15 HORAS -**  
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A TRAMITAÇÃO DO **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016;**

**DIA 25 (SEGUNDA-FEIRA) - 15 HORAS -**  
AUDIÊNCIA PÚBLICA DA **SECRETARIA DE SAÚDE REFERENTE AS METAS ATINGIDAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015;**

**DIA 27 (QUARTA-FEIRA) - 15 HORAS -**  
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO **EXECUTIVO MUNICIPAL REFERENTE AS METAS FISCAIS ATINGIDAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015.**

Praia Grande, 14 de Maio de 2015.

**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

Em 06 de Maio de 2.015.

**À COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Excelentíssimos Senhores

Vereadores: ANTONIO CARLOS REZENDE - Presidente  
MARCO ANTONIO DE SOUSA - Relator  
BENEDITO RONALDO CESAR - Membro

Comunico a Vossas Excelências que faremos realizar, no próximo dia 18 de maio - SEGUNDA-FEIRA, às 15 horas, no Plenário desta Edilidade, Audiência Pública sobre a tramitação do Projeto de Lei Complementar que estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração do orçamento de 2016 cumprindo, assim, o que determina o artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2.000 \_ Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

ROBERTO ANDRADE E SILVA  
Presidente

CIENTE, 06/05/2015

ANTONIO CARLOS REZENDE

MARCO ANTONIO DE SOUSA

BENEDITO RONALDO CESAR



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

**COMUNICADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

O Poder Legislativo de Praia Grande COMUNICA a todos, que **NESTE MÊS DE MAIO DE 2015** serão realizadas, no Plenário desta Edilidade, sito a Praça Vereador Vital Muniz, nº 1 - Boqueirão, as seguintes **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**:

**DIA 18 (SEGUNDA-FEIRA) - 15 HORAS -**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016;**

**DIA 25 (SEGUNDA-FEIRA) - 15 HORAS -**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA DE SAÚDE REFERENTE AS METAS ATINGIDAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015;**

**DIA 27 (QUARTA-FEIRA) - 15 HORAS -**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA DO EXECUTIVO MUNICIPAL REFERENTE AS METAS FISCAIS ATINGIDAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015.**

Praia Grande, 06 de Maio de 2015.

  
**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente

Afixado no quadro geral de avisos do Legislativo Municipal conforme art. 106 da Lei n.º 681/90 (Lei Orgânica Municipal), durante 03 (três) dias.  
Praia Grande, 06 / 05 / 2015

  
**Manoel Roberto do Carmo**  
Diretor Legislativo



Gabinete do Prefeito

*Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

*Recebido  
Em 12/05/2015*

*Manoel Roberto do Carmo*  
Diretor Legislativo

Em 11 de maio de 2015.

OFÍCIO GP N° 0302/2015

Ref.: Ofício GPC-L n° 073/15

Excelentíssimo Senhor

**ROBERTO ANDRADE E SILVA**

Presidente da Câmara Municipal da Estância Balneária de  
**PRAIA GRANDE - SP**

Tem o presente a finalidade de indicar, abaixo relacionados, os nomes dos técnicos para prestarem eventuais esclarecimentos quanto ao Projeto de Lei Complementar que estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da lei orçamentária municipal para o exercício de 2016, no próximo dia 18, às 15 horas, nessa Casa de Leis.

- **Aparecida Regina Fermino da Silva**
- **Cristiano de Mola**
- **Benedito Evandro Francisco de Souza**
- **Andrea Nowill Azevedo**

Sem mais, aproveitamos o ensejo para renovar votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

*2*  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
Prefeito



# Classificados

www.jornalgazetadolitoral.com.br

**FAZ SABER** ao Espólio de JOSE LUIZ PALACIOS Y CORRAL, representado por seu inventariante Juan José Palacios Corral, Espólio de Edevar Vial, representado por seu inventariante Carlos Augusto Vial, Carlos Augusto Vial, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que RODOLPHO PAPP, HELENA MARKI PAPP ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a aquisição do domínio do APARTAMENTO 14, localizado no primeiro andar do Edifício Lisa, situado na Rua A, na Vila Oceanic, nesta cidade de Praia Grande, com área útil de 47,50m², área comum de 12,12m, área total de 59,62m², correspondendo-lhe a 26,146m² de área ideal do terreno. Matrícula nº 121.161 do CRI de Praia Grande, alegando posse mansa e pacífica do imóvel, sem interrupção nem oposição de terceiros interessados, desde 12/08/1974, conforme comprova a escritura de compromisso de venda e compra, anexa aos autos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 30(trinta) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. Nada Mais. Dado e passado nesta cidade de Praia Grande, aos 17 de março de 2015.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO JARDIM IMPERADOR CONVOCA todos os associados a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, para Eleição e Posse da Diretoria para o BIÊNIO 2015/2017, a ser realizada no dia 20 de junho de 2015, com início às 16h00min, na sede social da Associação, localizado a Rua Domitila de Castro, 603, Jardim Imperador, CEP 11707-310, no município de Praia Grande/SP.

### ORDEM DO DIA

- 16h00minh: Assembleia Geral Extraordinária
- 17h00minh: Eleição e Posse da Diretoria para o Biênio 2015/2017

a) Poderão se candidatar para concorrer a eleição todos os associados do bairro Jardim Imperador, que residam entre as Ruas Visconde de Cairú até a Rua Visconde Mauá, que deverão registrar a chapa até o dia 17 de junho de 2015 na sede da Associação, das 09h00min às 16h00min.

b) poderão votar todos os associados do bairro Jardim Imperador, maiores de 16 anos munidos de qualquer documento com foto e comprovante de residência em seu nome (conta de energia, telefone, correspondência bancária) ou ainda, com a Carteirinha da USAFA REAL - Unidade Básica da família do Bairro.

Praia Grande, 11 de maio de 2015.  
A DIRETORIA

Sigam os perfis do **Gazeta do Litoral**

@GazetadoLitoral f Gazeta do Litoral

Aproveitem para dar sugestões, comentar matérias e reclamar de algo que esteja incomodando

6



APARTAMENTO

QUARTO

VENDE- APART. c/ 1 ALUGO- QUARTO, COZINHA, PARA PESSOAS SOZINHA

empresas PABLO EDUARDO REIS DE RIAL EPP; TAQUITRANS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. e TAQUIPAR SERVIÇOS DE TAQUIGRAFIA LTDA. que atenderam todos os termos do edital. Fica previamente designado o dia 21/05/2015, às 15h00min para abertura dos envelopes n.º 02 – Proposta Comercial, ocasião em que se fará o julgamento da fase de classificação. Praia Grande, 12 de maio de 2015.

**Fabiano Cardoso Vinciguerra**  
Presidente da Comissão  
Permanente de Licitações.



## Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande

Est. de São Paulo

### COMUNICADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O Poder Legislativo de Praia Grande COMUNICA a todos, que **NESTE MÊS DE MAIO DE 2015** serão realizadas, no Plenário desta Edilidade, sito a Praça Vereador Vital Muniz, nº 1 – Boqueirão, as seguintes **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**:

**DIA 18(SEGUNDA-FEIRA) – 15 HORAS – AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016;**

**DIA 25(SEGUNDA-FEIRA) – 15 HORAS – AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA DE SAÚDE REFERENTE AS METAS ATINGIDAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015;**

**DIA 27(QUARTA-FEIRA) – 15 HORAS – AUDIÊNCIA PÚBLICA DO EXECUTIVO MUNICIPAL REFERENTE AS METAS FISCAIS ATINGIDAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015.**

Praia Grande, 14 de Maio de 2015.  
**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente

Edital de Citação - Prazo de 20 dias. Processo 0000561-39.2009.8.26.0477. O Dr. André Rossi, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Praia Grande/SP, na forma da Lei, etc... Faz Saber a Pablo Henrique Nunes CPF: 212.901.448-85 e Adriana Candida Silva Nunes CPF: 322.985.038-69, que L I Litoral Empreendimentos Imobiliários Ltda CNPJ: 04.106.278/0001-07 ajuizou Ação de Rescisão Contratual Cumulada com Pedido Indenizatório e Reintegração de Posse, Procedimento Ordinário, objetivando a rescisão do instrumento particular de promessa de venda e compra de salas comerciais, onde os réus compraram a sala 404 do Edifício Comercial Miami, sito na Avenida Presidente Kennedy nº 13.442, Praia Grande/SP e a reintegração de posse do mesmo, com o pagamento das penalidades previstas na cláusula 10ª do referido contrato, bem como condenar os requeridos no valor de R\$ 1.170,00 mensais a partir do inadimplemento até a retomada do imóvel, acrescido de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária e eventuais débitos de condomínio e IPTU. Estando os requeridos em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, contestem o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. Praia Grande/SP, 06/08/2014.

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA**  
**DE PRAIA GRANDE**

Ata da Audiência Pública da Câmara Municipal

da Estância Balneária de Praia Grande

em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000

para apreciação do Projeto de Lei Complementar que estabelece as

diretrizes a serem observadas na elaboração da

Lei Orçamentária para o Exercício de 2016

realizada em 18 de maio de 2015

\* \* \*

**PRESIDÊNCIA** - Sr. Vereador Roberto Andrade e Silva

\* \* \*

- No dia 18 de maio de 2015, às 15 horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande, sob a Presidência do Sr. Vereador Roberto Andrade e Silva, Presidente da Mesa Diretora do Legislativo, participando da Mesa a Sra. Aparecida Regina Fermino da Silva, a Sra. Andrea Nowill Azevedo, o Sr. Benedito Evandro Francisco de Souza e o Sr. Cristiano de Mola, é iniciada a Audiência Pública.

\* \* \*

- Verifica-se a presença dos Srs. Vereadores Antonio Carlos Rezende (Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento), Carlos Eduardo Barbosa, Carlos Eduardo Gonçalves Karan, Francisco Rodrigues Bonito Neto, Marco Antonio de Sousa (Relator da Comissão de Finanças e Orçamento), Roberto Andrade e Silva e Tatiana Toschi Mendes.

\* \* \*

- Verifica-se a presença, na galeria, de Secretários, Técnicos e Funcionários da Prefeitura Municipal de Praia Grande.

\* \* \*

- **Encontram-se encartados, no final da Ata, os seguintes documentos:**

a) - Ofício da Câmara Municipal de Praia Grande, dirigido ao Executivo, solicitando a presença de Técnico na Audiência Pública.

b) - Ofício da Prefeitura Municipal de Praia Grande, confirmando a presença de Servidores do Executivo na Audiência Pública.

c) - Ofício encaminhado aos membros da Comissão de Finanças e Orçamento.

d) - Comunicado de Audiência Pública, publicado no jornal "Gazeta do Litoral", edição de 14 e 15 de maio de 2015.

e) - Comunicado de Audiência Pública, afixado no Quadro de Avisos da Câmara Municipal.

f) - Comunicado de Audiência Pública lido durante a 14ª Sessão Ordinária, realizada no dia 6 de maio de 2015.

g) - Informação para a Imprensa.

h) - Mensagem nº 14/2015 - "Com elevada honra...".

ATA  
FLS 2



i) - Documentos exibidos em Datashow na Audiência Pública.

j) - Registro de presença na Audiência Pública.

\* \* \*

- Durante a Audiência Pública foram colocadas à disposição dos Srs. Vereadores e dos Munícipes presentes, cópias dos documentos relacionados à Audiência Pública.

\* \* \*

### **O SR. PRESIDENTE** - (Lê)

Prezados Senhores Vereadores e público presente:

Nos termos do que dispõe o artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000, que diz: "São instrumentos de transparência da Gestão Fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: Os Planos, Orçamentos e Leis de Diretrizes Orçamentárias; as Prestações de Contas e o respectivo Parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos", e mais, do seu parágrafo único, cujo texto é: "A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de Audiências Públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos Planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento", estamos dando início à Audiência Pública visando à discussão do Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre as Diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2016, o qual se encontra tramitando nesta Casa.

Passo a palavra à Sra. Aparecida Regina Fermino da Silva, funcionária da Prefeitura Municipal, bem como aos demais integrantes de sua equipe, para que os mesmos possam dar maiores explicações e dirimir dúvidas que se fizerem necessárias.

Praia Grande, 18 de maio de 2015.

(a) Roberto Andrade e Silva - Presidente

### **A SRA. APARECIDA REGINA F. DA SILVA** - Boa tarde.

Gostaria de agradecer pela presença de todos. Essa Lei, que o Executivo enviou para esta Casa, é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, como o próprio nome diz, dá diretrizes ao Orçamento. A Lei dá todas as legislações pertinentes ao Orçamento, dá todos os parâmetros de datas, quando a Câmara tem que enviar o Orçamento, quando tem que devolver. Abrange toda a parte para elaboração

ATA }  
FLS }

da Lei, principalmente para o Exercício de 2016, último ano de Mandato. Existem algumas legislações pertinentes ao último ano de Mandato. A Lei de Diretrizes é composta por duas partes: A parte das Metas Fiscais, que é o Resultado Primário e Nominal e a parte que pega uma fatia do PPA e prioriza as ações para o Exercício seguinte. A Andrea e o Mola irão passar os Slides sobre o que está preconizado nesse Projeto de Lei. No caso de dúvidas, estamos à disposição dos Senhores. Obrigada.

**A SRA. ANDREA NOWILL** - Boa tarde a todos. Vou passar os tópicos mais importantes da LDO. A função da LDO é servir de elo entre o PPA e o Orçamento. A LDO baliza a elaboração e a execução da LOA, tendo como prioridade o equilíbrio das Contas Públicas. Ela dispõe sobre o equilíbrio entre Receita e Despesa. Esse é o foco da LDO. A base legal da LDO é a Constituição Federal, a Lei 101 e as normas da STN. Quantos aos prazos, para a LDO é 30 de abril, para o PPA é 31 de agosto, de quatro em quatro anos, e para a LOA é 30 de setembro. Se o Orçamento não for aprovado até 31 de dezembro do corrente ano, começa-se a trabalhar, no próximo ano, por duodécimos. O repasse de recursos para a Câmara fará parte da programação financeira e será feito até o vigésimo dia de cada mês. O ponto mais importante da LDO: Se a Receita não acontece conforme o previsto, limita-se a Despesa. Na limitação dos Empenhos, serão adotados critérios que produzam menor impacto possível na área da Educação, Saúde, Promoção Social e na aplicação de recursos vinculados. A Lei Orçamentária não consignará recursos para o início de novos Projetos, caso não atendidos os já em andamento. A Reserva de Contingência será fixada, no máximo, em 3 por cento da Receita Corrente Líquida. A Receita Estimada de 2016, do Município, gira em torno de 1 bilhão, 135 milhões.

Passo agora a palavra ao Sr. Cristiano de Mola.

**O SR. CRISTIANO DE MOLA** - Srs. Vereadores, demais presentes, boa tarde a todos.

\* \* \*

- Passam a ser exibidos, em Datashow, e comentados pelo Sr. Cristiano de Mola, os Slides encartados no final da Ata.

\* \* \*

**O SR. CRISTIANO DE MOLA** - (Durante a apresentação dos Slides) - Aqui em Anexo de Riscos Fiscais, dentre todas as diretrizes, as obrigações para a elaboração da LOA, a Lei Fiscal trouxe algumas atualizações com relação à Constituição, algumas adaptações que achou necessárias para a elaboração da LDO e uma delas é o Anexo de Riscos Fiscais. Muitas vezes, era estabelecido no PPA algum Projeto, alguma ação, mas quando chegava o momento da elaboração do Orçamento, percebia-se

ATA  
FLS 4

que já não havia mais condições, porque ocorriam imprevistos no caminho, e esses imprevistos podem ser chamados de Riscos Fiscais. Pode ser algum Precatório que estava tramitando em julgado, de repente foi deferido e tem que ser pago. Como ele passa a ser uma obrigação, é preciso abrir mão de outros investimentos para atender a esse Risco Fiscal. Então, a LDO exige que, ao percebermos que há alguma coisa que está acontecendo, ou por acontecer, até a elaboração do Orçamento ou durante o Exercício de 2016, temos que colocar na LDO as medidas que serão tomadas para sanar o problema.

O Anexo de Metas Fiscais é um demonstrativo para saber se haverá condições de sanar, de pagar, de custear o pagamento da Dívida Pública. Portanto, o Resultado Primário e o Resultado Nominal nada mais são do que um demonstrativo da capacidade que o Município tem de pagar a sua dívida fundada.

Em relação às Metas Físicas, neste momento entendemos ser precoce qualquer tipo de demonstração de Metas dentro destas duas áreas: Educação e Saúde. Isso porque não temos valores das Receitas de forma bem consolidada para trabalharmos nesse nível. Isso vai ser exigido no Orçamento, que é quando temos dados referentes às Secretarias, às ações, aos Programas Governamentais. Agora, vem de forma bem sintética, do Município. O que garantimos - obviamente temos que garantir -, por ser um dos dispositivos da LDO e da Constituição, é a manutenção do Ativo existente, do Patrimônio Público e das Ações de Manutenção, para depois incluirmos novos Projetos. Independentemente disso, na área da Educação e da Saúde, nós conseguimos identificar, porque algumas coisas já estão em andamento, por fazerem parte do Programa "Avança PG", que seria a entrega da construção do CER, dos CAPS I, II e AD; na Educação, são dez Unidades Escolares, sete do Ensino Fundamental e três do Ensino Infantil.

No documento que os Senhores receberam, juntamente com a Mensagem da Lei que encampou o Projeto de Lei, no Quadro 1, Tabela 1, são demonstrados, de forma "meio analítica", os itens que compõem a Receita que a Andrea passou. Lembrando que neste momento ainda é precoce estimar a Receita, pois até o Orçamento de setembro, esses números podem e devem mudar, o cenário será outro. Teremos um histórico maior, do próprio Exercício, para analisar e projetar. Então, essa Receita prevista de 1 bilhão, 135 milhões e 777 mil é destrinchada da maneira que está aí, analiticamente. Vereadores, isso os Senhores tem em mãos. No Quadro 1, Tabela 1, os Senhores conseguirão "enxergar" esses números.

Além de todos esses cuidados, que todo ano nós temos que ter na elaboração, temos um ano que é atípico, que vivenciamos de quatro em quatro anos, que é o último ano de Mandato do atual Governo. A LDO não trata especificamente disso, mas temos que fazê-la em consonância com as Leis que regem o último ano de Mandato, para não ferir nenhum dispositivo legal. Dentre esses dispositivos, destacamos alguns: A contratação de Despesas nos dois últimos Quadrimestres, o que caracteriza

o uso da máquina em favor do candidato - no caso, do Governante; a contratação de Pessoal, nos últimos cento e oitenta dias que antecedem o pleito; o limite da Dívida Pública, estabelecido pela Lei Fiscal - é mais aguda essa obrigação, no último ano de Mandato.

Outra questão: A proibição de distribuição de bens. Para isso, sempre usamos o exemplo da Cesta Básica: De repente, o Prefeito ou um Governante qualquer decide distribuir à sociedade carente Cestas Básicas - caso isso não esteja previsto na LDO e na LOA, não poderá ser executado no último ano de Mandato. Publicidade e propaganda é outro exemplo do que também não pode.

Concluindo, preferimos tratar a LDO desta maneira: De forma mais textual e com menos números. Sinceramente, já vivemos outras experiências em que os números mudam muito, o que acaba exigindo algumas explicações que, por vezes, não há. Observando o Primeiro Trimestre, utilizado como base para as Receitas da LDO, percebe-se que está totalmente fora do que vai acontecer no restante do ano. A volatilidade que estamos sofrendo, com relação à arrecadação, por conta da economia e da própria característica do Primeiro Trimestre, que é quando se arrecada grande parte do IPTU e do IPVA, que são receitas sazonais, não nos dá um cenário real para projetar os doze meses. Portanto, preferimos trazer agora a parte textual, o conceitual da LDO, que são as diretrizes e prioridades. Na LOA, sim, iremos destrinchar em âmbito de Secretarias, ações, fontes de recursos, projetos, com mais propriedade.

Era isso que eu tinha a dizer. Estamos à disposição para sanar quaisquer dúvidas que possam existir.

**O SR. PRESIDENTE** - Diante da explanação da equipe da Subsecretaria de Planejamento e Controle Orçamentário, a palavra, inicialmente, está à disposição dos Srs. Vereadores.

**O SR. VEREADOR CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN** - Boa tarde, Sr. Presidente, Sra. Regina; na pessoa da Regina, cumprimento os funcionários da Prefeitura. Minha primeira pergunta está na segunda folha da apresentação da LDO, no primeiro parágrafo, referente à revisão da Planta Genérica de Valores: "... por tudo, quiçá, exigirá uma revisão da Planta Genérica de Valores". Qual a probabilidade dessa revisão da Planta Genérica de Valores acontecer? A segunda pergunta é sobre a Planilha do Quadro III, no Item Cálculo da Dívida Consolidada e do Resultado Nominal. Aqui diz: "com exceção dos Precatórios". Se você puder, eu gostaria que passasse depois o valor total da dívida da Prefeitura, hoje, a título de curiosidade. Gostaria de saber, também, se há algum estudo ou relação de Metas Sociais, elencando as despesas necessárias para incrementar os Serviços Sociais prestados no Município, por exemplo: PAT, Educação, primeiro emprego, Incubadora de Empresas, cursos de capacitação à população, incentivo às pequenas e microempresas; saber se isso está previsto dentro da LDO. Existe previsão para melhorar os

equipamentos de Segurança, por exemplo: Apoio a reformas nas Delegacias, previsão de aumento do Efetivo da Guarda, aquisição de novas Viaturas. Gostaria de saber qual o valor previsto, dentro da LDO, para aluguéis. As perguntas são só estas. Agora, uma sugestão, que já fiz em diversas Audiências Públicas, quanto ao horário. Vocês podem ver que a Câmara está vazia, não é? Então, há a necessidade de se pensar em marcar para após as 18 horas, para que a população possa participar. É uma maneira de incentivar a participação popular. Seria importante, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** - Está registrada sua sugestão, Vereador.

**A SRA. APARECIDA REGINA F. DA SILVA** - Vereador, quanto à autorização para alteração de legislação tributária, é de praxe ter isso em todas as Leis de Diretrizes Orçamentárias. Se houver necessidade, o Sr. Nélio está aí, ele que é a pessoa que trabalha em cima da Planta Genérica de Valores. Sempre temos um estudo sobre a Planta Genérica de Valores, principalmente para termos conhecimento. O Sr. Nélio poderia até dar maior esclarecimento ao Senhor. Existe defasagem dentro de setores; dentro de um mesmo setor existem divergências de valores. Não se consegue, em apenas um estudo de Planta Genérica, resolver todos os problemas. Às vezes, a defasagem é de cinco, dez por cento, mas pode ser de cem, duzentos, quinhentos por cento. Por quê? Porque quando fazemos um estudo, há um cenário - se há escola perto, se há rua asfaltada. De repente, esse bairro recebe benefícios e isso, automaticamente, interfere no estudo de Planta Genérica, para saber o Valor Venal. Caso haja necessidade, há autorização para que se faça o estudo. Há alguns anos, viemos aqui na Câmara falar sobre a Planta Genérica de Valores, inclusive, os Vereadores, na época, queriam que a cada ano, ou a cada dois anos, se fizesse uma revisão. A Secretaria de Finanças, por meio do Nélio, estuda essa habilidade de se fazer essa atualização. Realmente, fica muito defasado. Há certos imóveis que estão, praticamente, dentro do mesmo valor de mercado, mas, na grande maioria, principalmente nos corredores marginais, há defasagem. Ocorrem melhoramentos, mudanças dentro do cenário urbano, e isso dá uma interferência grande. Esse estudo está sendo feito e, para que seja efetivado, tem que passar pela Câmara. A LDO diz que, se houver necessidade, pode-se fazer alteração tributária.

**O SR. VEREADOR ANTONIO CARLOS REZENDE** - Na outra Audiência, foi falado que como as evoluções são grandes em nosso Município e a Planta Genérica é registrada sempre a cada quatro, cinco, seis anos, causa um impacto muito grande para a população. Se fizermos ano a ano, ou um ano sim um ano não, o impacto será menor.

**A SRA. APARECIDA REGINA F. DA SILVA** - Quanto à Dívida Consolidada, você trouxe o valor da Dívida? (Dirigindo-se ao Sr. Cristiano de Mola). Ele passará o valor.

**O SR. CRISTIANO DE MOLA** - Seria o valor total ou o saldo?

**O SR. VEREADOR CARLOS EDUARDO GONÇALVES**  
**KARAN** - Valor total.

**O SR. CRISTIANO DE MOLA** - O Precatório não entra aí, por conta do próprio Quadro que já expurga esses valores, por não ser uma Dívida fundada. A Dívida não foi contratada por empréstimos, por exemplo, portanto, nós temos que expurgar realmente. Há um mapa de Precatórios que não aparece aqui, porque a LDO não vai até esse nível de detalhamento da Despesa. No entanto, o valor previsto, neste momento, para 2016 - que se continuar, na época da elaboração, será inserido na LOA - é de 4 milhões e 200 mil reais. Do que está transitando, já está julgado e decretado que temos que pagar, no momento é isso. Pode mudar, porque há coisas transitando em julgado, que podem vir a ser deferidas ou não.

**A SRA. APARECIDA REGINA F. DA SILVA** - O Tribunal de Justiça fecha o quadro em 30 de junho e depois o valor é passado. Este valor de 4 milhões e 200 é o que já temos certificado.

**O SR. CRISTIANO DE MOLA** - Provavelmente, este valor mudará.

**A SRA. APARECIDA REGINA F. DA SILVA** - Pode ser que mude.

**O SR. CRISTIANO DE MOLA** - Fazendo um adendo ao que a Regina disse, com relação à Planta Genérica, a LDO só autoriza mexer no Código Tributário, se necessário. Não há como identificar nenhum valor, neste momento, porque não foi inserido aqui.

**O SR. VEREADOR CARLOS EDUARDO GONÇALVES**  
**KARAN** - Sim. Eu li a palavra "quicá".

**O SR. CRISTIANO DE MOLA** - Caso haja necessidade. Há um artigo que trata especificamente disso.

**O SR. VEREADOR CARLOS EDUARDO GONÇALVES**  
**KARAN** - Espero que não.

**A SRA. APARECIDA REGINA F. DA SILVA** - Quanto às Ações Sociais, elas são mais detalhadas, realmente, na LOA. A LDO preconiza: Receitas, Despesas com Pessoal, Corrente e Capital. Ela não detalha o investimento em cada uma das Ações. Isso só será efetivado na LOA. Com relação aos Programas que estão em andamento, é o que a Lei diz: Não se pode começar outro, se não tiver um orçamento adequado para dar andamento ao que já começou. Isso é crime, pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Todos os projetos que estão em andamento têm que ter continuidade; só depois disso é que se faz alteração ou novos projetos.

No caso de Delegacias ou qualquer outro equipamento que seja da esfera federal ou estadual, também tem que ter autorização na LDO. Não sabemos, exatamente, o que será feito, mas tem que haver autorização na Lei de Diretrizes. Se for emprestar funcionário, fazer alguma reforma, precisa haver uma Lei específica e um Termo de Ajuste. Isso só é especificado dentro da LOA. Se houver destinação de recursos para outras esferas de Governo, tem que estar autorizada na LDO e com Lei específica, com ajuste, convênio ou acordo, para se fazer isso. Não se pode fazer algo sem autorização.

**O SR. VEREADOR CARLOS EDUARDO GONÇALVES**  
**KARAN** - No caso das Delegacias, isso está autorizado pela LDO?

**A SRA. APARECIDA REGINA F. DA SILVA** - As Delegacias são do Estado, portanto, se for fazer reforma em qualquer uma delas, terá que haver uma Lei específica, aqui na Câmara, autorizando e um Termo de Ajuste. A LDO autoriza que, se houver uma ação dessas, tem uma Lei autorizativa específica e um Termo de Ajuste. Isso se dá em qualquer equipamento que não faça parte da esfera municipal, como Delegacias e Cartórios, que são da esfera estadual ou federal.

A mesma coisa acontece com os valores de aluguéis. Valor de aluguel está em Despesas Correntes e só será especificado na LOA. Está respondido? (Pausa).

**O SR. VEREADOR CARLOS EDUARDO GONÇALVES**  
**KARAN** - Está respondido. Obrigado.

\* \* \*

- A Sra. Vereadora Tatiana Toschi Mendes faz uso da palavra sem uso do microfone.

\* \* \*

**A SRA. APARECIDA REGINA F. DA SILVA** - O que pode estar acontecendo é estar zerado na execução efetiva do Projeto, mas está

ATA  
FLS

sendo feito Projeto, Licitação. Então, ele não teve andamento físico, mas está tendo andamento administrativo. Pode ser que na outra, também tenha tido um andamento administrativo. Só passa a ser efetivamente físico, quando se estiver construindo ou reformando algo.

\* \* \*

- A Sra. Vereadora Tatiana Toschi Mendes faz uso da palavra sem uso do microfone.

\* \* \*

**A SRA. APARECIDA REGINA F. DA SILVA** - Às vezes, pode ser que o Projeto tenha sido desmembrado, mas essa é uma explicação que pode ser obtida na Seop.

**O SR. PRESIDENTE** - Mais algum Vereador tem pergunta para fazer? (Pausa).

**O SR. VEREADOR ANTONIO CARLOS REZENDE** - A partir da pergunta do Vereador Karan, eu gostaria de saber se em uma obra pública, estadual ou federal, por exemplo, se em uma Delegacia ocorrer um problema muito sério e o Estado não quiser contribuir, o Município pode usar a Reserva de Contingência para fazer algo - ou não?

**A SRA. APARECIDA REGINA F. DA SILVA** - A Reserva de Contingência só é usada, praticamente, depois do Segundo Semestre. Por exemplo: Você reserva 10 milhões, quinze milhões, e no começo do ano você não tem como saber se vai acontecer algum passivo, que vai "estourar". De repente, um Juiz decreta: "Isto tem que ser feito." Então, você tem que ter aquele dinheiro ali! Agora, se chega setembro, outubro, e não aconteceu nada, você não vai deixar aquele dinheiro parado, uma dotação parada, com a qual você pode fazer alguma coisa. Porém, se for para fazer alguma coisa de outra esfera de governo, tem que ter autorização. Seja com Reserva de Contingência ou com recursos que podem ser remanejados, tem que ter autorização.

**O SR. PRESIDENTE** - Mais algum Vereador gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa). Não havendo mais Vereadores que queiram se manifestar, a palavra está aberta aos munícipes presentes que desejarem fazer alguma pergunta. (Pausa). Ninguém desejando fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a Audiência Pública. Boa tarde a todos.

\* \* \*



- Levanta-se a Audiência Pública.

\* \* \*



---

Vereador Roberto Andrade e Silva  
Presidente da Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande e  
Presidente da Mesa Dirigente dos Trabalhos



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo**

Em 05 de Maio de 2.015.

**OFÍCIO GPC-L Nº 073/2015**

**SENHOR PREFEITO:**

Precedendo de meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para levar ao vosso conhecimento que esta Câmara Municipal fará realizar audiência pública, no próximo dia 18, as 15 horas, no Plenário desta Edilidade, referente a tramitação do Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências, em trâmite nesta Casa.

Com o intuito de poder colaborar nesta audiência pública, solicito os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de colocar à disposição dos Nobres Vereadores, um técnico que esteja inteirado sobre o assunto para, se for o caso, dirimir dúvidas ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

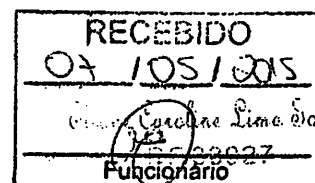
Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência as homenagens deste Legislativo, somadas aos meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente

**CÓPIA**

Excelentíssimo Senhor  
**Dr. ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
DD. Prefeito da Estância Balneária de  
**PRAIA GRANDE – SP**



ATA  
FLS

12



Gabinete do Prefeito

*Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

*Quarta-feira*  
*12/05/2015*  
*Manoel Roberto do Carmo*

**Manoel Roberto do Carmo**  
Diretor Legislativo

Em 11 de maio de 2015.

**OFÍCIO GP N° 0302/2015**

Ref.: Ofício GPC-L n° 073/15

Excelentíssimo Senhor  
**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente da Câmara Municipal da Estância Balneária de  
**PRAIA GRANDE - SP**

Tem o presente a finalidade de indicar, abaixo relacionados, os nomes dos técnicos para prestarem eventuais esclarecimentos quanto ao Projeto de Lei Complementar que estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da lei orçamentária municipal para o exercício de 2016, no próximo dia 18, às 15 horas, nessa Casa de Leis.

- Aparecida Regina Fermino da Silva
- Cristiano de Mola
- Benedito Evandro Francisco de Souza
- Andrea Nowill Azevedo

Sem mais, aproveitamos o ensejo para renovar votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

*2*  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
Prefeito

ATA  
FLS. 3



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

Em 06 de Maio de 2.015.

**À COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Excelentíssimos Senhores

Vereadores: **ANTONIO CARLOS REZENDE** - Presidente  
**MARCO ANTONIO DE SOUSA** - Relator  
**BENEDITO RONALDO CESAR** - Membro

Comunico a Vossas Excelências que faremos realizar, no próximo dia 18 de maio - SEGUNDA-FEIRA, às 15 horas, no Plenário desta Edilidade, Audiência Pública sobre a tramitação do Projeto de Lei Complementar que estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração do orçamento de 2016 cumprindo, assim, o que determina o artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2.000 \_ Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente

CIENTE, 06/05/2015

**ANTONIO CARLOS REZENDE**

**MARCO ANTONIO DE SOUSA**

**BENEDITO RONALDO CESAR**

# Classificados

www.jornalgazetadolitoral.com.br

FAZ SABER ao Espólio de JOSÉ LUIZ PALACIOS Y CORRAL, representado por seu inventariante Juan José Palacios Corral, Espólio de Edevar Vial, representado por seu inventariante Carlos Augusto Vial, Carlos Augusto Vial, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores; que RODOLPHO PAPP, HELENA MARKI PAPP ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a aquisição do domínio do APARTAMENTO 14, localizado no primeiro andar do Edifício Lisa, situado na Rua A, na Vila Oceanic, nesta cidade de Praia Grande, com área útil de 47,50m², área comum de 12,12m, área total de 59,62m², correspondendo-lhe a 26,146m² de área ideal do terreno. Matrícula nº 121.161 do CRI de Praia Grande, alegando posse mansa e pacífica do imóvel, sem interrupção nem oposição de terceiros interessados, desde 12/08/1974, conforme comprova a escritura de compromisso de venda e compra, anexa aos autos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 30(trinta) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. Nada Mais. Dado e passado nesta cidade de Praia Grande, aos 17 de março de 2015.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO JARDIM IMPERADOR CONVOCA todos os associados a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, para Eleição e Posse da Diretoria para o BIÊNIO 2015/2017, a ser realizada no dia 20 de junho de 2015, com início às 16h00min, na sede social da Associação, localizado na Rua Domitila de Castro, 603, Jardim Imperador, CEP 11707-310, no município de Praia Grande/SP.

### ORDEM DO DIA

- 16h00minh: Assembleia Geral Extraordinária
- 17h00minh: Eleição e Posse da Diretoria para o Biênio 2015/2017

- a) Poderão se candidatar para concorrer a eleição todos os associados do bairro Jardim Imperador, que residam entre as Ruas Visconde de Cairú até a Rua Visconde Mauá, que deverão registrar a chapa até o dia 17 de junho de 2015 na sede da Associação, das 09h00min às 16h00min.
- b) poderão votar todos os associados do bairro Jardim Imperador, maiores de 16 anos munidos de qualquer documento com foto e comprovante de residência em seu nome (conta de energia, telefone, correspondência bancária) ou ainda, com a Carteira da USAFA REAL - Unidade Básica da família do Bairro.

Praia Grande, 11 de maio de 2015.  
A DIRETORIA

Sigam os perfis do **Gazeta do Litoral**  
@GazetadoLitoral Gazeta do Litoral  
Aproveitem para dar sugestões, comentar  
matérias e reclamar de algo que  
(esteja) incomodando

6



APARTAMENTO QUAI

VENDE- APART. c/ 1 ALUGO- QUARTAL DA PESSOA  
empresas PABLO EDUARDO REIS  
EPP; TAQUITRANS - PRESTAÇÃO  
VIÇOS LTDA. e TAQUIPAR SERV  
TAQUIGRAFIA LTDA. que atender  
os termos do edital. Fica previan  
signado o dia 21/05/2015, às 15  
para abertura dos envelopes n.º 1  
posta Comercial, ocasião em que  
julgamento da fase de classificação  
Grande, 12 de maio de 2015.

**Fabiano Cardoso Vincigu**  
Presidente da Comissão  
Permanente de Licitação

Gazeta do Litoral 14 e 15 de maio de 2015

35172	ANDRE NERI DOS SANTOS	5	09/04/2015
35236	AMAURI DA SILVA SANTOS	5	15/03/2015
35254	KELLY KRISTINA VIEIRA	5	07/03/2015
35262	ALEXANDRE BARBOSA MALVARES	5	04/03/2015
35269	SOLANGE DOS SANTOS SIEIRO	5	12/03/2015
35289	SANDRA SOARES DOS SANTOS	5	16/03/2015
35292	ANTONIO CLAUDIO ALVES DA SILVA	5	18/03/2015
35431	MICHEL MONIQUE BORJA DOS SANTOS	5	03/05/2015
35920	EDNA RODRIGUES VIEIRA DE OLIVEIRA	10	26/12/2014
37253	SANDRA NASCIMENTO PALMIERI	10	25/03/2015
TOTAL		115	

MARCELO YOSHINORI KAMEIYA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



## Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande

Est. de São Paulo

### COMUNICADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O Poder Legislativo de Praia Grande COMUNICA a todos, que **NESTE MÊS DE MAIO DE 2015** serão realizadas, no Plenário desta Edilidade, sito a Praça Vereador Vital Muniz, nº 1 – Boqueirão, as seguintes **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**:

**DIA 18(SEGUNDA-FEIRA) – 15 HORAS – AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016:**

**DIA 25(SEGUNDA-FEIRA) – 15 HORAS – AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA DE SAÚDE REFERENTE AS METAS ATINGIDAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015;**

**DIA 27(QUARTA-FEIRA) – 15 HORAS – AUDIÊNCIA PÚBLICA DO EXECUTIVO MUNICIPAL REFERENTE AS METAS FISCAIS ATINGIDAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015.**

Praia Grande, 14 de Maio de 2015.  
**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente

Edital de Citação - Prazo de 20 dias.  
0000561-39.2009.8.26.0477. O Dr. André I  
Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca  
Grande/SP, na forma da Lei, etc... Faz Sab  
Henrique Nunes CPF: 212.901.448-85  
Candida Silva Nunes CPF: 322.985.038-6  
Litoral Empreendimentos Imobiliários Lt  
04.106.278/0001-07 ajuizou Ação de  
Contratual Cumulada com Pedido Indenizat  
integração de Posse, Procedimento  
objetivando a rescisão do instrumento pe  
promessa de venda e compra de salas c  
onde os réus compraram a sala 404 do E  
mercial Miami, sito na Avenida President  
nº 13.442, Praia Grande/SP e a reintegraç  
se do mesmo, com o pagamento das pr  
previstas na cláusula 10ª do referido cor  
como condenar os requeridos no valor de F  
mensais a partir do inadimplemento até a  
do imóvel, acrescido de juros de mora de  
e correção monetária e eventuais débitos  
mínio e IPTU. Estando os requeridos em  
rado, expede-se edital, para que em 15 d  
após os 20 dias supra, contestem o feito  
de presumirem-se verdadeiros os fatos e  
Será o presente edital, afixado e publicad  
da Lei. Praia Grande/SP, 06/08/2014.



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

**COMUNICADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

O Poder Legislativo de Praia Grande  
COMUNICA a todos, que NESTE MÊS DE MAIO DE 2015  
serão realizadas, no Plenário desta Edilidade, sito  
a Praça Vereador Vital Muniz, nº 1 - Boqueirão, as  
seguintes AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

**DIA 18 (SEGUNDA-FEIRA) - 15 HORAS -**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE**  
**LEI COMPLEMENTAR QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES A**  
**SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**  
**DE 2016;**

**DIA 25 (SEGUNDA-FEIRA) - 15 HORAS -**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA DE SAÚDE REFERENTE**  
**AS METAS ATINGIDAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015;**

**DIA 27 (QUARTA-FEIRA) - 15 HORAS -**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA DO EXECUTIVO MUNICIPAL REFERENTE**  
**AS METAS FISCAIS ATINGIDAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE**  
**DE 2015.**

Praia Grande, 06 de Maio de 2015.

  
**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente

Afixado no quadro geral de  
avisos do Legislativo Municipal  
conforme art. 106 da Lei n.º 681/90  
(Lei Orgânica Municipal), durante  
03 (três) dias.  
Praia Grande, 06/05/2015

  
**Manoel Roberto do Carmo**  
Diretor Legislativo

ATA  
FLS. 16



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

**COMUNICADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

O Poder Legislativo de Praia Grande COMUNICA a todos, que NESTE MÊS DE MAIO DE 2015 serão realizadas, no Plenário desta Edilidade, sito a Praça Vereador Vital Muniz, nº 1 - Boqueirão, as seguintes AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

**DIA 18 (SEGUNDA-FEIRA) - 15 HORAS -**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016;**

**DIA 25 (SEGUNDA-FEIRA) - 15 HORAS -**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA DE SAÚDE REFERENTE AS METAS ATINGIDAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015;**

**DIA 27 (QUARTA-FEIRA) - 15 HORAS -**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA DO EXECUTIVO MUNICIPAL REFERENTE AS METAS FISCAIS ATINGIDAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015.**

Praia Grande, 14 de Maio de 2015.

**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente

ATA  
FLS 17

## **Roberto - Câmara Praia Grande**

**De:** "Imprensa Câmara de Praia Grande" <imprensa@camarapraia grande.sp.gov.br>  
**Para:** "Imprensa Câmara de Praia Grande" <imprensa@camarapraia grande.sp.gov.br>  
**Enviada em:** sexta-feira, 15 de maio de 2015 15:32  
**Assunto:** Audiência Pública debate LDO na Câmara Municipal

### **Audiência Pública debate LDO na Câmara Municipal**

*Proposta trata das diretrizes a serem observadas na elaboração do orçamento municipal para 2016*

A Câmara Municipal de Praia Grande recebe nesta segunda-feira (18), às 15 horas, Audiência Pública sobre o Projeto de Lei Complementar que estabelece as Diretrizes a serem observadas na Elaboração da Lei Orçamentária do Município para o Exercício de 2016, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Durante a plenária, aberta a população, vereadores e o público presente poderão fazer questionamentos e tirar dúvidas sobre a proposta, que tramita na Casa de Leis desde de 30 de abril.

A matéria deve ser pautada para votação e devolvida para sanção, ao Executivo, dentro do prazo estabelecido pela Lei Orgânica Municipal, que é 30 de junho. Para isso, serão realizadas duas votações, com intervalo de dez dias entre cada plenária.

A LDO estabelece metas e prioridades e contribui para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA), que regula receitas e despesas da Administração Municipal para o próximo ano. A previsão, até o momento, é de que a Receita do Município chegue a pouco mais de R\$ 1 bilhão.

A Câmara Municipal fica na Praça Vereador Vital Muniz, nº 01, Bairro Boqueirão.

Informações para a Imprensa

Christiane Disconsi MTB 52.820

Assessora de Imprensa

Câmara de Vereadores da Estância Balneária de Praia Grande

(13) 3476-1717/ 7822-2784/ ID 55\*44\*63141

[imprensa@camarapraia grande.sp.gov.br](mailto:imprensa@camarapraia grande.sp.gov.br)

[www.camarapraia grande.sp.gov.br](http://www.camarapraia grande.sp.gov.br)

[www.camarapraia grande.sp.gov.br](http://www.camarapraia grande.sp.gov.br)

18/05/2015

ATA  
FLS

18





## Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

Em, 30 de Abril de 2015.

*Decreto  
30/4/2015  
[Signature]*

Mensagem nº. 1

*L.C. 703  
DE: 15/06/2015*

Manoel Roberto do Carmo  
Diretor Legislativo

Com a aprovação dessa Colenda Câmara o Projeto de Lei nº. 703, de 15 de junho de 2015, que dispõe ao disposto no art. 165 da Constituição Federal, e a Lei Municipal nº. 703, de 15 de junho de 2015, que estabelece as Diretrizes a serem observadas na Elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2016 e dá outras providências”.

Na elaboração do referido projeto foram observados os preceitos técnicos e a legislação pertinente, assim como foram priorizadas a participação de todas as unidades administrativas responsáveis pelo desenvolvimento das ações governamentais.

Salientamos que esta Lei Complementar de Diretrizes Orçamentárias norteia as Ações Governamentais, em conformidade aos anseios de nossa população, e estão em consonância com as metas e perspectivas de arrecadação de receita prevista para o exercício de 2016 e os dois subsequentes. Face a conjuntura nacional, no que respeita às transferências intergovernamentais, mantivemos perspectivas conservadoras, principalmente pelas indefinições dos órgãos gerenciadores desses recursos.

Destacamos também, nossa constante preocupação em levantar dados pertinentes aos recursos que farão frente aos custos com Pessoal e Encargos, aos valores das ações governamentais na manutenção e funcionamento dos Órgãos Públicos, bem como o montante do serviço da dívida, priorizando assim a manutenção dos serviços atualmente ofertados a população e a preservação do patrimônio público.

Somente depois de vencidas estas fases do planejamento, foram alocados os recursos destinados aos Investimentos em Obras e Equipamentos, recursos estes

*[Signature]*

ATA  
FLS

*19*



**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
ESTADO DE SÃO PAULO

imprescindíveis para alavancarmos o Programa “Avança PG” no exercício financeiro de 2016 com a implantação de 10 (dez) novas unidades escolares, sendo 3 (três) de Educação Infantil e 7 (sete) do Ensino Fundamental e também dos Caps I e II e Caps AD, forjando esta peça orçamentária de maneira compatível com as premissas desta Administração e com as demandas sociais. Por conta disto, fez-se necessário o ajustamento das metas e prioridades estabelecidas anteriormente na elaboração do Plano Plurianual vigente buscando promover a harmonização entre as peças orçamentárias do Município.

Cabe ressaltar, a sensível redução observada em relação aos recursos destinados as expansões em função não só do crescimento vegetativo dos serviços colocados à disposição da população, mas de forma enfática pelos índices inflacionários alcançados recentemente, os quais ultrapassaram em muito a meta estabelecida e considerada razoável pelo Governo Federal, e, por tudo isso, quiçá, exigirá uma revisão da Planta Genérica de Valores, trazendo-a mais próxima da realidade da qual está significativamente afastada e, com isso, manter a capacidade de investimento no nível das demandas da sociedade.

No que diz respeito à política salarial do quadro de servidores, está prevista a reposição do índice de inflação passada, como forma de manter o poder aquisitivo do servidor municipal. Ainda, dissertando sobre esta matéria, em especial ao que tange as contribuições ao RPPS, esta propositura obedece ao que estabelece as Leis Complementares Municipais nº. 666 /2013 e 683/2014 que tratam da momentânea substituição da alíquota suplementar preconizadas na última Avaliação Atuarial pelo aporte de bem imóvel transferido pelo Poder Executivo mediante celebração de escritura pública de doação. Com isso, a alíquota Patronal da Administração Direta e Indireta permanece em 13,25% nos exercícios de 2016 e 2017, saltando para 26,25% em 2018, sendo 13% referentes à retomada da alíquota suplementar já supracitada.

Além da escassez de recursos, um fator preponderante em manter esta política de pessoal é o grau de comprometimento da Receita Corrente Líquida, o qual é ditado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e acompanhado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

ATA  
FLS 20



**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Por esta razão, visando garantir uma cobertura para riscos e eventos fiscais imprevistos, fica estimada uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, de no máximo 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida.

Esta proposta de LDO contempla ainda as medidas que em primeiro momento, conseguimos apurar como necessárias para o cumprimento dos Termos de Ajustes de Conduta, firmados entre a municipalidade e o Ministério Público.

Dada à importância deste projeto de Lei Complementar na definição dos rumos da sustentabilidade do município, cabe-nos alertar quanto à indispensável compreensão e colaboração dos servidores em geral, da sociedade civil organizada, dos munícipes e, notadamente, dessa Edilidade, para que num esforço conjunto com a Administração Municipal, permitam que sejam alcançadas as metas fixadas, visando não só o equilíbrio das contas públicas, mas também procurando alcançar uma maior satisfação das demandas sociais.

Certo de que a matéria será alvo de especiais deferências dessa Casa de Leis, e do espírito público que norteia a relação entre o Executivo e o Legislativo, esperamos a participação e compreensão de todos os Membros dessa Colenda Casa para deliberação e aprovação deste Projeto que norteará a elaboração da peça orçamentária de 2016.

Sem mais, aproveitamos a oportunidade para reiterar as Vossas Excelências os nossos especiais protestos de elevado apreço.

Atenciosamente,

  
**Alberto Pereira Mourão**  
Prefeito

Ao Excelentíssimo Senhor  
Roberto Andrade e Silva  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Praia Grande / SP

ATA  
FLS 



# Município da Estância Balneária de Praia Grande

Estado de São Paulo

## RELATÓRIO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO EM 2015

Em observância ao parágrafo único do artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, segue relatório contendo informações relativas a posição dos projetos em andamento no exercício de 2015.

ORDEM	PROJETOS EM ANDAMENTO	REALIZADO
1	Substituição de lâmpadas Incandescentes dos Semáforos por Led's	15,00%
2	CEF – Urbanização do Núcleo Piratas	73,22%
3	Implantação da Logística Reversa de Embalagens de Óleo Lubrificante Automotivo	35,00%
4	Implantação da Logística Reversa de Gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos na fase pós-consumo	25,00%
5	Coordenação do grupo de trabalho e apoio técnico para elaboração do Plano de Arborização Municipal	80,00%
6	Recuperar área Profundir/Campanhas	90,00%
7	Recuperar área Antigo Lixão/Investigação Detalhada	75,00%
8	Construção de Quadra Poliesportiva coberta com vestiário – Bairro Nova Mirim	20,00%
9	Construção de Centro de Excelência do Judô	30,00%
10	Área de Lazer para a Escola de Ensino Fundamental – Bairro Ocian	15,00%
11	Área de Lazer para a Escola de Ensino Infantil – Bairro Ocian	40,00%
12	Construção de Unidade de Ensino Fundamental Ocian	45,00%
13	Construção de Unidade de Ensino Fundamental Caiçara	65,00%
14	Construção de Unidade de Ensino Fundamental Mirim	70,00%
15	Construção de ETIM – Maracanã	65,00%
16	Construção de Unidade de Ensino Infantil Núcleo Piratas	Procedimento Licitatório
17	Construção de Unidade de Ensino Fundamental Núcleo Piratas	Procedimento Licitatório
18	Construção de Unidade de Ensino Infantil Aviação	Procedimento Licitatório
19	Construção de Unidade de Ensino Fundamental Aviação	Procedimento Licitatório
20	Construção de ETIM – Aviação/Guilhermina	Procedimento Licitatório
21	Construção de Unidade de Ensino Fundamental Ipanema/Mirim	Procedimento Licitatório
22	Construção de Unidade de Ensino Fundamental e Infantil Ribeirópolis	Procedimento Licitatório
23	ST/UAM – Serviços Complementares da Reurbanização da Av. Presidente Kennedy	100,00%
24	CEF – Pavimentação e Drenagem no Jardim Marília e Canalização do Canal dos Japoneses	00,00%
25	DADE 2013 - Remodelação da Av. Ayrton Senna da Silva – FASE 2	21,27%
26	DADE 2014 – Remodelação da AV. Ayrton Senna da Silva – FASE 2 Complementar	00,00%
27	DADE 2014 – Revitalização do Centro Expandido do Bairro Boqueirão	00,07%
28	FEHIDRO – Readequação Hidráulica do Canal Samambaia	38,95%
29	FUNDO – Execução de Rotatória e Pavimentação de ruas no Bairro Aviação	100,00%
30	CEF – Pavimentação e Drenagem do Bairro Melvi	100,00%

ATA  
FLS. 22



**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
Estado de São Paulo

ORDEM	PROJETOS EM ANDAMENTO	REALIZADO
31	CEF – Reurbanização do passeio da AV.Roberto de Almeida Vinhas entre rua Dorivaldo Loria e rua do canal	00,00%
32	Execução de Pavimentação e Drenagem em ruas dos bairros Sítio do Campo e Vila Sônia	00,00%
33	CEF – Reurbanização do calçadão da orla da praia entre os bairros Boqueirão a Mirim	00,00%
34	CEF – Execução de pavimentação,drenagem e rede de esgotamento no Núcleo Mirim	00,00%
35	CEF – Pavimentação e Drenagem da Rua 27 e avenida J no complexo Administrativo	00,00%
36	CEF – Pavimentação e Drenagem da Avenida Z no complexo Administrativo	00,00%
37	CEF – Pavimentação e Drenagem de diversas vias no bairro Maracanã	00,00%
38	CEF – Revitalização Urbanística da Avenida Guilhermina	00,00%
39	CEF – Revitalização do passeio da Av. Ministro Marcos Freire entre a curva do S e a rua João de Paula Philbert	00,00%
40	CEF – Revitalização do passeio da Av. Ministro Marcos Freire entre a rua João de Paula Philbert a Rua José Bonifácio	00,00%
41	CEF – Revitalização Urbanística das Ruas de Acesso do Bairro Aviação	00,00%
42	CEF – Pavimentação da Rua Ricieri Fordiani	00,00%
43	CEF – Pavimentação e Drenagem em vias do município de Praia Grande	00,00%
44	CEF – Implantação de corredores de Transporte Coletivo as avenidas marginais à rodovia Padre Manoel da Nóbrega	00,00%
45	CEF – Reforma do Centro Esportivo Municipal Antarctica – Ginásio Magic Paula	00,00%
46	CEF – Reforma e modernização do campo de Futebol – Botafogo	00,00%
47	CEF – Reforma e modernização do campo de Futebol – Real	00,00%
48	CEF – Reforma e modernização do campo de Futebol – Unidos	00,00%
49	CEF – Construção do Centro de Iniciação ao Esporte – CIE	00,00%
50	CEF – Reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde – CAPS	00,00%
51	CEF – Construção de Unidade de Atenção Especializada em Saúde - CER	00,00%
52	MS - Reforma de Unidade Básica de Saúde Boqueirão	43,85%
53	MS - Construção de Unidade Básica de Saúde - USAFA RIO BRANCO	09,61%
54	MS - Construção de Unidade Básica de Saúde - USAFA CALIPAL	20,51%
55	MS - Construção de Unidade Básica de Saúde - USAFA MARACANÃ	09,72%
56	MS - Construção de Unidade Básica de Saúde - USAFA SANTA MARINA	00,00%
57	MS - Construção de Unidade Básica de Saúde - USAFA ALOHA	19,11%
58	MS - Construção de Unidade Básica de Saúde - USAFA OCIAN	09,40%
59	MS - Construção de Academia de Saúde São Jorge	80,00%
60	MS - Construção de Academia de Saúde - Construção Polo Samambaia	00,00%
61	MS - Construção de Academia de Saúde Construção Polo Melvi	00,00%
62	MS - Construção de Academia de Saúde Construção Polo Maracanã	00,00%
63	MS - Construção de Academia de Saúde - Construção Jardim Aloha	00,00%
64	MS - Construção de Academia de Saúde - Construção de Polo Santa Marina	00,00%
65	MS - Construção de Academia de Saúde - Construção de Polo Rio Branco	00,00%



**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
Estado de São Paulo

ORDEN	PROJETOS EM ANDAMENTO	REALIZADO
66	MS - Construção de Academia de Saúde - Construção de Polo Ocian	00,00%
69	MS - Construção de Academia de Saúde - Construção Polo Calipal	00,00%
70	CEF - Reforma e Modernização do Campo de Futebol - Magic Paula	00,00%
71	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica Financeira para Instalação do CITPG	60,00%
72	GEM - Gestão de Educação Municipal	70,00%
73	Remodelação da ferramenta para atualização do Portal da Prefeitura de Praia Grande	20,00%
74	Sistema de Recursos Humanos	10,00%
75	Sistema de Controle de Processos Judiciais	95,00%
76	Sistema de Competições e Atletas	05,00%
77	Geração de Remessa da 2ª via do IPTU	60,00%
78	Modernização do Sistema de Gestão de Tributos	10,00%
79	Projeto Cultura Urbana (Parceria CMDCA)	00,00%
80	Padronização da Frota de Taxi	00,00%
81	Renovação/Modernização Sistema de Transporte	05,88%
82	Modernização dos abrigos de ônibus existentes	01,24%
83	Implantação de bicicletário público	00,00%

Em 30 de Abril de 2015

ALBERTO PEREIRA MOURÃO  
PREFEITO



**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR.....**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.

Prefeito da Estância Balneária de Praia Grande,  
Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faço saber que a Câmara Municipal, em sua  
..... Sessão..... realizada em..... de..... de 2015, aprovou e eu  
promulgo a seguinte Lei Complementar:

**CAPITULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Esta lei complementar estabelece, nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

**Parágrafo único.** Além das normas a que se refere o *caput*, esta Lei Complementar dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**CAPITULO II**

**DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 2º.** As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2016 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, integrante desta lei complementar, as quais têm precedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo em limite à programação da despesa.

**Parágrafo único.** As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-ão modificadas por leis posteriores, inclusive pela lei orçamentária, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.



**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**CAPITULO III**  
**DAS METAS FISCAIS**

**Art. 3º.** As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2016 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta lei complementar, desdobrado em:

- Tabela 1 - Metas Anuais;
- Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;
- Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Tabela 6 – Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.
- Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

**CAPÍTULO IV**  
**DOS RISCOS FISCAIS**

**Art. 4º.** Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta lei complementar, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

**CAPÍTULO V**  
**DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

**Art. 5º.** A lei orçamentária conterá reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

ATA  
FLS

26





## **Município da Estância Balneária de Praia Grande**

ESTADO DE SÃO PAULO

**§ 1º.** A reserva de contingência será fixada em no máximo 3% (três) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

**§ 2º.** Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS**

**Art. 6º.** Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente em 2016.

### **CAPÍTULO VII**

#### **DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO**

**Art. 7º.** Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

**§ 1º** Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

**§ 2º** O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

**Art. 8º.** No prazo previsto no *caput* do art. 7º, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.

**§ 1º.** Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos

ATA  
FLS

28



## **Município da Estância Balneária de Praia Grande**

ESTADO DE SÃO PAULO

resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 3º. Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

§ 4º. Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

§ 5º. Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos percentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.

§ 6º. A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 7º. Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º deste artigo também incidirá sobre o valor das emendas individuais eventualmente aprovadas na lei orçamentária anual.

§ 8º. Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 9º. A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **DAS DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 9º.** Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I. concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;

ATA  
FLS

28



**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
ESTADO DE SÃO PAULO

II. admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º. Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I. prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II. lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do *caput*;

III. no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

I – no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

II – nas situações de emergência e de calamidade pública;

III - para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;

IV – para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino;

V - nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo Chefe do Poder.

## **CAPÍTULO IX**

### **DOS NOVOS PROJETOS**

**Art. 10.** A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º. A regra constante do *caput* aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

## **CAPÍTULO X**

### **DO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

**Art. 11.** Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de

ATA  
FLS

29



**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
ESTADO DE SÃO PAULO

serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

**CAPÍTULO XI**

**DO CONTROLE DE CUSTOS**

**Art. 12.** Para atender ao disposto no art. 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 101/00, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.

**Parágrafo único.** Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

**CAPÍTULO XII**

**DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**

**Art. 13.** Observadas as normas estabelecidas pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na lei orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas, desde que em atendimento a recomendação expressa de unidade competente da Administração.

**Parágrafo único.** De igual forma ao disposto no *caput* deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

**Art. 14.** Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:

I – apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;

II - demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão concessor, em relação a sua aplicação direta;

III – justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;



**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
ESTADO DE SÃO PAULO

IV – em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na lei orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

V – vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.

VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

§ 1º. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

§ 2º. As contribuições somente serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

§ 3º. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.

**Art. 15.** As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.

**Parágrafo único.** Os repasses previstos no *caput* serão efetuados em valores decorrentes da própria lei orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

**Art. 16.** Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis; e haja autorização legislativa, dispensada esta no caso de competências concorrentes com outros municípios, com o Estado e com a União.



### **CAPÍTULO XIII**

#### **DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS**

**Art. 17.** Nas receitas previstas na lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

**Art. 18.** O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

II - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III - modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e mais justa;

IV - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

**Art. 19.** A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no *caput* do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.

### **CAPÍTULO XIV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 20.** O Poder Executivo poderá, mediante lei específica, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2016 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.



**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, consideram-se exceções as atividades de *ciência, tecnologia e inovação*, podendo realizar as permutas entre as dotações orçamentárias mediante decreto do Poder Executivo.

**Art. 21.** Em cumprimento ao que dispõe expressamente o art. 167, VI, da Constituição Federal, as permutas de recursos orçamentários, quando realizados no âmbito de um mesmo órgão e na mesma categoria de programação, independem de autorização legislativa.

**Parágrafo único.** As categorias econômicas e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).

**Art. 22.** As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

**Art. 23.** A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 30 de agosto de 2015.

**§ 1º.** O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no *caput*, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2015 e 2016, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**§ 2º.** Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele Poder.

**Art. 24.** Não sendo encaminhado o autógrafo do projeto de lei orçamentária anual até a data de início do exercício de 2016, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

**§ 1º.** Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

**§ 2º.** Na execução das despesas liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2016 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**§ 3º.** Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei dos orçamentos no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, excepcionalmente, por decreto do Poder Executivo, após a publicação da lei orçamentária.

**§ 4º.** Ocorrendo a hipótese deste artigo, as providências de que tratam os arts. 7º e 8º serão efetivadas até o dia 30 de janeiro de 2016.

ATA  
FLS

33



**Município da Estância Balneária de Praia Grande**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 25.** As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2016 serão inscritas em restos a pagar, processados e não processados, e, para comprovação da aplicação dos recursos nas áreas da educação e da saúde do exercício, terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente.

**Art. 26.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

....., ..... de ..... de 2015.

  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
**PREFEITO**



## Município de PRAIA GRANDE

## Quadro I

## CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

DISCRIMINAÇÃO	Realizado	Valores constantes - projeção			
	Arrecadado 2014	Reestimativa 2015	Estimativa 2016	Estimativa 2017	Estimativa 2018
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	1.056.072	1.116.697	1.058.285	1.073.033	1.086.74
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>					
Impostos	391.428	424.634	435.752	445.686	453.37
Imposto sobre a Prop. Predial e Territ. Urbana	334.397	363.334	373.937	382.738	389.50
Imposto s/ Transmissão Inter-Vivos Bens Imóveis	226.915	257.496	267.392	274.951	280.96
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	45.396	43.089	43.235	43.442	43.44
Imposto de Renda Retido na Fonte	34.622	36.766	37.242	38.152	38.90
Taxas	27.464	25.983	26.068	26.193	26.19
Pelo Exercício do Poder de Polícia	56.966	61.265	61.782	62.917	63.84
Pela prestação de serviços	13.653	14.638	14.349	14.304	14.26
Contribuição de Melhoria	43.313	46.627	47.433	48.613	49.58
	65	35	33	31	31
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>					
Contribuições Sociais para o RPPS	90.249	93.272	98.071	102.809	107.825
Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	69.161	72.720	77.329	81.964	86.884
	21.084	20.552	20.746	20.845	20.945
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>					
Receitas Imobiliárias	43.174	74.183	38.148	36.879	38.179
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0	0	0
Demais Receitas Patrimoniais	37.125	33.648	32.211	33.433	34.957
	6.049	40.535	5.937	3.446	3.218
Receita agropecuária	0	0	0	0	0
Receita industrial	0	0	0	0	0
Receita de serviços	332	339	0	0	0
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>					
Transferências da União	473.108	469.699	439.936	441.964	442.302
Fundo de Participação dos Municípios	156.034	155.252	151.046	149.311	146.194
Cota-parte do Imposto Territorial Rural	54.856	53.005	53.446	54.970	56.069
Cota-parte do IOF/Curo	0	0	0	0	0
Outras Transferências da União	101.169	102.238	97.591	94.333	90.117
Transferência Financeira - LC 87/96 (Lei Kandir)	390	0	0	0	0
Transferências do SUS	58.997	58.387	56.323	53.898	51.577
Transferência do Salário-educação (FNDE)	22.917	26.125	23.726	23.483	22.176
Demais Transferências do FNDE	5.360	5.770	6.876	6.745	6.597
Transferências do FNAS	1.660	2.042	2.230	2.134	2.042
Demais Transferências da União	11.845	8.914	8.436	8.073	7.725
Transferências dos Estados	111.564	117.378	118.326	119.882	122.978
Cota-parte do Imp.s/ Circulação de Merc. e Serv.	77.315	81.300	82.383	84.432	86.121
Cota-parte do Imp.s/ Veículos Automotores	32.328	33.669	35.131	35.310	36.722
Cota-parte do Imp.s/ Prod. Industr./Exportações	631	664	667	0	0
Transferência Financeira da CIDE	29	19	27	27	27
Demais Transferências dos Estados	1.261	1.726	118	113	108
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB	157.598	175.603	165.252	167.573	168.644
Transferências de Instituições Privadas	0	0	0	0	0
Transferências do Exterior	0	0	0	0	0
Transferências de Pessoas	210	173	0	0	0
Transferências de Convênios	47.702	21.293	5.312	5.199	5.086
Outras rec.correntes (exceto juros de emprést.)	90.425	88.568	80.705	80.638	80.247
Juros de empréstimos concedidos	0	0	0	0	0
Dedução das receitas correntes (contrib. FUNDEB)	32.640	33.994	34.327	34.944	35.784
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>					
Operações de crédito	14.298	132.968	16.753	16.032	15.341
ALIENAÇÃO DE BENS	0	0	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0	0	0
Receita de Privatizações	0	0	0	0	0
Amortização de empréstimos	0	0	0	0	0
Transferências de capital	14.298	132.968	16.753	16.032	15.341
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0
<b>Total geral das receitas</b>	<b>1.070.370</b>	<b>1.249.665</b>	<b>1.075.038</b>	<b>1.089.065</b>	<b>1.102.089</b>
Receitas primárias advindas de PPPs	0	0	0	0	0

\* FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais. Unidade responsável - CONTABILIDADE. Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04  
HLDO Receita - Conan LTDA - www.conan.com.br

ATA  
FLS

35

Município de PRAIA GRANDE

Quadro I

CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

MLDO Receita - Conam LTDA - www.conam.com.br

Fonte e Notas Explicativas

- Prefeitura Municipal de Praia Grande: 1- A receita arrecadada do exercício de 2014 foi extraída do Balancete Analítico da Receita Orçamentária, competência 12/2014, do sistema contábil CONAM-SFPM;
- 2 - A reestimativa da Receita do Poder Executivo para o exercício de 2015 teve como parâmetros a arrecadação até o 1º trimestre de 2015, com suas devidas correções para o exercício;
- 3 - ITU - Para a projeção do Imposto Territorial Urbano considerou-se a expectativa de arrecadação para o exercício de 2015 acrescida de uma inflação estimada de 6%;
- 4 - IPU - Para a projeção do Imposto Predial Urbano considerou-se o valor esperado para o exercício de 2015, acrescido de um crescimento vegetativo na proporção de 2% e uma inflação estimada de 6%;
- 5 - Na projeção do Imposto de Renda retido na Fonte sobre Outros Rendimentos do do ITBI considerou-se uma inflação estimada de 6% sobre o valor esperado para 2015;
- 6 - Na projeção do ISSQN considerou-se UM PIB DE 1% e uma inflação estimada de 6% sobre a arrecadação esperada para o exercício de 2015, à exceção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Autônomo que foi considerado o valor da arrecadação prevista para 2015;
- 7 - Para as taxas de licença, func. est. com. ind. serv. e de publicidade comercial considerou-se 5% de crescimento vegetativo;
- 8 - Para as taxas de :comercio ambulante, licença comércio de feirantes, de feira de artesanato, de banca de jornais e de utilização de área considerou-se o mesmo valor de arrecadação do exercício de 2015;
- 9 - Na estimativa da Taxa de lixo considerou-se 2% de crescimento vegetativo e uma inflação estimada de 6%;
- 10 - Para a receita de Pavimentação e Obras Complementares foi mantido o valor revisto para o exercício de 2015;
- 11 - Na projeção da remuneração bancária de recursos não vinculados e vinculados foi considerado 90% do saldo médio esperado para o exercício de 2015;
- 12 - Cota Parte - FPM - Em relação ao Fundo de Participação dos Municípios considerou-se 1% de PIB e 6% estimado de inflação sobre o valor da transferência esperada para o exercício de 2015;
- 13 - Para a Cota Parte do imposto s/prop. terr rural - ITR manteve-se o valor previsto para 2015;
- 14 - Quanto às Cotas partes de royalties - FEP lei 7990/89 e royalties ANP-Lei 9478/97 manteve a previsão ao nível do esperado para 2015 em razão das dificuldades quanto às projeções devido as variações cambiais;
- 14 - Cota Parte Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS considerou-se um PIB de 1% e uma inflação estimada de 6% sobre 2015;
- 15 - Cota Parte Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - considerou-se o crescimento vegetativo da frota na ordem de 4% acrescido da inflação esperada para o período na ordem de 6%;
- 16 - Cota Parte Contribuição DE Intervenção Econômico - CIDE - Mantida a média esperada para o exercício de 2015;
- 17 - Multas e Juros de Mora de Tributos/Receita de Ônus de Sucumbência/Correção Monetária de Tributos - Para este item de arrecadação considerou-se a inflação estimada de 6% sobre o valor esperado em 2015;
- 18 - Desconto bom Pagador - Coeficiente calculado tendo por base o valor bruto do IPTU e Taxa de Lixo;
- 19 - Dedução das Receitas Correntes para Formação do FUNDEB - Contribuição DE 20% para formação do FUNDEB considerando a arrecadação bruta do FPM, ITR, ICMS, IPVA e IPI;
- 20 - Fundo Municipal de Habitação - Tendo por base os conjuntos habitacionais integrantes do Fundo Municipal de Habitação considerou-se um reajuste contratual de 4% e uma inadimplência de 30%;
- 21 - Para os repasses de recursos oriundos do DADE e do FEHIDRO considerou-se as informações da Secretaria de Obras Públicas;
- 22 - Em relação as Taxas de Obras considerou-se um crescimento vegetativo de 6%;
- 23 - CIP - Contribuição de Iluminação Pública - Considerou-se um crescimento anual de 5% ao ano;
- 24 - Receitas do Fundo Nacional de Assistência Social e Fundo Estadual de Assistência Social - FNAS/FEAS - Para as projeções de repasse dos recursos provenientes do FNAS e FEAS considerou-se as expectativas de repasse conforme portarias diversas do Governo Federal e Estadual;
- 25 - Bloco Assistência Farmaceutica - Calculado tendo por base a portaria n3 1555 de 30/07/2013 tendo R\$ 5,10 per capita para uma população de 267.307 habitantes;
- 26 - Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - UPA - Portaria MS 837 de 14/05/2013 Qualificação custeio UPA PORTE III R\$ 500.000,00 Mês;
- 27 - Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU 192 (MAC) - Valores de Repasse tendo por base portarias 570 de 29/03/2012, portaria 1473 de 18/07/2013, Portaria 2332 de Outubro de 2013;
- 28 - Rede Cegonha Valores de Repasse considerando a portaria 3160 de 28/12/2012 e Portaria 1459 de 24/06/2011;

ATA  
FLS 36

Município de PRAIA GRANDE

Quadro I

CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

- 29 - RAU - HOSPITAL - Calculado tendo por base a portaria 2395 de 11/10/2011;
- 30 - Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC - conforme portaria 227 de 20/03/2012;
- 31 - PAB FIXO - Calculado considerando a portaria 1409 de 10/07/2013 tendo um per capita de R\$ 24,00 para uma população de 272.390 habitantes;
- 32 - PAB VARIÁVEL SAÚDE DA FAMÍLIA - SF - Considerando portaria 978 de 16/05/2012, portaria MS 2488/11 sendo um repasse mensal de R\$ 7.130,00;
- 33 - PAV VARIÁVEL SAÚDE BUCAL - SB - Considerou-se a portaria 978 de 16/05/2012 para um repasse de R\$ 2.230,00 por equipe de saúde bucal;
- 34 - PAB VARIÁVEL AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE -ACS - Metodologia de Cálculo de acordo com a portaria 314 de 28/02/2014 considerando 389 ACS e um per capita de R\$ 1.014,00/mês;
- 35 - PROJETO VERÃO - Metodologia conforme resolução SS 23/02/2015;
- 36 - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL - Valor calculado com base na resolução SS 57 de 07/06/2013 considerando um per capita de R\$ 3,00;
- 37 - FUNDEB - Para a transferência dos recursos do FUNDEB para 2016 considerou-se um PIB nacional de 1,40% bem como a estimativa de alunos conforme quadro de ocupação competência fevereiro de 2015;
- 38 - Em relação a Quota Estadual Salário Educação considerou-se também um quadro de ocupação referente ao mês de fevereiro de 2015 bem como um repasse per capita de R\$ 558,66 conforme portaria FNDE nº 93 de 20/02/2014;
- 39 - SEE MERENDA (ESTADUAL) - Os recursos referente ao convênio com a Secretaria Estadual da Educação tiveram como base o quadro de ocupação municipal de fevereiro de 2015 e com valores per capita oscilando entre R\$ 0,50 e 2,00 de acordo com o nível de ensino;
- 40 - Em relação ao PNAE também considerou-se o quadro de ocupação de fevereiro de 2015 tendo um per capita entre R\$ 0,30 a R\$ 1,00/dia para 200 dias letivo;

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Informações extraídas do CN - SIFPM, conforme Balancete Analítico da Receita e da Avaliação Atuarial 12/2014.

## CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhã

Categoria Econ. e Grupos de Nat. de Despesa	Realizado	Valores constantes - projeção			
	Empenhado 2014	Reestimativa 2015	Estimativa 2016	Estimativa 2017	Estimativa 2018
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	872.776	918.769	979.653	998.451	1.026.101
1 Pessoal e Encargos Sociais	458.870	525.058	593.296	597.054	643.918
2 Juros e Encargos da Dívida	10.630	11.940	11.999	10.759	9.701
3 Outras Despesas Correntes	403.276	381.771	374.358	390.638	372.482
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	117.133	305.191	44.065	38.977	21.270
4 Investimentos	92.815	280.089	20.256	16.811	16.090
5 Inversões Financeiras	885	601	590	577	553
Concessão de empréstimos	0	0	0	0	0
Aquisição de títulos de capital integralizado	885	601	590	577	553
Demais Inversões Financeiras	0	0	0	0	0
6 Amortização da Dívida	23.433	24.501	23.219	21.589	4.627
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	0	49.032	51.320	51.637	54.719
Para suplementações	0	10.481	9.468	9.058	8.667
Para cobertura de passivos contingentes	0	0	0	0	0
Capitalização do RPPS	0	38.551	41.852	42.579	46.052
<b>TAL GERAL DA DESPESA</b>	989.909	1.272.992	1.075.038	1.089.065	1.102.089
Despesas primárias advindas de PPPs	0	0	0	0	0

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

Município de PRAIA GRANDE

Quadro II

**CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS**

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2016 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

**Fonte e Notas Explicativas**

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Informações extraídas do CN - SIFPM, conforme Balancete da despesa e da Avaliação Atuarial data 12/2014.

MLDO Despesa - Conan LTDA - [www.conan.com.br](http://www.conan.com.br)



ATA  
FLS 29

## CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMINAL

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

Especificação	Saldo em 31 de dezembro					
	Realizado		Valores constantes - projeção			
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	143.403	139.649	134.398	135.193	117.191	109.60
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Dívida Contratual	126.220	105.803	112.741	117.476	101.388	95.45
Precatórios posteriores a 5.5.2000	12.788	69	0	0	0	0
Dívidas confessadas, parceladas ou não parceladas	4.395	33.777	21.657	17.717	15.803	14.15
De tributos	0	0	0	0	0	0
De contribuições sociais	4.395	33.777	21.657	17.717	15.803	14.15
Previdenciárias - INSS	2.349	0	0	0	0	0
Previdenciárias - RPPS	0	3.788	1.970	143	0	0
Demais contribuições - Pasep	2.046	29.989	19.687	17.574	15.803	14.15
Do FGTS	0	0	0	0	0	0
Demais dívidas, ainda que não confessadas	0	0	0	0	0	0
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	189.308	199.635	180.000	170.369	163.033	156.01
Ativo Disponível	157.933	194.591	170.000	160.904	153.975	147.345
Haveres financeiros	38.848	8.191	20.000	18.930	18.115	17.335
Empréstimos e financiamentos	0	0	0	0	0	0
Outros créditos	38.848	8.191	20.000	18.930	18.115	17.335
(-) Restos a Pagar processados	7.473	3.147	10.000	9.465	9.057	8.667
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)</b>	-45.905	-59.986	-45.602	-35.176	-45.842	-46.405
<b>RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)</b>	0	0	0	0	0	0
<b>PASSIVOS RECONHECIDOS (V)</b>	4.395	33.777	21.657	17.717	15.803	14.152
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III) + (IV) - (V)</b>	-50.300	-93.763	-67.259	-52.893	-61.645	-60.557

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018
<b>RESULTADO NOMINAL - Valores Constantes</b>			14.366	-8.752	1.088
<b>RESULTADO NOMINAL - Valores Correntes</b>	-43.463	26.504	15.177	-9.662	1.255

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

NÍLIO dívida CONAM LTDA - www.conam.com.br

ATA 40  
FLS

Município de PRAIA GRANDE

Quadro III

CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMINAL

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

Fonte e Notas Explicativas

Prefeitura Municipal de Praia Grande: 1 - Os valores do exercícios de 2013 e 2014 foram extraídos do sistema contábil SFPM exercício de 2014 - RREO Anexo 5, LRF, artigo 53, inciso III;

2 - Para os exercícios de 2015 a 2018 utilizou-se a média dos exercícios anteriores;

MLDO dívida - CONAM LTDA - www.conam.com.br

ATA  
FLS

41

**Prefeitura Municipal de Praia Grande**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**Demonstrativo de riscos fiscais e providências**  
**2016**

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ milhares

PASSIVOS_CONTINGENTES		Providencias	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Sub total	0	Sub total	0

DEMAIS_RISCOS_FISCAIS		Providencias	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Sub total	0	Sub total	0

Total Geral	0	Total Geral	0
-------------	---	-------------	---

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 14:04

**Fontes e notas explicativas:**

Prefeitura Municipal de Praia Grande: 1 - No momento de elaboração desta LDO este município não vislumbra nenhum fato que possa ser classificado como risco fiscal.



ATA  
FLS  
42



Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 1 - Metas Anuais  
2016

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

Especificação	CONSOLIDADO								
	2016			2017			2018		
	Valor corrente (a)	Valor constante	% PIB (PIB x 100)	Valor corrente (b)	Valor constante	% PIB (PIB x 100)	Valor corrente (c)	Valor constante	% PIB (PIB x 100)
Receita total	1.135.777	1.075.038	0,0584	1.202.374	1.089.065	0,0583	1.271.506	1.102.089	0,0581
Receitas primárias (I)	1.101.746	1.042.827	0,0567	1.165.462	1.055.632	0,0565	1.231.176	1.067.132	0,0563
Despesa total	1.135.777	1.075.038	0,0584	1.202.374	1.089.065	0,0583	1.271.506	1.102.089	0,0581
Despesas primárias (II)	1.097.946	1.039.230	0,0565	1.166.023	1.056.140	0,0565	1.254.338	1.087.208	0,0573
Resultado primário (III)=(I-II)	3.800	3.597	0,0002	-560	-508	-0,0000	-23.162	-20.076	-0,0011
Resultado Nominal	15.177	14.366	0,0008	-9.662	-8.752	-0,0005	1.255	1.088	0,0001
Dívida pública consolidada	142.831	135.193	0,0073	129.383	117.191	0,0063	126.457	109.608	0,0058
Dívida consolidada líquida	-37.163	-35.176	-0,0019	-50.611	-45.842	-0,0025	-53.538	-46.405	-0,0024
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Despesas Primárias geradas de PPP (V)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Impacto do saldo das PPP (VI)=(IV-V)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000

Fonte e Notas Explicativas

Cálculos realizados pela Prefeitura a partir de dados de exercícios anteriores, que figuram na contabilidade; pela utilização de parâmetros locais e por informações divulgadas por instituições federais sobre o comportamento da economia nacional, bem como, considerando o quadro de Parâmetros de Referência que acompanha a mensagem do projeto de LDO para 2016.

Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).



**Município de PRAIA GRANDE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**  
**2016**

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ milhãe

Especificação	Metas Previstas em 2014 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2014 (b)	% PIB	Variação (II-I)	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	853.656	0,0508	1.070.370	0,0636	216.714	25,3866
Receita Primária (I)	846.490	0,0504	1.033.245	0,0614	186.755	22,0623
Despesa Total	853.656	0,0508	989.909	0,0588	136.253	15,9611
Despesa Primária (II)	817.988	0,0487	954.961	0,0568	136.973	16,7451
Resultado Primário (III)=(I-II)	28.502	0,0017	78.284	0,0046	49.782	174,6614
Resultado Nominal	-41.911	-0,0025	-43.463	-0,0025	-1.552	0,0004
Dívida Pública Consolidada	111.699	0,0066	139.649	0,0083	27.950	25,0226
Dívida Consolidada Líquida	20.198	0,0012	-59.986	-0,0035	-80.184	-396,9898

\*FONTE: CK - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

**Fontes e notas explicativas:**

Prefeitura Municipal de Praia Grande: Dados extraídos da tabela 3 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.

SIFPM - Tabela 2 - Anexo LRF - www.cpmem.com.br



ATA  
FLS 44

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores  
2016

AMP - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ milhares

Especificação	Valores a preços correntes										
	2013	2014	±	2015	±	2016	±	2017	±	2018	±
Receita total	759.829	853.656	12,35	964.434	12,98	1.135.777	17,77	1.202.374	5,86	1.271.506	5,75
Receitas Primárias (I)	751.462	846.490	12,65	956.428	12,99	1.101.746	15,19	1.165.462	5,78	1.231.176	5,64
Despesa total	759.829	853.656	12,35	964.434	12,98	1.135.777	17,77	1.202.374	5,86	1.271.506	5,75
Despesas Primárias (II)	719.964	817.988	13,62	931.072	13,82	1.097.946	17,92	1.166.023	6,20	1.254.338	7,57
Resultado primário (III)=(I-II)	31.498	28.502	-9,51	25.356	-11,04	3.800	-85,01	-561	-114,76	-23.162	4.028,70
Resultado Nominal	-12.695	-41.911	230,14	-14.062	-66,45	15.177	-207,93	-9.662	-163,66	1.255	-112,99
Dívida pública consolidada	153.727	111.699	-27,34	124.121	11,12	142.831	15,07	129.383	-9,42	126.457	-2,26
Dívida pública líquida	17.727	20.198	13,94	-39.378	-294,96	-37.163	-5,62	-50.611	36,19	-53.538	5,78

Especificação	Valores a preços constantes										
	2013	2014	±	2015	±	2016	±	2017	±	2018	±
Receita total	866.901	916.314	5,70	964.434	5,25	1.075.038	11,47	1.089.065	1,30	1.102.089	1,20
Receitas primárias (I)	857.355	908.622	5,98	956.428	5,26	1.042.827	9,03	1.055.632	1,23	1.067.132	1,09
Despesa total	866.901	916.314	5,70	964.434	5,25	1.075.038	11,47	1.089.065	1,30	1.102.089	1,20
Despesas primárias (II)	821.419	878.028	6,89	931.072	6,04	1.039.230	11,62	1.056.140	1,63	1.087.208	2,94
Resultado primário (III)=(I-II)	35.936	30.594	-14,87	25.356	-17,12	3.597	-85,81	-508	-114,12	-20.076	3.851,97
Resultado Nominal	-14.483	-44.987	210,62	-14.062	-68,74	14.366	-202,16	-8.752	-160,92	1.088	-112,43
Dívida pública consolidada	175.389	119.897	-31,64	124.121	3,52	135.193	8,92	117.191	-13,32	109.608	-6,47
Dívida pública líquida	20.225	21.680	7,19	-39.378	-281,63	-35.176	-10,67	-45.842	30,32	-46.405	1,23

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04  
Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).

\*MLDO Tabela 3 - Conam LTDA - www.conam.com.br



ATA  
FLS

45

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores  
2016

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

Fonte e Notas Explicativas

Prefeitura Municipal de Praia Grande: 1 - Os dados das colunas referentes aos exercícios de 2013, 2014 e 2015 foram extraídos da previsões da LDOS dos mesmos exercícios de competência.

\*MLDD Tabela 3 - Conan LTDA - [www.conan.com.br](http://www.conan.com.br)



ATA  
46.  
PES

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido  
2016

AMF Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

CONSOLIDADO (Exceto Regime Previdenciário)						
Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio	1.129.131	48,34	851.041	47,82	681.583	100,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	1.206.658	51,66	928.462	52,18	0	0,00
TOTAL	2.335.789	100,00	1.779.503	100,00	681.583	100,00

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	214.237	100,00	-424.882	100,00	-324.652	100,00
TOTAL	214.237	100,00	-424.882	100,00	-324.652	100,00

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Praia Grande: - Dados extraídos dos Balanços Patrimoniais da Prefeitura e Câmara Municipal dos exercícios de 2012 a 2014.

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: O aumento no montante do Patrimônio Líquido do Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - SP, verificado no exercício financeiro de 2014 em relação a 2013, deveu-se, principalmente, ao superávit de R\$ 455.427.298,86.

MLM Tabela 4 - Conasa LTDA - www.conasa.com.br

ATA  
FLS. 47

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos  
2016

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

Receitas Realizadas	2014 (a)	2013 (b)	2012 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	7	8	2.237
Alienação de Bens Imóveis	7	8	2.237
	0	0	0

Despesas Executadas	2014 (d)	2013 (e)	2012 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL	0	479	1.711
Investimentos	0	479	1.711
Inversões Financeiras	0	479	1.711
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0

Saldo Financeiro	2014	2013	2012
Saldo do Exercício Anterior			14
VALOR (III)	76	69	540

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais. Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Praia Grande: Relatórios Analíticos de Movimentação Bancária, da Receita e da Despesa Paga específico por Fonte de Recurso "Alienação de Ativos", ambos extraídos do sistema CN-SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais (CONAM).

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Não houve no exercício financeiro de 2014 realização de receita de capital, conforme dados do CN - SIFPM.  
Não há saldo financeiro de exercícios anteriores oriundos da alienação de ativos.

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 6 - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS  
2016

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhar.

Receitas	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	51.396	36.024	55.03
RECEITAS CORRENTES	51.396	36.024	55.03
Receita de Contribuições dos Segurados	51.396	36.024	55.03
Pessoal Civil	24.372	25.754	31.41
Pessoal Militar	24.372	25.754	31.41
Outras Receitas de Contribuições	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receita de Serviços	24.520	3.425	18.01
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	2.504	6.845	5.60
Demais Receitas Correntes	2.480	6.839	5.60
RECEITAS DE CAPITAL	24	6	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0	0	0
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	31.473	33.726	37.784
RECEITAS CORRENTES	31.473	33.726	37.784
Receita de Contribuições	31.473	33.726	37.743
Patronal	31.473	33.726	37.743
Pessoal Civil	31.473	33.726	37.743
Pessoal Militar	31.473	33.726	37.743
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	41
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II)	82.869	69.750	92.821

Despesas	2012	2013	2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	29.576	34.328	42.055
ADMINISTRAÇÃO	2.789	3.405	1.687
Despesas Correntes	2.785	3.395	1.666
Despesas de Capital	4	10	21
PREVIDÊNCIA	26.787	30.923	40.368
Pessoal Civil	26.452	30.850	40.048
Pessoal Militar	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	335	73	320
Demais Despesas Previdenciárias	35	73	320
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	300	0	0
ADMINISTRAÇÃO	50	66	72
Despesas Correntes	50	66	72
Despesas de Capital	50	66	72
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V)	29.626	34.394	42.127
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	53.243	35.356	50.694

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	2012	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0	0	0
Plano Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
Outros Aportes para RPPS	0	0	0
Plano Previdenciário	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Outros Aportes para RPPS	0	0	0
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS	0	0	0

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 15:04

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 6 - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS  
2016

AMP - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Fonte e Notas Explicativas

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Informações extraídas do CN - SIFPM.

MLHO tabela 6 - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)



ATA  
FLS 50



Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS  
2016

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Exercicio	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo financeiro do exercício (d) = (d ex. ant.) + (c)
2014	-----	-----	-----	289.893
2015	33.927	54.840	-20.913	268.980
2016	55.571	57.823	-2.252	266.728
2017	59.872	60.793	-921	265.807
2018	64.626	63.828	798	266.605
2019	69.861	67.042	2.819	269.424
2020	75.855	70.426	5.429	274.853
2021	82.887	74.777	8.110	282.963
2022	91.049	79.949	11.100	294.063
2023	99.986	84.502	15.484	309.547
2024	109.256	89.522	19.734	329.281
2025	118.837	95.506	23.331	352.612
2026	128.679	102.803	25.876	378.488
2027	138.712	111.764	26.948	405.436
2028	148.860	121.914	26.946	432.382
2029	159.110	131.632	27.478	459.860
2030	169.495	140.891	28.604	488.464
2031	179.970	152.366	27.604	516.068
2032	190.436	165.198	25.238	541.306
2033	200.855	177.944	22.911	564.217
2034	211.052	196.540	14.512	578.729
2035	221.024	208.923	12.101	590.830
2036	230.913	222.455	8.458	599.288
2037	240.683	235.811	4.872	604.160
2038	250.344	248.873	1.471	605.631
2039	259.969	259.585	384	606.015
2040	269.591	271.538	-1.947	604.068
2041	279.240	281.203	-1.963	602.105
2042	289.014	290.025	-1.011	601.094
2043	298.953	290.652	8.301	609.395
2044	305.864	304.042	1.822	611.217
2045	309.656	308.516	1.140	612.357
2046	313.456	312.664	792	613.149
2047	317.307	315.693	1.614	614.763
2048	321.268	317.996	3.272	618.035
2049	325.389	319.568	5.821	623.856
2050	329.717	320.705	9.012	632.868
2051	334.121	326.984	7.137	640.005
2052	338.451	333.370	5.081	645.086
2053	342.695	339.862	2.833	647.919
2054	346.842	346.464	378	648.297
2055	350.880	353.178	-2.298	645.999
2056	354.796	360.006	-5.210	640.789

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS  
2016

AMP - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Exercicio	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo financeiro do exercício (d) = (d ex. ant.) + (c)
2057	358.577	366.951	-8.374	632.415
2058	362.207	374.014	-11.807	620.608
2059	365.671	381.199	-15.528	605.080
2060	368.953	388.508	-19.555	585.525
2061	372.032	395.943	-23.911	561.614
2062	374.892	403.507	-28.615	532.999
2063	377.510	411.202	-33.692	499.307
2064	379.866	419.032	-39.166	460.141
2065	381.935	426.999	-45.064	415.077
2066	383.693	435.106	-51.413	363.664
2067	385.112	443.355	-58.243	305.421
2068	386.165	451.750	-65.585	239.836
2069	386.821	460.294	-73.473	166.363
2070	387.047	468.989	-81.942	84.421
2071	386.810	477.840	-91.030	-6.609
2072	386.072	486.848	-100.776	-107.385
2073	384.794	496.017	-111.223	-218.608
2074	382.935	505.351	-122.416	-341.024
2075	380.450	514.852	-134.402	-475.426
2076	377.368	522.035	-144.667	-620.093
2077	373.639	531.943	-158.304	-778.397
2078	369.140	542.028	-172.888	-951.285
2079	363.813	552.294	-188.481	-1.139.766
2080	357.598	562.744	-205.146	-1.344.912
2081	350.432	573.382	-222.950	-1.567.862
2082	342.247	584.213	-241.966	-1.809.828
2083	332.970	595.239	-262.269	-2.072.097
2084	322.524	606.465	-283.941	-2.356.038
2085	310.829	617.896	-307.067	-2.663.105
2086	297.796	629.535	-331.739	-2.994.844
2087	283.334	641.386	-358.052	-3.352.896
2088	267.345	653.455	-386.110	-3.739.006
2089	249.724	665.745	-416.021	-4.155.027

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 14:04

MLDO tabela 6.1 - Conam LTDA - www.conam.com.br

ATA 52  
FLS

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS  
2016

AMP Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Fonte e Notas Explicativas

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Informações conforme folhas 97 a 101 da Avaliação Atuarial, data base dezembro de 2014.  
Emitida pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.  
Atuário responsável Richard Dutzmann, MIBA 935.

MLDO Tabela 6.1 - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)



ATA  
FLS

53

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita  
2016

ANF - Demonstrativo 7 (LRP, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

Tributo	Modalidade	Setores / Programas / Beneficiário	Renúncia de receita prevista			Compensação
			2016	2017	2018	
TOTAL			0	0	0	-

\*FONTE: CN - SIPEM\* - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais - Município de São Paulo

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-Abr-2015 e hora de emissão 13:04

Fontes e notas explicativas:



Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado  
2016

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2016
Aumento Permanente de Receita	
(-) transferências constitucionais	17.018
(-) transferências ao Fundeb	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	304
Redução Permanente de Despesa (II)	16.714
Margem Bruta (III) = (I+II)	0
Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	16.714
Impacto de Novas DOCCs	16.638
Novas DOCCs geradas por PPPs	16.638
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0
	76

\*PONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-Abr-2015 e hora de emissão 13:04

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Praia Grande: O aumento permanente da Receita esta diretamente atrelado as receitas tributárias de gerência do Município. Dentre elas destacamos o IPU (Imposto sobre propriedade Predial Urbana) e a Taxa de Lixo que por hora projeta-se um crescimento vegetativo em torno de 2% ao ano, e o ISS devido a expectativa de crescimento do PIB em torno de 1% impactando também no aumento das Transferências Intergovernamentais, bem como ao aumento dos repasses dos recursos do FUNDEB em virtude da correção anual dos valores repassados por aluno pelo FNDE aos municípios originados pela indexação dos coeficientes utilizados no cálculo ao PIB (Produto Interno Bruto) do País e também pela atualização anual do Quadro de Ocupação (CENSO ESCOLAR) nas unidades escolares da rede municipal por conta de novas vagas ofertadas.

As novas DOCCs geradas serão provenientes da implantação de 10 (dez) novas Unidades Escolares Municipais que resultarão em despesas com pessoal e encargos, atividades de serviços e manutenção e na aquisição de merenda escolar para os alunos. Além das U.E. contemplam as DOCCs a implantação de 3 novas Unidades de Saúde que assim como as anteriores irão acarretar aumento compulsório das despesas com pessoal e encargos, bem como das atividades com manutenção predial e aquisição de material de consumo.

**Município de PRAIA GRANDE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016**  
**PARÂMETROS DE REFERÊNCIA**

Inflação		
Ano	Variação média anual %	Fator (2015 = 1.0000)
2013	6.20	0.8764881
2014	6.29	0.9316192
2015	7.34	1
2016	5.65	1.0565
2017	4.50	1.1040425
2018	4.50	1.1537244

Nota: Índice adotado IPCA/IBGE.

R\$ milhares PIB do estado de São Paulo		
Ano	Valores Estimados	
	Constantes	Correntes
2013	1.801.975.052	1.579.409.690
2014	1.804.477.447	1.681.085.836
2015	1.813.418.829	1.813.418.829
2016	1.840.668.893	1.944.666.685
2017	1.868.278.926	2.062.659.336
2018	1.896.303.130	2.187.811.191

**Metodologia de Cálculo:**

a) As taxas de inflação de 2013 e 2014 correspondem à variação entre o índice médio do IPCA do ano em relação ao índice médio do ano anterior. Para 2015 empregou-se, na determinação da média anual, projeções atuais efetuadas pelo mercado, compatíveis com as expectativas do Governo Federal (Fonte: Relatório FOCUS do BCB, de 06/03/15). Para 2016 a 2018 considerou-se as metas atuais de inflação utilizadas pelo CMN, de 4,5% (centro da meta), medidas no acumulado de janeiro a dezembro, a partir das quais obteve-se a variação média anual do IPCA.

b) PIB Nacional de 2013 (valores correntes) obtido junto ao IBGE. Para o cálculo do PIB Nacional de 2014 foi considerado um crescimento real de 0,14% em relação ao ano anterior, em conformidade com as expectativas de mercado (Fonte: Relatório FOCUS do BCB, de 26/12/2014). Para os demais anos empregou-se um crescimento real de 0,5% em 2015 e de 1,5% em cada um dos anos de 2016 a 2018.

c) PIB estadual fixado com base nos dados fornecidos pelo IBGE, referente a 2011, com participação do Estado de São Paulo no PIB nacional de 32,6% (PIB-pm São Paulo Valor Corrente de R\$ 1.349.465.000 mil / PIB-pm Nacional Valor Corrente de R\$ 4.143.013.000 mil).

b) PIB Nacional de 2012 e 2013 (valores correntes) obtido junto ao IBGE. Para os demais anos empregou-se um crescimento real de 2,0% em 2014 e de 2,5% em cada um dos anos de 2015 a 2017.

c) PIB estadual fixado com base nos dados fornecidos pelo IBGE, referente a 2011, com participação do Estado de São Paulo no PIB nacional de 32,6% (PIB-pm São Paulo Valor Corrente de R\$ 1.349.465.000 mil / PIB-pm Nacional Valor Corrente de R\$ 4.143.013.000 mil).



## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 1003 GESTAO ESTRATEGICA DA SAUDE

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo : GARANTIR O ATENDIMENTO A SAUDE DA POPULACAO COM QUALIDADE E RESPONSABILIDADE ESTABELECCENDO RELACOES FORTALECIDAS ENTRE OS NIVEIS DE ATENCAO, OTIMIZANDO AS ACOES DE SAUDE, COM A MELHORIA DA GESTAO ATRAVES DA QUALIFICACAO DOS SERVIDORES.

Valor do Programa Corrente 213.851 Capital 5.790 Total 219.641

Orgao Resposavel Principal : 05.00.00 SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA

Indicador :

		Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
MEDIA DA ACAO COLETIVA DE ESCOVACAO DENTAL SUPERVISIONADA	% PERCENTUAL	1,99	3
COBERTURA POP. ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENCAO BASICA	% PERCENTUAL	58,37	90
COBERTURA POP. ESTIMADA PELAS EQUIPES DE SAUDE BUCAL	% PERCENTUAL	17,62	25
PROPORCAO DE PARTOS NORMAIS	% PERCENTUAL	47,51	55
PROP. DE NASC VIVOS DE MAES C/ NO MNIMO 7 CONSULTAS PRE NATAL	UNIDADES	75,50	75,50
NUMERO DE OBITOS MATERNO	% PERCENTUAL	1	1
COB VACINAL C/ VACINA TETRA/PENTAVALENTE EM MENORES DE 1 ANO	% PERCENTUAL	35,07	95
PROPORCAO DE REGISTROS DE OBITOS COM CAUSA BASICA DEFINIDA	UNIDADES	97,80	94
NUMERO ABSOLUTOS DE OBITOS POR DENGUE	RAZAO	1	1
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	% PERCENTUAL	19,90	12
PROPORCAO DE OBITOS INFANTIS E FETAIS INVESTIGADOS	% PERCENTUAL	60	90
PROP/OBITOS MAT E DE MULH DE IDADE FERTIL POR CAUSAS PRESUM	UNIDADES	36,59	95
INCIDENCIA DE SIFILIS CONGENITA	UNIDADES	10	20
TX DE INCIDENCIA DE AIDS EM < DE 5 ANOS (POR 100 MIL HAB)	% PERCENTUAL	1	1
PROP CASOS DOENCAS DE NOTICACAO COMPULS ENERRADOS APOS NOT	RAZAO	85	85
RZ EXAMES CITOPATOLOGICOS COLO DO UTERO EM MULHERES 25 A 64	RAZAO	0,02	0,26
RAZ DE MAMOGRAFIA EM MULH DE 50 A 69 ANOS E A POP FEMININA	% PERCENTUAL	0,02	0,20
PROP CURA NAS COORTES DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR	% PERCENTUAL	67,65	80
PROP CURA CASOS NOVOS DE HANSENIASE DIAG NOS ANOS COORTES	% PERCENTUAL	90	90
% DE REAL DAS ANALISES DE VIG DA QUAL DA AGUA, REF COLIFORMES	% PERCENTUAL	35	80

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
1086 CONSTRUCAO DAS UNIDADES DE SAUDE - MAC	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	UNIDADE DE SAUDE CONSTRUIDA / ANO	UNIDADES 1
1087 AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADES DE SAUDE - MAC	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	NUMERO DE UNIDADES REVITALIZADAS	UNIDADES 3
2003 FUNCIONAMENTO DA VIGILANCIA SANITARIA	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA SANITARIA	% PERCENTUAL 100
2004 FUNCIONAMENTO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	POPULACAO COBERTA	% PERCENTUAL 100
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL 100
2094 FUNCIONAMENTO DA ATENCAO BASICA	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	NUMERO DE CONSULTAS POR HABITANTES	UNIDADES 352453
2096 FUNCIONAMENTO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	POPULACAO COBERTA	% PERCENTUAL 100
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	NAO HA	NAO HA 0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL 100
2364 JUDICIALIZACAO NA SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ACAO E CIDADANIA	% PERCENTUAL 100
2365 FUNCIONAMENTO DA ATENCAO ESPECIALIZADA, EMERG E HOSPITALAR	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	NUMERO DE CONSULTAS POR HABITANTES	UNIDADES 570000

ATA  
FLS  
57

9

6

ATA  
FLS



## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 2006 EDUCACAO COM QUALIDADE

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo : PROMOVER ACOES QUE CONTRIBUAM PARA A CONTINUIDADE DA PRESTACAO DE SERVICOS PUBLICOS DE QUALIDADE NA AREA DA EDUCACAO, PRIORIZANDO GARANTIR O DESENVOLVIMENTO ACADEMICO, INTECTUAL E SOCIAL DOS ALUNOS DESTE A PRIMEIRA INFANCIA.

Valor do Programa Corrente 334.240 Capital 5.917 Total 340.157

Orgao Resposavel Principal : 06.00.00 SECRETARIA DE EDUCACAO

Indicador :

	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
NUMERO DE ALUNOS ATENDIDOS.		
UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL IMPLANTADAS	42.950	45.926
UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL IMPLANTADAS	31	34
	37	37

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
1090 IMPLANTACAO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO		
1091 IMPLANTACAO DE UNID.ESCOLARES DE EDUCACAO INFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADE ESCOLAR IMPLANTADA	UNIDADES 0
2041 FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL.	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADE ESCOLAR IMPLANTADA	UNIDADES 0
2042 FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA JOVENS E ADULTOS	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	UNIDADES 44
2043 FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL			
2058 INCENTIVAR O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	UNIDADES 5
2059 FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR P/ENS. FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	UNIDADES 2
2077 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE APOIO AOS EDUCADORES	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS BENEFICIADOS	UNIDADES 930
2296 FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 38056
2297 FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA O ENS. MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	UNIDADES 80
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 2357
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 12102
2347 FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL - PRE-ESCOLA	SECRETARIA DE EDUCACAO	NAO HA	UNIDADES 0
2348 FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL - CRECHE	SECRETARIA DE EDUCACAO	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL 100
2351 FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO ESCOLAR PARA EDUCACAO INFANTIL - PRE-ESCOLA	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	% PERCENTUAL 17
2352 FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO ESCOLAR PARA EDUCACAO INFANTIL - CRECHE	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	UNIDADES 17
2369 FUNCIONAMENTO DO ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 6608
		ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 7817
		UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	2

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 3001 ESPORTE LAZER E QUALIDADE DE VIDA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	5.660	Capital	56	Total	5.716
------------	-------------------	----------	-------	---------	----	-------	-------

PROPORCIONAR ESPACOS ESPORTIVOS COM AMPLIACAO DO ACESSO E COM ORIENTACAO DE PROFISSIONAIS NAS VARIAS MODALIDADES UTILIZANDO O ESPORTE COMO COMPLEMENTACAO NA APRENDIZAGEM, QUALIDADE DE VIDA, DE FORMA SAUDAVEL, AUMENTANDO ASSIM A AUTO ESTIMA DA POPULACAO.

Orgao Resposavel Principal : 15.00.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Indicador :

NUMERO DE PESSOAS ATENDIDAS COM QUALIDADE DE VIDA	UNIDADES	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
		2.774	5.114

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	NAO HA	0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	100
2366 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	MANUTENCAO DAS ATIV E DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS.	100

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 3003 CULTURA E TURISMO AO ALCANCE DE TODOS		Valores expressos em R\$ milhares medidos / 2015				
Objetivo :	POPULAR E DESENVOLVER POLITICAS PUBLICAS PRESERVANDO O PATRIMONIO NATURAL, DESENVOLVENDO A PRODUCAO ARTISTICA NA VALORIZACAO DOS BENS CULTURAIS CRIANDO ASSIM UM ATRATIVO QUE ESTIMULA O CRESCIMENTO CONTINUO DO MUNICIPIO, COMO POLO TURISTICO QUE CARACTERIZA A SUSTENTABILIDADE ECONOMICA LOCAL.	Valor do Programa	Corrente	7.106 Capital	67 Total	7.173
Orgao Responsavel Principal : 14.00.00 SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO						
Indicador :						
ACOMPANHAR AS EXIGENCIAS DE POLITICAS CULTURAIS		% PERCENTUAL	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016		
			40	70		
Acao						
Orgao Executor		Produto / Unidade de Medida		Meta Fisica		
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO		% PERCENTUAL	100	
2216 PROMOCAO DE TURISMO SUSTENTAVEL LOCAL	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	MAN. POSTO DE INF. TURISTICAS/CENTRAL DE INF. TUR. MET		UNIDADES	2	
2294 CULTURA AO ALCANCE DE TODOS	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	EVENTOS REALIZADOS		UNIDADES	10	
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	NAO HA		UNIDADES	0	

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 4001 GESTAO DE PROTECAO SOCIAL BASICA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo : Valor do Programa Corrente 11.503 Capital 574 Total 12.077

AMPLIAR O ACESSO DAS FAM EM SIT DE RISCO VULNER SOCIAL FAMI  
LIAR E AO ATENDIMENTO PELA PROTECAO BASICA; QUALIFICAR OS SE  
RV E PROMOVER SUA ARTICULACAO COM OS BENEFICIOS E TRANSF DE  
RENDA; ASSEGURAR O FUNCTO DA REDE DE PROT BASICA E EXPANDI-L  
A NOS TERRITORIOS DE EXTRM POBREZA E ESTR UNID PUBLICAS.

Orgao Responsavel Principal : 12.00.00 SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL

Indicador :

POPULACAO ATENDIDA PELO PROGRAMA	% PERCENTUAL	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
		34.102	41.116

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL
2065 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ATENDIMENTO AO IDOSO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL
- BASICA			100
2066 MANUT. DE SERV. DE ATEND. A CRIANCA E ADOLESCENTE	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL
- BASICA			100
2067 MANUTENCAO DE SERV.DE ATEND. A ASSIST. COMUNITARIA	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL
- BASICA			100
2072 MANUT DO AUXILIO FINAN AO TRABALHADOR DESEMPREGADO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL
2157 MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	100
		NAO HA	0
		NAO HA	0

## ELABORACAO DA LDO-2016

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 4002 GESTAO DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL

Valores expressos em R\$ milhares medidos / 2015

Objetivo : Valor do Programa Corrente 5.625 Capital 1 Total 5.626

CONTEMPLAR ACOES DE ATENDIMENTO, VISANDO A PROTECAO PARA O  
SEGMENTO DE CRIANCAS, ADOLESCENTE, INDIVIDUOS E FAMILIAS EM S  
ITUACAO DE VIOLACAO DE DIREITOS.

Orgao Responsavel Principal : 12.00.00 SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL

Indicador :

Indice mais Recente

Indice Futuro 2016

POPULACAO ATENDIDA PELO PROGRAMA

% PERCENTUAL

1.998

2.061

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

2069	MANUTENCAO DE SERV. DE ATENDIMENTO AO IDOSO - ESPECIAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL	100
2070	MANUT. DE SERVICO DE ATEND A CRIANCA E ADOLESCENTE - ESPECIAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL	100
2071	MANUT. DE SERVICOS DE ATEND. A ASSIST. COMUNITARIA - ESPECIAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL	100
2084	MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL	100
2282	MANUTENCAO E SERVICO DE ATENDIMENTO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL	100
2300	PUBLICIDADE LEGAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS	% PERCENTUAL	100
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	NAO HA	0
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	NAO HA	0
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	NAO HA	0
2317	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	NAO HA	0
2353	MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL	100
			MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 4005 PREVIDENCIA MUNICIPAL

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	Capital	110	Total	62.677
GERENCIAR RECURSOS PARA O PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO REGIME ESTATUTARIO MUNICIPAL.						

Orgao Responsavel Principal : 24.00.00 INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE

Indicador :

INATIVOS E APOSENTADOS BENEFICIADOS	UNIDADES	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
		1.181	1.499

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

2159 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	ATENDER FILIADOS INGRESSADOS NO RPPS - PG	% PERCENTUAL	100
2162 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO DO IPMPG	% PERCENTUAL	100
2310 PUBLICIDADE LEGAL	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS	% PERCENTUAL	100
2330 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	NAO HA	NAO HA	0

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 5001 GESTAO ESTRATEGICA DE TRANSPORTE

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	2.100	Capital	1.313	Total	3.413
MELHORAR ACESSIBILIDADE, O CONFORTO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE							

Orgao Resposavel Principal : 10.00.00 SECRETARIA DE TRANSPORTE

Indicador :

PROJECAO DOS USUARIOS QUE UTILIZAM O SISTEMA DE TRANSPORTE.	UNIDADES	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
		16.174.648	17.796.175

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO

SECRETARIA DE TRANSPORTE

NAO HA

2356 MOBILIDADE URBANA

SECRETARIA DE TRANSPORTE

RED. DA UTIL. DO AUTOMOVEI COMO MEIO TRANSPORTE

NAO HA  
% PERCENTUAL

0

2

6

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE		ELABORACAO DA LDO-2016		CONAM	
METAS E PRIORIDADES PARA 2016					
Programa : 5002 TRANSFORMACAO URBANA					
Objetivo : MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE ATRAVES DE INTERVEN COES URBANAS.					
Orgao Responsavel Principal : 09.00.00 SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS					
Indicador :					
URBANIZACAO NOVAS DE AREAS PUBLICAS					
M2 - METROS QUAD					
Indice mais Recente					
Indice Futuro 2016					
524.842					
Acao					
Orgao Executor					
Produto / Unidade de Medida					
Meta Fisica					
162223					
100					
0					
M2 - METROS QUAD					
% PERCENTUAL					
NAO HA					
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO					
VIAS PAVIMENTADAS					
NAO HA					
Valor do Programa					
Corrente					
3.015 Capital					
58.381 Total					
61.396					
Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015					



## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 5003 HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	1.841	Capital	506	Total	2.347
------------	-------------------	----------	-------	---------	-----	-------	-------

GARANTIR O ATEND.A POP. DE INT. SOCIAL C/ A CONSTRUCAO DE  
DE UNID.HAB.EM CONVENIO COM O GOV.FEDERAL ATRAVES DO PROG.  
MINHA CASA MINHA VIDA E DA REG.FUNDIARIA DOS NUCLEOS URBANO  
S CARENTES PROPORC. MELHORIA NAS CONDICÕES DE VIDA DA POP.  
E RESGATANDO A CIDADANIA DAS FAMILIAS EXCLUIDAS DO CONT.URB.

Orgao Responsavel Principal : 17.00.00 SECRETARIA DE HABITACAO

Indicador :

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
ATENDTO DE FAMILIAS RESIDENTES EM AREAS DE INTERESSE SOCIAL UNIDADES	2.000	3.510

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

1089 CONSTRUCAO,REVITALIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL	SECRETARIA DE HABITACAO	FAMILIAS ATENDIDAS/UNIDADE		7
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE HABITACAO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE HABITACAO	NAO HA		0
2360 MANUTENCAO DE SERVICOS DIVERSOS DE HABITACAO	SECRETARIA DE HABITACAO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ACAO E CIDADANIA	% PERCENTUAL	100

Programa : 5005 MANUTENCAO URBANA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	148.638	Capital	1.109	Total	149.747
------------	-------------------	----------	---------	---------	-------	-------	---------

GARANTIR A MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS, MANTER, MELHORAR E EXPANDIR A ILUMINACAO PUBLICA DO MUNICIPIO E MANTER A LIMPEZA URBANA E O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DOS RESIDUOS SOLIDOS.

Orgao Responsavel Principal : 11.00.00 SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS

Indicador :

% DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOM. URB. COM SERV. DE COL. DE LIXO  
BAIRROS ATENDIDOS PELO PROGRAMA

Indice mais Recente

Indice Futuro 2016

% PERCENTUAL

100  
100100  
100

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

2086 MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES URBANAS DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2190 GARANTIR A LIMPEZA URBANA E MANTER O ADEQ FUNC DO SIST DE TRATAM E DESTINAC FINAL DOS RESIDUOS SOLID	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	TONELADAS/ANO RECOLHIDAS	T - TONELADAS	93712
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	NAO HA	% PERCENTUAL	0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL	100
2342 MANUTENCAO E EXPANSAO DA ILUMINACAO PUBLICA	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	REDUCAO DE PONTOS ESCUROS	UNIDADES	40

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 6003 RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	1.901	Capital	33	Total	1.934
MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULACAO.							

Orgao Resposavel Principal : 18.00.00 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Indicador :

POPULACAO ATENDIDA PELO PROGRAMA	% PERCENTUAL	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
		30	60

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

NAO HA

NAO HA

0

2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS

% PERCENTUAL

100

2361 GESTAO SOCIOAMBIENTAL

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

MANUTENCAO DOS SERVICOS SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICIPIO

% PERCENTUAL

100

Programa : 6005 GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo : PROMOVER O CRESCIMENTO ECONOMICO SUSTENTAVEL E ESTIMULAR A INOVACAO TECNOLÓGICA, BEM COMO POLITICAS PUBLICAS VOLTADAS A GERACAO DE EMPREGO E RENDA, COM O AUMENTO DO EMPREENDEDORISMO E DA COMPETITIVIDADE DO SETOR PRODUTIVO.

Valor do Programa	Corrente	Capital	Total
3.457	872		4.329

Orgao Responsavel Principal : 21.00.00 SEC DE DES.ECON.CIENCIA TEC E TRABALHO

Indicador :

	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
QUALIFICACAO PROFISSIONAL		
TRABALHADORES INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	1.595	2.800
ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES	5.200	6.100
ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS DE GRADUACAO	1.000	1.360
	1.000	1.240

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SEC DE DES.ECON.CIENCIA TEC E TRABALHO	NAO HA	NAO HA	0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SEC DE DES.ECON.CIENCIA TEC E TRABALHO	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL	100
2354 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO	SEC DE DES.ECON.CIENCIA TEC E TRABALHO	NUMERO DE EMPRESAS INSTALADAS	UNIDADES	15
2355 DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA E DA TECNOLOGIA	SEC DE DES.ECON.CIENCIA TEC E TRABALHO	BOLSAS DE PESQUISA OFERTADAS	UNIDADES	10

Programa : 7002 PROCESSO LEGISLATIVO

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	29.381	Capital	1.982	Total	31.363
MELHORAR AS CONDICÕES DE FUNCIONAMENTO AO LEGISLATIVO, PROPICIANDO UM MELHOR ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS.							

Orgao Resposavel Principal : 01.00.00 PODER LEGISLATIVO

Indicador :

NAO HA INDICADORES

Indice mais Recente

0

Indice Futuro 2016

0

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

1079	AMPLIACAO E REFORMA DAS INSTALACOES DA CAMARA	PODER LEGISLATIVO	OBRAS E REFORMAS REALIZADAS / ANO	% PERCENTUAL	0
2258	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	PODER LEGISLATIVO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	0
2298	PUBLICIDADE LEGAL	PODER LEGISLATIVO	DIVULGACAO DE ATOS LEGAIS	% PERCENTUAL	0
2343	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	PODER LEGISLATIVO	NAO HA	NAO HA	0

Programa : 7003 ADMINISTRACAO SUPERIOR

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	10.357	Capital	700	Total	11.057
------------	-------------------	----------	--------	---------	-----	-------	--------

PROMOVER O ELO ENTRE OS ORGAOS DA ADMINISTRACAO DIRETA E  
INDIRETA PROPORCIONANDO MEIOS NECESSARIOS PARA O ALCANCE  
DOS OBJETIVOS DA MUNICIPALIDADE.

Orgao Responsavel Principal : 02.00.00 GABINETE DO PREFEITO

Indicador :

Indice mais Recente

Indice Futuro 2016

MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO SUPERIOR

% PERCENTUAL

100

100

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

2008	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	GABINETE DO PREFEITO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2008	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE GOVERNO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2023	FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	GABINETE DO PREFEITO	NAO HA	NAO HA	0
2027	CONTRIBUICOES E TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	GABINETE DO PREFEITO	CONTRIBUICOES REALIZADAS	% PERCENTUAL	100
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	GABINETE DO PREFEITO	NAO HA	NAO HA	0
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	GABINETE DO PREFEITO	NAO HA	NAO HA	0
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	GABINETE DO PREFEITO	NAO HA	NAO HA	0
2317	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE GOVERNO	NAO HA	NAO HA	0
2357	FORTELECIMENTO DA DEFESA CIVIL	SECRETARIA DE GOVERNO	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL	100
2358	FORTELECIMENTO DA ACAO E CIDADANIA	GABINETE DO PREFEITO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	% PERCENTUAL	100
		GABINETE DO PREFEITO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ACAO E CIDADANIA	% PERCENTUAL	100

Programa : 7004 GESTAO DAS ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo : PROMOVER ACOES QUE VISAM DAR SUSTENTACAO ADMINISTRATIVA, TECNOLÓGICA E FINANCEIRA AOS PROGRAMAS FINALISTAS.

Valor do Programa Corrente 76.527 Capital 944 Total 77.471

Orgao Responsavel Principal : 20.00.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Indicador :

		Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
MANUTENCAO DAS ATIV DE APOIO ADMINIS, TECNO E FINANCEIRO	% PERCENTUAL	100	100
ATDIO AS DENUNCIAS FORMULADAS ATRAVES DA OUVIDORIA MUNICIPAL	% PERCENTUAL	80	80
ATDIO AS SOLIC.REMOCAO DE BARRACOS E CERCAS EM AREAS DE PRES	% PERCENTUAL	90	90
CONTROLE DOS PRAZOS DE VALIDADE DOS AVCBS DE EDIF. E COM	% PERCENTUAL	90	90
VISTORIAS REALIZADAS PARA EMISSAO DE CARTA DE HABITACAO E/OU	% PERCENTUAL	90	90
ESTUDO DE ANALISE DE VIABILIDADE DE REQUERIMENTOS APRESENTADO	% PERCENTUAL	100	100
ATEDIO AS METAS ESTIPULADAS PELO GOVERNO DO ESTADO REL.VISA	% PERCENTUAL	60	60
ANALISE DE PROJETOS DE APROVACAO DE CONSTRUCAO NOVA/REFORMA	% PERCENTUAL	70	70

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE URBANISMO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2300 PUBLICIDADE LEGAL	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2303 PUBLICIDADE LEGAL	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS	% PERCENTUAL	100
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE FINANÇAS	PUBLICACAO DE LEIS ORCAMENTARIAS	UNIDADES	1
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	NAO HA	NAO HA	0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE URBANISMO	NAO HA	NAO HA	0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	NAO HA	NAO HA	0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	NAO HA	NAO HA	0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL	NAO HA	NAO HA	0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	NAO HA	NAO HA	0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	NAO HA	NAO HA	0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL	NAO HA	NAO HA	0
2359 GESTAO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS	SECRETARIA DE FINANÇAS	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL	100
		GRAU DE SATISFACAO DO CONTRIBUINTE	% PERCENTUAL	90

Programa : 8001 TRANSITO RACIONAL

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	10.846	Capital	60	Total	10.906
------------	-------------------	----------	--------	---------	----	-------	--------

PROMOVER A CONSECUCAO DE UM COMPORTAMENTO COLETIVO SEGURO, RESPEITOSO E NAO AGRESSIVO NO TRANSITO. ESTABELECE MELHOR QUALIFICACAO PARA A MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE E SEGURANCA DOS USUARIOS DAS VIAS E CONSOLIDANDO AS ACOES DE FISCALIZACAO, EDUCACAO, OPERACAO E CONTROLE DE USO DOS ESPACOS VIARIOS

Orgao Responsavel Principal : 19.00.00 SECRETARIA DE TRANSITO

Indicador :

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
EXPANDIR A SINALIZACAO VIARIA	60	78,75

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2266 MANUTENCAO DOS SERV ADMINISTRATIVOS DO TRANSITO	SECRETARIA DE TRANSITO	MANUTENCAO DOS SERVICOS MUNICIPAIS DE TRANSITO	% PERCENTUAL
2306 PUBLICIDADE LEGAL	SECRETARIA DE TRANSITO	PUBLICACAO DE MULTAS DE TRANSITO REALIZADAS / ANO	% PERCENTUAL
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE TRANSITO	NAO HA	100
2362 PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E OPERACAO DOS SISTEMAS DE SINALIZACAO, FISCALIZACAO E EDUC. DE TRANSITO	SECRETARIA DE TRANSITO	SINALIZACAO REALIZADA/UNID.	1500



## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 8003 ACOES COMUNITARIAS INTEGRADAS

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	15.872	Capital	279	Total	16.151
------------	-------------------	----------	--------	---------	-----	-------	--------

REDUZIR AS CAUSAS QUE CONTRIBUEM PARA O AUMENTO DA CRIMINALIDADE ATRAVES DE ACOES INTEGRADAS COM TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E OS ORGAOS DE SEGURANCA PUBLICA.

Orgao Resposavel Principal : 23.00.00 SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA

Indicador :

Indice mais Recente

Indice Futuro 2016

BAIRROS ATENDIDOS PELO PROGRAMA

% PERCENTUAL

30

60

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO

SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA

NAO HA

NAO HA

0

2367 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE APOIO A GUARDA CIVIL MUNICIPAL

SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA

MAN DAS ATIV DE APOIO A GUARDA CIVIL MUNICIPAL

% PERCENTUAL

100

2368 SISTEMA OPERACIONAL EQUIPADO

SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA

UNIDADE EQUIPADA

% PERCENTUAL

100

Programa : 9001 CONTRIBUICAO A UNIAO

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo : PROMOVER O PAGAMENTO DAS CONTRIBUICOES A UNIAO REFERENTE A O PASEP E FUNSET

Valor do Programa Corrente 8.308 Capital 0 Total 8.308

Orgao Responsavel Principal : 20.00.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Indicador :

PAGAMENTOS REALIZADOS/ANO	UNIDADES	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
		12	12

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

0001 PASEP - GERAL	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	REPASSES / ANO	UNIDADES	12
0001 PASEP - GERAL	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC. PRAIA GRANDE	REPASSES / ANO	UNIDADES	12
0002 PASEP - ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	REPASSES / ANO	UNIDADES	12
0003 PASEP - EDUCACAO INFANTIL - PRE ESCOLA	SECRETARIA DE EDUCACAO	REPASSES / ANO	UNIDADES	12
0004 PASEP - EDUCACAO INFANTIL - CRECHE	SECRETARIA DE EDUCACAO	REPASSES / ANO	UNIDADES	12
0006 CONTRIBUICAO AO FUNSET	SECRETARIA DE TRANSITO	REPASSE DE 5% DE MULTAS ARRECADADAS / ANO	% PERCENTUAL	100

Programa : 9002 SERVICO DA DIVIDA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	PROMOVER O PAGAMENTO DO JUROS E AMORTIZACAO DA DIVIDA PUBLICA MUNICIPAL.	Valor do Programa	Corrente	12.677	Capital	24.532	Total	37.209
------------	--	-------------------	----------	--------	---------	--------	-------	--------

Orgao Resposavel Principal : 03.00.00 SECRETARIA DE FINANÇAS

Indicador :

PORCENTAGEM DE PAGAMENTO DA DIVIDA PUBLICA / ANO	% PERCENTUAL	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
		100	100

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
0007 SERVICO DA DIVIDA INTERNA - GERAL	SECRETARIA DE FINANÇAS	PORCENTUAL DE DIVIDA PAGA/ANO	% PERCENTUAL
			100

Programa : 9003 INDENIZACOES

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	12.295	Capital	1.000	Total	13.295
DAR CUMPRIMENTO A DECISOES JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO							

Orgao Resposavel Principal : 04.00.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Indicador :

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
PORCENTAGEM DE PAGAMENTO DE PRECATORIOS / ANO % PERCENTUAL	100	100

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

0008 PRECATORIOS GERAIS	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	PAGAMENTO CREDITORES INSCRITOS NO MAPA DE PRECATORIO	% PERCENTUAL	100
0008 PRECATORIOS GERAIS	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC. PRAIA GRANDE	PAGAMENTO CREDITORES INSCRITOS NO MAPA DE PRECATORIO	% PERCENTUAL	100
0012 R.P.V.S. - REQUISITORIOS DE PEQUENO VALOR	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	PRECATORIOS PQ.VALOR	PRECATORIOS PQ.	0

## METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :

Valor do Programa	Corrente	Capital	0 Total	53.584
1 - CAPITALIZAR RECURSOS PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL.				
2 - COBRIR PASSIVOS CONTINGENTES E/OU SUPRIR NECESSIDADES O RCAMENTARIAS				

Orgao Resposavel Principal : 20.00.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Indicador :

NAO HA INDICADORES

Indice mais Recente

Indice Futuro 2016

0

0

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

9999 RESERVA DE CONTINGENCIA OU DO RPPS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

NAO HA

NAO HA

0

9999 RESERVA DE CONTINGENCIA OU DO RPPS

INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE

NAO HA

NAO HA

0



Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

ORGAOS		A C O E S			
		PROJETOS	ATIVIDADES	OPER. ESP.	TOTAL
02.00.00	GABINETE DO PREFEITO	0	11.057	0	11.057
03.00.00	SECRETARIA DE FINANÇAS	0	0	37.209	37.209
04.00.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0	0	13.295	13.295
05.00.00	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	2.134	217.507	0	219.641
06.00.00	SECRETARIA DE EDUCACAO	3.690	336.467	0	340.157
09.00.00	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS	58.324	3.072	0	61.396
10.00.00	SECRETARIA DE TRANSPORTE	0	3.413	0	3.413
11.00.00	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	0	149.747	0	149.747
12.00.00	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	0	17.703	0	17.703
14.00.00	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	0	7.173	0	7.173
15.00.00	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	0	5.716	0	5.716
17.00.00	SECRETARIA DE HABITACAO	506	1.841	0	2.347
18.00.00	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	0	1.934	0	1.934
19.00.00	SECRETARIA DE TRANSITO	0	10.906	0	10.906
20.00.00	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	53.584	77.471	8.308	139.363
21.00.00	SEC DE DES.ECON,CIENCIA TEC E TRABALHO	0	4.329	0	4.329
23.00.00	SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA	0	16.151	0	16.151
01.00.00	PODER LEGISLATIVO	200	31.163	0	31.363
24.00.00	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	0	62.677	0	62.677
TOTAL		118.438	958.327	58.812	1.135.577
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES :		977.767	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL:		104.226
			TOTAL DA RESERVA DE CONTINGENCIA :		53.584

FONTE:CN-SIFPM - Sistema Integrado de Financas Publicas Municipais, Unidade responsavel- CONTABILIDADE  
Data da emissao 29/ABR/2015 e hora de emissao 14:49

**PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE  
PRAIA GRANDE**



**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E  
CONTROLE ORÇAMENTÁRIO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

# LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016



É a peça de planejamento que norteia a elaboração do Orçamento Anual, definindo Metas Fiscais (Resultados Nominal e Primário e Equilíbrio Fiscal) e outras prioridades para o exercício orçamentário subsequente, bem como todos os cuidados que o Poder Executivo deve ter na elaboração da mesma.



# LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016



- Prevista no Art. 165, inciso II da CF, a LDO é o elo entre o Plano Plurianual - PPA e a Lei Orçamentária Anual - LOA.
- Principal função da LDO - selecionar, dentre as ações previstas no PPA, aquelas que terão prioridade na execução do orçamento do ano seguinte.

# Principais assuntos regulados na LDO (I)



- Equilíbrio entre receitas e despesas;
- Metas bimestrais de receita e limitação de empenho;
- Programação financeira e cronograma de desembolso;
- Normas relativas ao controle de custos e à avaliação de resultados;
- Demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

# Principais assuntos regulados na LDO (II)



- Proposta orçamentária da Câmara Municipal;
- Execução de novos projetos;
- Demonstrativo de projetos em andamento;
- Limite da Reserva de Contingência;
- Autorização para alterações na legislação tributária;
- Renúncia de receitas;

# Principais assuntos regulados na LDO (III)



- Critérios para gastos com Pessoal;
- Custeio de despesas de outros entes;
- Hipótese de não aprovação da LOA em tempo hábil;

# RELAÇÃO DA LDO COM A LRF



## ANEXO DE RISCOS FISCAIS:

- Avaliação de passivos contingentes e de outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

# RELAÇÃO DA LDO COM A LRF



## ANEXO DE METAS FISCAIS:

- As metas fiscais anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal, e do montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, sendo, na prática, metas trienais.



METAS FISCAIS (em milhares R\$)	
RESULTADOS	ESTIMATIVA 2016
PRIMÁRIO	3.800,00
NOMINAL	15.177,00

# PRINCIPAIS METAS E PRIORIDADES PARA 2016 (METAS FÍSICAS)



- Priorização das Despesas de Caráter Continuado/ Manutenção

## Secretária de Saúde

- Entrega da Construção do CER
- Entrega Caps I,II e Caps AD

## Secretária de Educação

- Implantação de 07 Unid. Ensino Fund.
- Implantação de 03 Unid. Ensino Infantil



**DIRETRIZES 2016 - RECEITA ESTIMADA  
METAS FISCAIS - TABELA 1 / QUADRO 1**



<b>DISCRIMINAÇÃO (em milhares)</b>	<b>ESTIMATIVA 2016</b>
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>1.135.777,00</b>
<b>IPTU</b>	<b>282.500,00</b>
<b>ITBI</b>	<b>45.678,00</b>
<b>ISSQN</b>	<b>39.346,00</b>
<b>IRRF</b>	<b>27.541,00</b>
<b>TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA</b>	<b>15.160,00</b>
<b>TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>50.113,00</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA</b>	<b>35,00</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>21.918,00</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO IPMPG</b>	<b>81.694,00</b>

**DIRETRIZES 2016 - RECEITA ESTIMADA  
METAS FISCAIS - TABELA 1 / QUADRO 1**



<b>DISCRIMINAÇÃO (em milhares)</b>	<b>ESTIMATIVA 2016</b>
RECEITA VALORES MOBILIÁRIOS	34.031,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	6.272,00
FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	56.466,00
COTA PARTE ITR	10,00
TRANSFERÊNCIAS DO SUS	59.505,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS FNDE	25.067,00
TRANSFERÊNCIAS FNAS	2.356,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	8.913,00
COTA PARTE ICMS	87.038,00

**DIRETRIZES 2016 - RECEITA ESTIMADA  
METAS FISCAIS - TABELA 1 / QUADRO 1**



<b>DISCRIMINAÇÃO (em milhares)</b>	<b>ESTIMATIVA 2016</b>
COTA PARTE IPVA	37.116,00
COTA PARTE IPI	705,00
TRANSFERÊNCIAS DO CIDE	29,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADOS	125,00
TRANSFERÊNCIAS FUNDEB	174.589,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.612,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	85.265,00
DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	(36.266,00)
RECEITAS DE CAPITAL	17.700,00

# Último ano de mandato

## Alguns cuidados



- Vedada a contratação de despesa nos dois últimos quadrimestres sem suficiente disponibilidade financeira;
- Nulidade de ato que provoque aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato, observando-se às exceções;
- Em caso da Dívida Consolidada ultrapassar o limite da LRF ao final do quadrimestre, a mesma deverá ser reconduzida ao limite até o término dos três subsequentes;

# Último ano de mandato

## Alguns cuidados



- Proibição de distribuição de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública que não estejam na execução orçamentária do ano anterior;
- Proibição de despesa com Publicidade e Propaganda institucional três meses antes do pleito;

**PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA  
DE PRAIA GRANDE**



**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E  
CONTROLE ORÇAMENTÁRIO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
2016**



**AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
DIA 18 DE MAIO DE 2015 – ÀS 15:00 HORAS  
PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL**

**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**

Est. São Paulo

Audiência Pública

Projeto de Lei Complementar das Diretrizes Orçamentárias para 2016

Dia 18 de Maio de 2015, às 15 horas

Nome	Empresa	Endereço	Fone
Antonio Carlos RERENDE	Comun		3476 11200
Luiz Rm Bomto M			78023583
Carlos Pastorello	Câmara		3476-1890
Leij Audri: Exenno			32613745
Ana Maria T de Souza			981223668
Elvângela A. J. Barbosa			38444227
ROBERTO ANDRADE R SILVA			3476.1745
CARLOS KARAN			997212355
Caio Barbosa			997632777



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**

Est. São Paulo

Audiência Pública

Projeto de Lei Complementar das Diretrizes Orçamentárias para 2016

Dia 18 de Maio de 2015, às 15 horas

Nome	Empresa	Endereço	Fone
Andressa Maria de Aguiar	PM		3496 2204
Aparecida Regina de	"		3496 2209
Cristiano Mello	Prefeitura		3496 2215
Benedicto Eladio F. Santos	Prefeitura		3496 2215
Evani Augusto e Silva	Prefeitura		3496 2058
Tatiana T. M. Mendes	Câmara		3496 - 1232
NELIO A. DELL'ARTINO	PREFEITURA		3496 - 2127
Ruth dos S. F. da Silva			3476 - 1500
Damiana C. Maciel	Prefeitura		3496 5091

*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*

Est. São Paulo

Audiência Pública

Projeto de Lei Complementar das Diretrizes Orçamentárias para 2016

Dia 18 de Maio de 2015, às 15 horas

Nome	Empresa	Endereço	Fone
ODEMIR PEREIRA DA SILVA	PREFEITURA		3496-5629
MAZCO A DE SOUSA		CAMAZA	3476/743

**Roberto - Câmara Praia Grande**

---

**De:** "Imprensa Câmara de Praia Grande" <imprensa@camarapraia grande.sp.gov.br>  
**Para:** "Imprensa Câmara de Praia Grande" <imprensa@camarapraia grande.sp.gov.br>  
**Enviada em:** sexta-feira, 15 de maio de 2015 15:32  
**Assunto:** Audiência Pública debate LDO na Câmara Municipal

**Audiência Pública debate LDO na Câmara Municipal**

*Proposta trata das diretrizes a serem observadas na elaboração do orçamento municipal para 2016*

A Câmara Municipal de Praia Grande recebe nesta segunda-feira (18), às 15 horas, Audiência Pública sobre o Projeto de Lei Complementar que estabelece as Diretrizes a serem observadas na Elaboração da Lei Orçamentária do Município para o Exercício de 2016, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Durante a plenária, aberta a população, vereadores e o público presente poderão fazer questionamentos e tirar dúvidas sobre a proposta, que tramita na Casa de Leis desde de 30 de abril.

A matéria deve ser pautada para votação e devolvida para sanção, ao Executivo, dentro do prazo estabelecido pela Lei Orgânica Municipal, que é 30 de junho. Para isso, serão realizadas duas votações, com intervalo de dez dias entre cada plenária.

A LDO estabelece metas e prioridades e contribui para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA), que regula receitas e despesas da Administração Municipal para o próximo ano. A previsão, até o momento, é de que a Receita do Município chegue a pouco mais de R\$ 1 bilhão.

A Câmara Municipal fica na Praça Vereador Vital Muniz, nº 01, Bairro Boqueirão.

Informações para a Imprensa

Christiane Disconsi MTB 52.820

Assessora de Imprensa

Câmara de Vereadores da Estância Balneária de Praia Grande

(13) 3476-1717/ 7822-2784/ ID 55\*44\*63141

[imprensa@camarapraia grande.sp.gov.br](mailto:imprensa@camarapraia grande.sp.gov.br)

[www.camarapraia grande.sp.gov.br](http://www.camarapraia grande.sp.gov.br)

<https://www.facebook.com/camarapg>

18/05/2015



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

**Prezados Senhores Vereadores e público presentes:**

Nos termos do que dispõe o artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2.000, que diz: "São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos", e mais, do seu parágrafo único, cujo texto é: "A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento", estamos dando início a Audiência Pública visando discussão do Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre as Diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2.016, o qual encontra-se tramitando nesta Casa.

Passo a palavra a Sra. **Aparecida Regina Fermino da Silva**, Subsecretária de Planejamento e Controle Orçamentário da Prefeitura Municipal bem como aos demais integrantes de sua equipe, para que os mesmos possam dar maiores explicações e dirimir dúvidas que se fizerem necessárias.

Praia Grande, 18 de maio de 2.015.

  
**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**À DIRETORIA JURÍDICA**  
**SENHORA DIRETORA:**

Trata o presente Processo de Projeto de Lei Complementar, de autoria do Executivo Municipal, estabelecendo diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2016.

Do ponto de vista legal, é de ser destacado que o projeto, como elaborado, obedeceu aos preceitos técnicos e a legislação pertinente, estando a propositura devidamente acompanhada das Tabelas que compõem os Anexos de Metas Fiscais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar no. 101, de 04 de maio de 2000.

Assim, sob o prisma legal, nada obsta o prosseguimento da tramitação do presente projeto, seguindo o parecer que é no sentido de que o projeto reúne as condições necessárias para ser submetido à apreciação, quanto ao mérito, por parte do Colendo Plenário.

Convém ressaltar, que esta Casa realizou, em 18 de maio do corrente ano, audiência pública garantindo a indispensável transparência da gestão fiscal, exigida pelo artigo 48, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

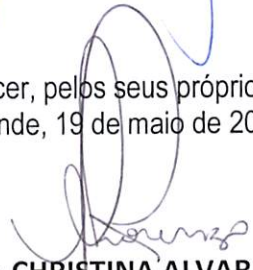
Devemos observar que, no caso de projeto de diretrizes orçamentárias, como o presente, deverá ser obedecido o interstício de dez dias entre uma votação e outra (artigo 89, Regimento Interno).

QUORUM: Maioria Absoluta.

Praia Grande, 19 de maio de 2015.

  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Assessor Jurídico

Acolho o parecer, pelos seus próprios fundamentos.  
Praia Grande, 19 de maio de 2015.

  
**FERNANDA CHRISTINA ALVAREZ LORENZO**  
Diretora Jurídica



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**DOUTAS COMISSÕES:**

Analisado o presente processo legislativo, com parecer jurídico favorável quanto à sua constitucionalidade e legalidade.

Para a Douta análise e deliberação da Comissão Permanente de Justiça e Redação, e de Finanças e Orçamento.

Praia Grande, 19 de maio de 2015.

**MANOEL ROBERTO DO CARMO**

**Diretor Legislativo**



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

PROCESSO Nº 060/15  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08/15  
AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL  
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Relator: Vereador MARCO ANTONIO DE SOUSA  
PARECER

Senhor Presidente

Às catorze horas e vinte minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e quinze, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes da douta Comissão de Finanças e Orçamento a fim de estudarem o presente projeto e ao final exarar o seguinte parecer:

Trata o presente Processo de Projeto de Lei Complementar, de autoria do Executivo Municipal, estabelecendo diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2016.

— Do ponto de vista legal, é de ser destacado que o projeto, como elaborado, obedeceu aos preceitos técnicos e a legislação pertinente, estando a propositura devidamente acompanhada das Tabelas que compõem os Anexos de Metas Fiscais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar no. 101, de 04 de maio de 2000.

Assim, sob o prisma legal, nada obsta o prosseguimento da tramitação do presente projeto, seguindo o parecer desta Comissão analisante que é no sentido de que o projeto reúne as condições necessárias para ser submetido à apreciação, quanto ao mérito, por parte do Colendo Plenário.

Convém ressaltar, que esta Casa realizou, em 18 de maio do corrente ano, audiência pública garantindo a indispensável transparência da gestão fiscal, exigida pelo artigo 48, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

Devemos observar que, no caso de projeto de diretrizes orçamentárias, como o presente, deverá ser obedecido o interstício de dez dias entre uma votação e outra (artigo 89, Regimento Interno).

QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA

  
**ANTONIO CARLOS REZENDE**

  
**MARCO ANTONIO DE SOUSA**

  
**BENEDITO RONALDO CESAR**





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

## FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:

ITEM: 01 - PROC. 60/15 - LDO

	NOME	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
1	KARAN	21:00	21:03
2	JANAÍNA	_____	_____
3	SERRANO	21:08	21:12
4	MARCO	_____	_____
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			

Praia Grande, 27 / 05 / 2015.

ROBERTO ANDRADE E SILVA

Presidente



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

**Matéria : PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08/15 - PROCESSO Nº 060/15**

**Autoria : EXECUTIVO MUNICIPAL**

**Ementa : Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.**

**Reunião : 17º Sessão Ordinária**  
**Data : 27/05/2015 - 21:13:10 às 21:14:10**  
**Tipo : Nominal**  
**Turno : 1ª Votação**  
**Quorum : Maioria Absoluta**  
**Condição : 9 votos Sim**  
**Total de Presentes : 17 Parlamentares**

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ANTONIO CARLOS REZENDE	PSDB	Sim	21:13:24
2	ANTONIO EDUARDO SERRANO	PROS	Sim	21:13:24
3	BENEDITO RONALDO CESAR	PMDB	Sim	21:13:24
4	CARLOS EDUARDO BARBOSA	PTB	Sim	21:13:22
5	CARLOS EDUARDO G KARAN	PDT	Abstenção	21:13:55
6	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Sim	21:13:20
7	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PPS	Não Votou	
8	EUVALDO REIS S MENEZES	PTN	Sim	21:13:40
9	FRANCISCO RODRIGUES B NETO	PMDB	Sim	21:13:30
10	JANAINA BALLARIS	PT	Abstenção	21:13:40
11	MARCELINO SANTOS GOMES	PPS	Sim	21:13:16
12	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Sim	21:13:18
13	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Sim	21:13:18
14	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Não Votou	
15	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PRTB	Não Votou	
16	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSB	Sim	21:13:16
17	TATIANA TOSCHI MENDES	PSD	Sim	21:13:43

<b>Totais da Votação :</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>14</b>
	<b>85,71%</b>	<b>0,00%</b>	<b>14,29%</b>	

**Resultado da Votação : APROVADO**

**Mesa Diretora da Reunião :**

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
1º SECRETÁRIO



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Estado de São Paulo

Em 03 de Junho de 2.015.

**OFÍCIO GPC-L Nº 104/15**

**SENHOR PREFEITO:**

Precedendo de meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência duas cópias da Ata da Audiência Pública relativa ao a tramitação, nesta Casa, do Projeto de Lei que dispõe sobre o as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária para 2016, realizada no dia 18 de maio, em conformidade com o que determina o artigo 48, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2.000.


Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência as homenagens deste Legislativo, somadas aos meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
DD. Prefeito da Estância Balneária de Praia Grande  
**N E S T A**

**CÓPIA**

RECEBIDO
8 16 / 2015

Funcionário



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

PROCESSO Nº 060/15

**EMENDA Nº 01** AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08/15

AUTOR: Vereador CARLOS EDUARDO GOLÇALVES KARAN

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Relator: Vereador MARCO ANTONIO DE SOUSA

PARECER

Senhor Presidente

Às catorze horas do dia primeiro de junho de dois mil e quinze, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes da douta Comissão de Finanças e Orçamento a fim de estudarem a presente EMENDA e ao final exarar o seguinte parecer:

Trata-se de emenda ao Projeto da LDO, apresentada pelo Vereador CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN.

A **Emenda n.º 01** pretende incluir como prioridade na peça orçamentária de 2016, o seguinte programa: **gestão da destinação de resíduos sólidos**.

Apresentada a emenda para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, esta terá seu curso normal de tramitação, devendo a referida Comissão exarar parecer quanto ao seu aspecto formal, pois o mérito da emenda caberá exclusivamente ao Plenário.

A emenda se compatibiliza com as metas municipais estabelecidas na Lei Municipal 1688/13 (Plano Plurianual), especialmente Art. 2º - I – Prestação eficiente dos serviços públicos; e III- Fomento de atividades geradoras de desenvolvimento econômico e social.

Aliás, o Plano Plurianual estabeleceu, no artigo 4.º, que:

Art. 4º - Nas leis orçamentárias ou nas que autorizarem a abertura de créditos adicionais, assim como nas leis de diretrizes orçamentárias, e nos créditos extraordinários poderão ser criados novos programas ou ações, ou modificados os existentes, considerando-se, em decorrência, alterado o Plano Plurianual.





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

A legislação municipal já dispõe de legislação instituindo Plano Municipal de Resíduos Sólidos (Lei n.º 1636/12), e a emenda ora sugerida determina a criação de programa orçamentário próprio para essa destinação.

Não havendo incorreções quanto ao seu aspecto formal, temos que não há óbice para que a emenda seja apreciada pelo Colendo Plenário, a quem cabe discutir o mérito da proposta de inclusão.

  
**ANTONIO CARLOS REZENDE**

  
**MARCO ANTONIO DE SOUSA**

  
**BENEDITO RONALDO CESAR**



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**SENHORA DIRETORA JURÍDICA:**

Trata-se de emenda ao Projeto da LDO, apresentada pelo Vereador CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN.

A **Emenda n.º 01** pretende incluir como prioridade na peça orçamentária de 2016, o seguinte programa: **gestão da destinação de resíduos sólidos**.

Apresentada a emenda para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, esta terá seu curso normal de tramitação, devendo a referida Comissão exarar parecer quanto ao seu aspecto formal, pois o mérito da emenda caberá exclusivamente ao Plenário.

A emenda se compatibiliza com as metas municipais estabelecidas na Lei Municipal 1688/13 (Plano Plurianual), especialmente Art. 2º - I – Prestação eficiente dos serviços públicos; e III- Fomento de atividades geradoras de desenvolvimento econômico e social.

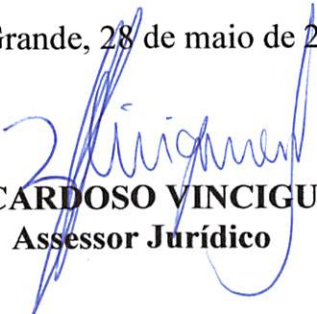
Aliás, o Plano Plurianual estabeleceu, no artigo 4.º, que:

Art. 4º - Nas leis orçamentárias ou nas que autorizarem a abertura de créditos adicionais, assim como nas leis de diretrizes orçamentárias, e nos créditos extraordinários poderão ser criados novos programas ou ações, ou modificados os existentes, considerando-se, em decorrência, alterado o Plano Plurianual.

A legislação municipal já dispõe de legislação instituindo Plano Municipal de Resíduos Sólidos (Lei n.º 1636/12), e a emenda ora sugerida determina a criação de programa orçamentário próprio para essa destinação.

Não havendo incorreções quanto ao seu aspecto formal, temos que não há óbice para que a emenda seja apreciada pelo Colendo Plenário, a quem cabe discutir o mérito da proposta de inclusão.

Praia Grande, 28 de maio de 2015.

  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Assessor Jurídico



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

19.ª Sessão Data 10/06/15  
Encaminhamento REJEITADO

SENHOR PRESIDENTE:  
SENHORES VEREADORES:

Presidente

**EMENDA ADITIVA Nº 01**

Venho apresentar Emenda Aditiva ao Projeto de Lei Complementar n.º 008/15, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para 2016, de forma a incluir dispositivo que trata das metas e prioridades da Administração Municipal:

Dessa forma, proponho a inclusão de outro § ao artigo 2.º, com a seguinte redação:

Art 2º - ...

§ 1.º - ...

**§ 2.º - A Administração deverá priorizar ações visando cumprir o plano de gestão de destinação de resíduos sólidos.**

**JUSTIFICATIVA**

Nossa EMENDA pretende proteger a saúde pública e a qualidade ambiental, privilegiar a não geração, a redução, a re-utilização, a reciclagem e o tratamento dos resíduos sólidos.

Estimular a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços, permitir ações para aprimoramento de tecnologias limpas, minimizar impactos ambientais.

A inclusão dessa meta orçamentária nos permitirá incentivar a indústria da reciclagem, gerando milhares de empregos diretos e indiretos.

Preservar a natureza e gerar equilíbrio ambiental são questões essenciais para a sobrevivência do homem contemporâneo.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 26 de maio de 2015.

**CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN**  
Vereador

*recolhi  
em 24/05/15  
for*

CN-SIFPM	MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE										CONAM
PLANO PLURIANUAL 2014-2017 - LEI No. 01688 DE 25/10/2013											
PLANO PLURIANUAL											
ANEXO V - PROGRAMAS DE GOVERNO											
Programa : 6003 RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE											
Objetivo : MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULACAO.					Orgao Resposavel Principal : 18.00.00 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE						
Indicador / Unidade de Medida					Indice Recente	Indice 2014	Indice 2015	Indice 2016	Indice 2017	Indice Final PPA	
POPULACAO ATENDIDA PELO PROGRAMA / % PERCENTUAL					30	35	45	60	80	80	
Valores expressos em R\$ milhares medios /											
Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Funcao	Sub Funcao	Financeiro / Fisico				Total		
					2014	2015	2016	2017			
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SEMA		18	541	R\$ 13	13	13	13	52		
					Meta 0	0	0	0			
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SEMA	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	18	541	R\$ 10	10	10	10	40		
		% PERCENTUAL			Meta 100	100	100	100			
2361 GESTAO SOCIOAMBIENTAL	SEMA	MANUTENCAO DOS SERVICOS SOCIOAMBIENTAIS DO MU	18	541	R\$ 1.982	1.911	1.911	1.911	7.715		
		% PERCENTUAL			Meta 100	100	100	100			
Total do Programa					R\$ 2.005	1.934	1.934	1.934	7.807		
Despesas Correntes					R\$ 1.901	1.901	1.901	1.901	7.604		
Despesas de Capital					R\$ 104	33	33	33	203		



## FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:

ITEM: EMENDA Nº 01 - PLC 08/15 - 19: S.O.

	NOME	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
1	KARAN	20:47	20:51
2	REZENDE	20:51	20:53
3	MARCELINO	20:53	20:55
4	JANAÍNA	<del>20:55</del>	
5	TATIANA		
6	MARCO ANTONIO		
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			

Praia Grande, 10 / 06 / 15.

  
\_\_\_\_\_  
ROBERTO ANDRADE E SILVA

Presidente



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

PROCESSO Nº 060/15

**EMENDA Nº 02 e EMENDA Nº 05** AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08/15

AUTORES: Vereador CARLOS EDUARDO GOLÇALVES KARAN e Vereadora JANAINA BALLARIS

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Relator: Vereador MARCO ANTONIO DE SOUSA

PARECER

Senhor Presidente:

Às catorze horas e dez minutos do dia primeiro de junho de dois mil e quinze, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes da douta Comissão de Finanças e Orçamento a fim de estudarem a presente EMENDA e ao final exarar o seguinte parecer:

Trata-se de emendas ao Projeto da LDO, apresentadas pelos Vereadores CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN e JANAINA BALLARIS.

A **Emenda n.º 02** (Vereador Karan) pretende incluir como prioridade na peça orçamentária de 2016, o seguinte programa: **criação de planos de carreira, capacitação profissional e elevação funcional de servidores públicos.**

A **Emenda n.º 05** (Vereadora Janaina) pretende incluir como prioridade na peça orçamentária de 2016, o seguinte programa: **concessão de benefícios aos servidores capacitação profissional de servidores.**

Considerando a identidade material das emendas, e para se evitar duplicidade de dispositivos, sugerimos a substituição das emendas pelo seguinte texto:

**§ 3.º - A Administração deverá priorizar também ações visando criar e estimular planos de carreira, concessão de benefícios, capacitação profissional e elevação funcional de seus servidores públicos.**

A emenda se compatibiliza com as metas municipais estabelecidas na Lei Municipal 1688/13 (Plano Plurianual), especialmente Art. 2º - I – Prestação eficiente dos serviços públicos.

Aliás, o Plano Plurianual estabeleceu, no artigo 4.º, que:



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

Art. 4º - Nas leis orçamentárias ou nas que autorizarem a abertura de créditos adicionais, assim como nas leis de diretrizes orçamentárias, e nos créditos extraordinários poderão ser criados novos programas ou ações, ou modificados os existentes, considerando-se, em decorrência, alterado o Plano Plurianual.

Não havendo incorreções quanto ao seu aspecto formal, temos que não há óbice para que a emenda seja apreciada pelo Colendo Plenário, a quem cabe discutir o mérito da proposta de inclusão.

  
**ANTONIO CARLOS REZENDE**

  
**MARCO ANTONIO DE SOUSA**

  
**BENEDITO RONALDO CESAR**





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**SENHORA DIRETORA JURÍDICA:**

Trata-se de emendas ao Projeto da LDO, apresentadas pelos Vereadores CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN e JANAINA BALLARIS.

A **Emenda n.º 02 (Vereador Karan)** pretende incluir como prioridade na peça orçamentária de 2016, o seguinte programa: **criação de planos de carreira, capacitação profissional e elevação funcional de servidores públicos.**

A **Emenda n.º 05 (Vereadora Janaina)** pretende incluir como prioridade na peça orçamentária de 2016, o seguinte programa: **concessão de benefícios aos servidores capacitação profissional de servidores.**

Considerando a identidade material das emendas, e para se evitar duplicidade de dispositivos, sugerimos a substituição das emendas pelo seguinte texto:

**§ 3.º - A Administração deverá priorizar também ações visando criar e estimular planos de carreira, concessão de benefícios, capacitação profissional e elevação funcional de seus servidores públicos.**

A emenda se compatibiliza com as metas municipais estabelecidas na Lei Municipal 1688/13 (Plano Plurianual), especialmente Art. 2º - I – Prestação eficiente dos serviços públicos.

Aliás, o Plano Plurianual estabeleceu, no artigo 4.º, que:

Art. 4º - Nas leis orçamentárias ou nas que autorizarem a abertura de créditos adicionais, assim como nas leis de diretrizes orçamentárias, e nos créditos extraordinários poderão ser criados novos programas ou ações, ou modificados os existentes, considerando-se, em decorrência, alterado o Plano Plurianual.

Não havendo incorreções quanto ao seu aspecto formal, temos que não há óbice para que a emenda seja apreciada pelo Colendo Plenário, a quem cabe discutir o mérito da proposta de inclusão.

Praia Grande, 28 de maio de 2015.

  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Assessor Jurídico



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

19.ª Sessão Data 10/06/15  
Encaminhamento RETELTADO

SENHOR PRESIDENTE:  
SENHORES VEREADORES:

Presidente

EMENDA ADITIVA Nº 02

Venho apresentar Emenda Aditiva ao Projeto de Lei Complementar n.º 008/15, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para 2016, de forma a incluir dispositivo que trata das metas e prioridades da Administração Municipal:

Dessa forma, proponho a inclusão de outro § ao artigo 2.º, com a seguinte redação:

Art 2º - ...

§ 1.º - ...

§ 2.º - ...

§ 3.º - A Administração deverá priorizar também ações visando criar e estimular planos de carreira, capacitação profissional e elevação funcional de seus servidores públicos.

**JUSTIFICATIVA**

A eficiência do serviço público é um requisito obrigatório da Constituição Federal de 1988, pois foi elevada à condição de princípio da Administração Pública.

A eficiência do serviço público e as metas de qualidade de vida propostas pelo setor público só poderão ser atendidas se obedecidas uma premissa básica: estimular planos de carreira, acréscimos salariais pelo mérito e capacitação de servidores.

Os servidores públicos são a mola propulsora de toda a atividade pública, seja na área da saúde, educação e segurança, merecendo uma justa e equilibrada remuneração, condizente com a importância de sua atividade.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 26 de maio de 2015.

**CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN**  
Vereador

*Recebido  
em 22/05/15  
[assinatura]*



**SENHOR PRESIDENTE:  
SENHORES VEREADORES:**

**EMENDA ADITIVA n.º 05**

Venho apresentar Emenda Aditiva ao Projeto de Lei Complementar n.º 008/15, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para 2016, de forma a incluir dispositivo que trata das metas e prioridades da Administração Municipal:

Dessa forma, proponho a inclusão de outro § ao artigo 2.º, com a seguinte redação:

Art 2º - ...

§ 1.º - ...

§ 2.º - ...

**§ 3.º - Além das metas de que trata este artigo, a lei orçamentária deverá prever a concessão de benefícios e a capacitação profissional dos servidores públicos.**

**JUSTIFICATIVA**

A eficiência do serviço público é um requisito obrigatório da Constituição Federal de 1988, pois foi elevada à condição de princípio da Administração Pública.

A eficiência do serviço público e as metas de qualidade de vida propostas pelo setor público só poderão ser atendidas se obedecidas uma premissa básica: estimular planos de carreira, acréscimos salariais pelo mérito e capacitação de servidores.

Os servidores públicos são a mola propulsora de toda a atividade pública, seja na área da saúde, educação e segurança, merecendo uma justa e equilibrada remuneração, condizente com a importância de sua atividade.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 27 de maio de 2015.

  
**JANAINA BALLARIS**  
Vereadora

*recd  
27/05/15  
for*

CN-SIFPH		MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE				CONAM	
PLANO PLURIANUAL 2014-2017 - LEI No. 01688 DE 25/10/2013							
PLANO PLURIANUAL							
ANEXO VI - METAS E PRIORIDADES PARA 2014							
Programa : 7003 ADMINISTRACAO SUPERIOR							
Objetivo : PROMOVER O LIO ENTRE OS ORGAOS DA ADMINISTRACAO DIRETA E INDIRETA PROPORCIONANDO MEIOS NECESSARIOS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA MUNICIPALIDADE.							
Orgao Resposavel Principal : 02.00.00 GABINETE DO PREFEITO							
Indicador :		Unidade de Medida	Indice mais Recente		Indice Futuro 2014		
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO SUPERIOR		% PERCENTUAL	100,00		100,00		
Valores Expressos em R\$ milhares reais / 2013							
					Valores 2014		
Acao		Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Desp. Correntes	Desp. de Capital	Total
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	GP	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	1 PERCENTUAL	100	6.007	628	6.635
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SEG	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	1 PERCENTUAL	100	2.774	35	2.809
2023 FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	GP				180	65	245
2027 CONTRIBUICOES E TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	GP	CONTRIBUICOES REALIZADAS	1 PERCENTUAL	100	1.024	0	1.024
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	GP				72	0	72
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	GP				15	0	15
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SEG				10	0	10
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SEG	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	1 PERCENTUAL	100	97	0	97
2357 FORTALECIMENTO DA DEFESA CIVIL	GP	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	1 PERCENTUAL	100	27	6	33
2358 FORTALECIMENTO DA Acao E CIDADANIA	GP	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE Acao E CIDADANIA	1 PERCENTUAL	100	240	165	405
Total do Programa					10.446	899	11.345

## FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:

ITEM: EMENDA 02 e 05 - PLC 08/15 - 19º S.O.

	NOME	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
1	JANAINA	21:03	21:06
2	KARAN	21:06	21:10
3	PAULO EMÍLIO	21:10	21:15
4	MARCO ANTONIO	21:15	21:18
5	REZENDE	21:18	21:20
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			

Praia Grande, 10 / 06 / 2015.

ROBERTO ANDRADE E SILVA

Presidente





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

PROCESSO Nº 060/15

**EMENDA Nº 03** AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08/15

AUTOR: Vereador CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Relator: Vereador MARCO ANTONIO DE SOUSA

PARECER

Senhor Presidente:

Às catorze horas e quarenta e cinco minutos do dia primeiro de junho de dois mil e quinze, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes da douta Comissão de Finanças e Orçamento a fim de estudarem a presente EMENDA e ao final exarar o seguinte parecer:

→ Trata-se de emenda ao Projeto da LDO, apresentada pelo Vereador CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN.

A **Emenda n.º 03** pretende incluir como prioridade na peça orçamentária de 2016, o seguinte programa: **ampliação da política pública de combate às drogas, através de convênios com comunidades terapêuticas da Baixada Santista.**

Apresentada a emenda para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, esta terá seu curso normal de tramitação, devendo a referida Comissão exarar parecer quanto ao seu aspecto formal, pois o mérito da emenda caberá exclusivamente ao Plenário.

A emenda se compatibiliza com as metas municipais estabelecidas na Lei Municipal 1688/13 (Plano Plurianual), especialmente Art. 2º - V – Garantir o acesso da população aos serviços básicos de saúde.

A proposta pretende auxiliar o terceiro setor no tratamento e prevenção da drogadição, assunto que se relaciona diretamente com a área social e da saúde.

O Anexo V do Plano Plurianual institui programa de governo específico para garantir o atendimento à saúde da população com qualidade e responsabilidade, não havendo, portanto, incompatibilidade que impeça a inclusão desse comando na LDO e por consequência na Lei Orçamentária, posto que uma complementa e orienta a outra.



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

Não havendo incorreções quanto ao seu aspecto formal, temos que não há óbice para que a emenda seja apreciada pelo Colendo Plenário, a quem cabe discutir o mérito da proposta de inclusão.

  
**ANTONIO CARLOS REZENDE**

  
**MARCO ANTONIO DE SOUSA**

  
**BENEDITO RONALDO CESAR**



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**SENHORA DIRETORA JURÍDICA:**

Trata-se de emenda ao Projeto da LDO, apresentada pelo Vereador CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN.

A **Emenda n.º 03** pretende incluir como prioridade na peça orçamentária de 2016, o seguinte programa: **ampliação da política pública de combate às drogas, através de convênios com comunidades terapêuticas da Baixada Santista.**

Apresentada a emenda para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, esta terá seu curso normal de tramitação, devendo a referida Comissão exarar parecer quanto ao seu aspecto formal, pois o mérito da emenda caberá exclusivamente ao Plenário.

A emenda se compatibiliza com as metas municipais estabelecidas na Lei Municipal 1688/13 (Plano Plurianual), especialmente Art. 2º - V – Garantir o acesso da população aos serviços básicos de saúde.

A proposta pretende auxiliar o terceiro setor no tratamento e prevenção da drogadição, assunto que se relaciona diretamente com a área social e da saúde.

O Anexo V do Plano Plurianual institui programa de governo específico para garantir o atendimento à saúde da população com qualidade e responsabilidade, não havendo, portanto, incompatibilidade que impeça a inclusão desse comando na LDO e por consequência na Lei Orçamentária, posto que uma complementa e orienta a outra.

Não havendo incorreções quanto ao seu aspecto formal, temos que não há óbice para que a emenda seja apreciada pelo Colendo Plenário, a quem cabe discutir o mérito da proposta de inclusão.

Praia Grande, 28 de maio de 2015.

  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Assessor Jurídico





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

19.ª Sessão Data 10/06/15  
Encaminhamento REJEITADO

SENHOR PRESIDENTE:  
SENHORES VEREADORES:

Presidente

**EMENDA ADITIVA Nº 03**

Venho apresentar Emenda Aditiva ao Projeto de Lei Complementar n.º 008/15, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para 2016, de forma a incluir dispositivo que trata das metas e prioridades da Administração Municipal:

Dessa forma, proponho a inclusão de outro § ao artigo 2.º, com a seguinte redação:

Art 2º - ...

...

§ 4.º - Além das metas estabelecidas no anexo de que trata este artigo, a lei orçamentária ampliará a política pública de combate às drogas, através de convênios com comunidades terapêuticas da Baixada Santista.

**JUSTIFICATIVA**

O combate às drogas é um importante instrumento de política social, bem como de redução da criminalidade, tendo em vista que a segurança é diretamente comprometida pelo tráfico e uso de entorpecentes.

A ampliação da política municipal de combate às drogas deve ser efetiva, mas a Administração Pública não mantém equipamentos adequados para esse tipo de serviço, sendo mais vantajoso transferir às entidades que já realizam esse trabalho, através de repasses de recursos ao terceiro setor.

Somente assim haverá resultados e benefícios à segurança, Ao qualidade de vida e a saúde da população.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 26 de maio de 2015.

**CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN**  
Vereador

recebido  
em 27/05/15  
*[assinatura]*

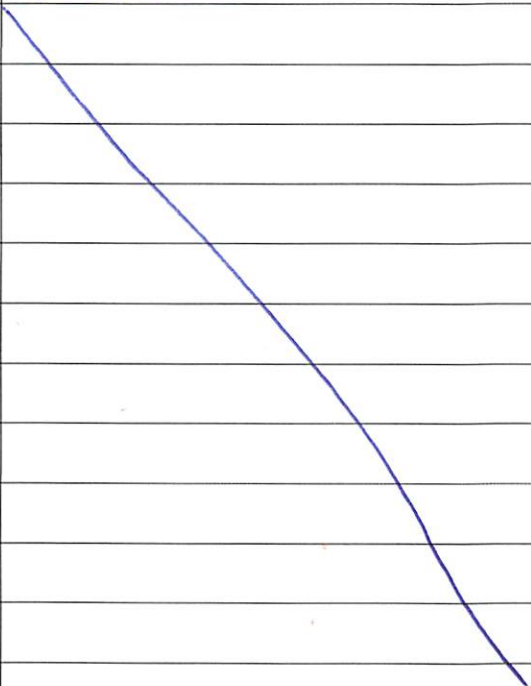
PLANO PLURIANUAL 2014-2017 - LEI Nº. 01688 DE 25/10/2013  
PLANO PLURIANUAL

## ANEXO V - PROGRAMAS DE GOVERNO

Programa : 1003 GESTÃO ESTRATÉGICA DA SAÚDE		SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA									
Objetivo :		Órgao Responsavel Principal : 05.00.00									
Indicador / Unidade de Medida		Índice Recente	Índice 2014	Índice 2015	Índice 2016	Índice 2017	Índice Final PPA				
MÉDIA DA AÇÃO COLETIVA DE ESBOÇAGAO DENTAL SUPERVISIONADA / % PERCENTUAL		1,99	3	4	5	6	6				6
COBERTURA POP. ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENÇAO BASICA / % PERCENTUAL		58,37	80	85	90	95	95				95
COBERTURA POP. ESTIMADA PELAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL / % PERCENTUAL		17,62	20	25	30	15	35				15
PROPORÇÃO DE PARTOS NORMAIS / % PERCENTUAL		47,51	49	53	57	60	60				60
PROP. DE NASC VIVOS DE NAES C/ NO MÍNIMO 7 CONSULTAS PRÉ NATAL / % PERCENTUAL		75,50	75,50	75,50	75,50	75,50	75,50				75,50
NÚMERO DE OBITOS MATERIOES / UNIDADES		1	1	1	1	1	1				1
CUB VACINAL C/ VACINA TETRA/PENTAVALENTE EM MENORES DE 1 ANO / % PERCENTUAL		35,07	95	95	95	95	95				95
PROPORÇÃO DE REGISTROS DE OBITOS COM CAUSA BASICA DEFINIDA / % PERCENTUAL		97,80	94	94	94	95	95				95
NÚMERO ABSOLUTOS DE OBITOS POR DENGUE / UNIDADES		1	1	1	1	1	1				1
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL / RAZAO		19,90	12	12	12	12	12				12
PROPORÇÃO DE OBITOS INFANTIS E FETAIS INVESTIGADOS / % PERCENTUAL		60	60	60	60	60	60				60
PROP/OBITOS MAT E DE MULHER DE IDADE FÉRTIL POR CAUSAS PRESUM / % PERCENTUAL		36,59	90	90	90	90	90				90
INCIDENCIA DE SÍFILIS CONGÊNITA / UNIDADES		10	20	20	20	20	20				20
TX DE INCIDENCIA DE AÍDS EM < DE 5 ANOS(POR 100 MIL HAB) / UNIDADES		5	5	5	5	5	5				5
PROP. CASOS DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULS. ENERRADOS APOS NOT / % PERCENTUAL		85	85	85	85	85	85				85
R2 EXAMES CITOPATOLOGICOS COLO DO ÚTERO EM MULHERES 25 A 64 / RAZAO		0,02	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26				0,26
RAZ DE MAMOGRAFIA EM MULH DE 50 A 69 ANOS E A POP FEMININA / RAZAO		0,02	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20				0,20
PROP CURA NAS COORTES DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR / % PERCENTUAL		67,65	80	80	80	80	80				80
PROP CURA CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAG NOR ANOS COORTES / % PERCENTUAL		90	90	90	90	90	90				90
% DE REAL DAS ANÁLISES DE VIG DA QUAL DA AGUA,REF COLIFORMES / % PERCENTUAL		35	35	35	35	35	35				35
Valores expressos em R\$ milhares médios /											
Ação		Órgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Sub Função	Função	2014	2015	2016	2017	Total	
1001	AMPLIAÇÃO E REFORMA UNID DE SAÚDE/ATENÇÃO BASICA	SESAP	UNIDADES DE SAÚDE AMPLIADAS E REFORMADAS	10	301	R\$ Meta	235	171	71	0	413
1003	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE/ATENÇÃO BASICA	SESAP	CONSTRUÇÃO/UNIDADE	10	301	R\$ Meta	6.162	429	1	0	6.592
1066	CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE - MAC	SESAP	UNIDADE DE SAÚDE CONSTRUÍDA / ANO	10	302	R\$ Meta	1.690	3.510	1.139	1	6.340
1067	AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UNIDADES DE SAÚDE - MAC	SESAP	NÚMERO DE UNIDADES REVITALIZADAS	10	302	R\$ Meta	540	60	0	0	600
2003	FUNCIONAMENTO DA VIGILANCIA SANITARIA	SESAP	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA SANIT	10	304	R\$ Meta	790	791	791	791	3.163
			% PERCENTUAL				100	100	100	100	

## FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:

ITEM: EMENDA 03 - PLC 08/15 - 19:50.

	NOME	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
1	KARAN	21:27	21:31
2	GERRANO	21:31	21:35
3	EUVALDO REIS	<hr/>	
4	MARCO ANTONIO	21:36	21:39
5	JANAÍNA	21:39	21:41
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			

Praia Grande, 10 / 06 / 15.



ROBERTO ANDRADE E SILVA

Presidente



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

PROCESSO Nº 060/15

**EMENDA Nº 04** AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08/15

AUTOR: Vereador CARLOS EDUARDO GOLÇALVES KARAN

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Relator: Vereador MARCO ANTONIO DE SOUSA

PARECER

Senhor Presidente:

Às catorze horas e vinte minutos do dia primeiro de junho de dois mil e quinze, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes da douta Comissão de Finanças e Orçamento a fim de estudarem a presente EMENDA e ao final exarar o seguinte parecer:

→ Trata-se de emenda ao Projeto da LDO, apresentada pelo Vereador CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN.

A **Emenda n.º 04** pretende incluir como prioridade na peça orçamentária de 2016, o seguinte programa: **criação de parques industriais, através da desapropriação de grandes áreas subutilizadas ou não utilizadas e instituição do imposto progressivo, visando estimular o uso social de grandes propriedades não utilizadas ou subutilizadas.**

Apresentada a emenda para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, esta terá seu curso normal de tramitação, devendo a referida Comissão exarar parecer quanto ao seu aspecto formal, pois o mérito da emenda caberá exclusivamente ao Plenário.

A emenda se compatibiliza com as metas municipais estabelecidas na Lei Municipal 1688/13 (Plano Plurianual), especialmente Art. 2º - III- Fomento de atividades geradoras de desenvolvimento econômico e social.

Aliás, o Anexo V do Plano Plurianual contemplou como programa de governo a promoção de atividades de gestão econômica sustentável, a garantia do desenvolvimento e inovação tecnológica, bem como a geração de emprego.





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

Não havendo incorreções quanto ao seu aspecto formal, temos que não há óbice para que a emenda seja apreciada pelo Colendo Plenário, a quem cabe discutir o mérito da proposta de inclusão.

  
**ANTONIO CARLOS REZENDE**

  
**MARCO ANTONIO DE SOUSA**

  
**BENEDITO RONALDO CESAR**





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**SENHORA DIRETORA JURÍDICA:**

Trata-se de emenda ao Projeto da LDO, apresentada pelo Vereador CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN.

A **Emenda n.º 04** pretende incluir como prioridade na peça orçamentária de 2016, o seguinte programa: **criação de parques industriais, através da desapropriação de grandes áreas subutilizadas ou não utilizadas e instituição do imposto progressivo, visando estimular o uso social de grandes propriedades não utilizadas ou subutilizadas.**

Apresentada a emenda para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, esta terá seu curso normal de tramitação, devendo a referida Comissão exarar parecer quanto ao seu aspecto formal, pois o mérito da emenda caberá exclusivamente ao Plenário.

A emenda se compatibiliza com as metas municipais estabelecidas na Lei Municipal 1688/13 (Plano Plurianual), especialmente Art. 2º - III- Fomento de atividades geradoras de desenvolvimento econômico e social.

Aliás, o Anexo V do Plano Plurianual contemplou como programa de governo a promoção de atividades de gestão econômica sustentável, a garantia do desenvolvimento e inovação tecnológica, bem como a geração de emprego.

Não havendo incorreções quanto ao seu aspecto formal, temos que não há óbice para que a emenda seja apreciada pelo Colendo Plenário, a quem cabe discutir o mérito da proposta de inclusão.

Praia Grande, 28 de maio de 2015.

  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Assessor Jurídico



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

19.ª Sessão Data 10/06/15  
Encaminhamento REJEITADO

SENHOR PRESIDENTE:  
SENHORES VEREADORES:

Presidente

EMENDA ADITIVA Nº 04

Apresento Emenda ao Projeto de Lei Complementar n.º 008/15, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para 2016, de forma a incluir o seguinte dispositivo:

Art 2º - ...

...

§ 5.º - A peça orçamentária deverá contemplar ações voltadas à criação de parques industriais, através da desapropriação de grandes áreas subutilizadas ou não utilizadas.

§ 6.º - Sem prejuízo do disposto no § anterior, o Município poderá contemplar e instituir o imposto sobre a propriedade de forma progressiva, visando estimular o uso social de grandes propriedades não utilizadas ou subutilizadas.

**JUSTIFICATIVA**

Praia Grande possui grandes áreas de terras utilizadas exclusivamente para especulação imobiliária, ou seja, sem nenhuma utilidade social ou empresarial.

Enquanto nossa população agoniza com desemprego e falta de segurança.

O Município tem o dever de combater isso, através da instituição de IPTU progressivo para as grandes glebas inutilizadas, ou utilizar o instrumento da desapropriação para fazer uso adequado dessas áreas, implantando parques industriais e tecnológicos.

Desapropriação de áreas subutilizadas, com posterior oferecimento destas para a iniciativa privada, através da concessão de uso, permite que as próprias industriais interessadas invistam seu capital nessas áreas para implantação do parque, gerando inúmeros empregos à população e saúde financeira ao Município.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 26 de maio de 2015.

**CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN**  
Vereador

CN-SIFPM	MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE										CONAM
PLANO PLURIANUAL 2014-2017 - LEI No. 01688 DE 25/10/2013											
PLANO PLURIANUAL											
ANEXO V - PROGRAMAS DE GOVERNO											
Programa : 6005 GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO											
Objetivo : PROMOVER O CRESCIMENTO ECONOMICO SUSTENTAVEL E ESTIMULAR A INOVACAO TECNOLÓGICA, SEM COMO POLITICAS PUBLICAS VOLTADAS A GERACAO DE EMPREGO E RENDA, COM O AUMENTO DO EMPREENDEDORISMO E DA COMPETITIVIDADE DO SETOR PRODUTIVO.					Orgao Responsavel Principal : 21.00.00 SEC DE DES.ECON,CIENCIA TEC E TRABALHO						
Indicador / Unidade de Medida					Indice Recente	Indice 2014	Indice 2015	Indice 2016	Indice 2017	Indice Final PPA	
QUALIFICACAO PROFISSIONAL					1.595	2.000	2.400	2.800	3.200	3.200	
TRABALHADORES INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO / UNIDADES					5.200	5.500	5.800	6.100	6.400	6.400	
ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES / UNIDADES					1.000	1.120	1.240	1.360	1.480	1.480	
ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS DE GRADUACAO / UNIDADES					1.000	1.000	1.160	1.240	1.320	1.320	
Valores expressos em R\$ milhares reais /											
Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Funcao	Sub Funcao	Financeiro / Fisico				Total		
					2014	2015	2016	2017			
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SEDETTA		19	122	R\$ 9 Meta 0	9 0	9 0	9 0	9 0	36	
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SEDETTA	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS % PERCENTUAL	19	122	R\$ 10 Meta 100	10 100	10 100	10 100	10 100	40	
2354 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO	SEDETTA	NUMERO DE EMPRESAS INSTALADAS UNIDADES	11	334	R\$ 238 Meta 15	238 15	238 15	238 15	238 15	952	
2355 DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA E DA TECNOLOGIA	SEDETTA	BOLSAS DE PESQUISA OFERTADAS UNIDADES	19	573	R\$ 3.904 Meta 10	3.814 10	3.851 10	3.847 10		15.416	
Total do Programa					R\$ 4.161	4.071	4.108	4.104	16.444		
Despesas Correntes					R\$ 3.077	3.041	3.236	3.136	12.490		
Despesas de Capital					R\$ 1.084	1.030	872	968	3.954		



## FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:

ITEM: EMENDA 04 - PLC 08/15 - 19:5.0.

	NOME	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
1	KARAN	21:45	21:49
2	EUVALDO REIS	21:49	21:53
3	MARCO ANTONIO	21:53	21:56
4	JANAÍNA	21:56	21:58
5	SERRANO	21:58	22:02
6	MARCELINO	22:02	22:04
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			

Praia Grande, 10 / 06 / 15.

  
\_\_\_\_\_  
ROBERTO ANDRADE E SILVA

Presidente



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

PROCESSO Nº 060/15

**EMENDA Nº 06** AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08/15

AUTOR: Vereadora JANAINA BALLARIS

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Relator: Vereador MARCO ANTONIO DE SOUSA

PARECER

Senhor Presidente:

Às catorze horas e trinta e cinco minutos do dia primeiro de junho de dois mil e quinze, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes da douta Comissão de Finanças e Orçamento a fim de estudarem a presente EMENDA e ao final exarar o seguinte parecer:

→ Trata-se de emenda ao Projeto da LDO, apresentada pela Vereadora JANAINA BALLARIS.

A **Emenda n.º 06** pretende incluir como prioridade na peça orçamentária de 2016, o seguinte programa: **prioridade aos programas voltados à regularização fundiária.**

Apresentada a emenda para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, esta terá seu curso normal de tramitação, devendo a referida Comissão exarar parecer quanto ao seu aspecto formal, pois o mérito da emenda caberá exclusivamente ao Plenário.

A emenda se compatibiliza com as metas municipais estabelecidas na Lei Municipal 1688/13 (Plano Plurianual), especialmente Art. 2º - VII – Ter como objetivo a promoção da cidadania e o fortalecimento da sociedade civil, como componente obrigatório de todo o programa de governo e, igualmente, de todos os programas de trabalhos setoriais na área social.

Aliás, o Anexo V do Plano Plurianual é ainda mais expresse ao instituir programa de governo específico de regularização fundiária, não havendo, portanto, incompatibilidade que impeça a inclusão desse comando na LDO e por consequência na Lei Orçamentária, posto que uma complementa e orienta a outra.



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

Não havendo incorreções quanto ao seu aspecto formal, temos que não há óbice para que a emenda seja apreciada pelo Colendo Plenário, a quem cabe discutir o mérito da proposta de inclusão.

  
**ANTONIO CARLOS REZENDE**

  
**MARCO ANTONIO DE SOUSA**

  
**BENEDITO RONALDO CESAR**



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**SENHORA DIRETORA JURÍDICA:**

Trata-se de emenda ao Projeto da LDO, apresentada pela Vereadora JANAINA BALLARIS.

A **Emenda n.º 06** pretende incluir como prioridade na peça orçamentária de 2016, o seguinte programa: **prioridade aos programas voltados à regularização fundiária.**

Apresentada a emenda para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, esta terá seu curso normal de tramitação, devendo a referida Comissão exarar parecer quanto ao seu aspecto formal, pois o mérito da emenda caberá exclusivamente ao Plenário.

A emenda se compatibiliza com as metas municipais estabelecidas na Lei Municipal 1688/13 (Plano Plurianual), especialmente Art. 2º - VII – Ter como objetivo a promoção da cidadania e o fortalecimento da sociedade civil, como componente obrigatório de todo o programa de governo e, igualmente, de todos os programas de trabalhos setoriais na área social.

Aliás, o Anexo V do Plano Plurianual é ainda mais expresso ao instituir programa de governo específico de regularização fundiária, não havendo, portanto, incompatibilidade que impeça a inclusão desse comando na LDO e por consequência na Lei Orçamentária, posto que uma complementa e orienta a outra.

Não havendo incorreções quanto ao seu aspecto formal, temos que não há óbice para que a emenda seja apreciada pelo Colendo Plenário, a quem cabe discutir o mérito da proposta de inclusão.

Praia Grande, 28 de maio de 2015.

  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Assessor Jurídico



19.ª Sessão Data 10/06/15  
Encaminhamento REJEITADO

SENHOR PRESIDENTE:  
SENHORES VEREADORES:

Presidente

EMENDA ADITIVA n.º 06

Apresento Emenda Aditiva ao Projeto de Lei Complementar n.º 008/15, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para 2016, de forma a incluir dispositivo que trata das metas e prioridades da Administração Municipal:

Dessa forma, proponho a inclusão de outro § ao artigo 2.º, com a seguinte redação:

Art 2º - ...

§ 1.º - ...

§ 2.º - Além das metas elencadas no anexo de que trata este artigo, a Administração priorizará os programas para a regularização fundiária.

#### JUSTIFICATIVA

Justificamos a alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma vez que a questão da habitação é um problema permanente nesta Cidade, que vem crescendo graças ao aumento da densidade populacional.

A regularização fundiária servirá de importante instrumento de arrecadação municipal, porque regulariza não só a posse e o direito de moradia, mas também permite o lançamento de IPTU.

Além disso, serve de política social para promover a qualidade de vida e conter novas invasões.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 27 de maio de 2015.

JANAINA BALLARIS  
Vereadora

recido  
27/5/15  
Ja



CN-SIPPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

PLANO PLURIANUAL 2014-2017 - LEI No. 01688 DE 25/10/2013

PLANO PLURIANUAL

ANEXO V - PROGRAMAS DE GOVERNO

Programa : 5003

HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL

Objetivo :

GARANTIR O ATEND.A POP. DE INT. SOCIAL C/ A CONSTRUCAO DE UNID.HAB.EM CONVENIO COM O GOV.FEDERAL ATRAVES DO PROG. MINHA CASA MINHA VIDA E DA REG.FUNDIARIA DOS NUCLEOS URBANO S CARENTES PROPORC. MELHORIA NAS CONDICOOES DE VIDA DA POP. E RESGATANDO A CIDADNIA DAS FAMILIAS EXCLUIDAS DO CONT.URB.

Orgao Responsavel Principal : 17.00.00

SECRETARIA DE HABITACAO

Indicador / Unidade de Medida

Indice Recente

Indice 2014

Indice 2015

Indice 2016

Indice 2017

Indice Final PPA

ATENDTO DE FAMILIAS RESIDENTES EM AREAS DE INTERESSE SOCIAL / UNIDADES

2.000

2.500

3.003

3.510

4.015

4.019

Valores expressos em R\$ milhares medios /

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Funcao	Sub Funcao	Financeiro / Fisico				Total
					2014	2015	2016	2017	
1089 CONSTRUCAO,REVITALIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL	SEHAB	FAMILIAS ATENDIDAS/UNIDADE	16	482	R\$ 0 Meta 0	199 3	506 7	650 9	1.355
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SEHAB	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO % PERCENTUAL	16	482	R\$ 1.620 Meta 100	1.555 100	1.555 100	1.555 100	6.285
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SEHAB		16	482	R\$ 9 Meta 0	9 0	9 0	9 0	36
2360 MANUTENCAO DE SERVICOS DIVERSOS DE HABITACAO	SEHAB	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE Acao E CIDADANIA % PERCENTUAL	16	482	R\$ 734 Meta 100	584 100	277 100	134 100	1.729
Total do Programa					R\$ 2.363	2.347	2.347	2.348	9.405
Despesas Correntes					R\$ 2.298	2.148	1.841	1.698	7.985
Despesas de Capital					R\$ 65	199	506	650	1.420

CONAM

## FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:

ITEM: EMENDA 06 - PLC 08/15 - 19-S.O.

	NOME	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
1	JANAÍNA	22:10	22:14
2	KARAN	22:14	22:18
3	MARCO ANTONIO	22:18	22:22
4	SERRANO	22:22	22:27
5	PAULO	<hr/>	
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			

Praia Grande, 10 / 06 / 15.

  
\_\_\_\_\_  
ROBERTO ANDRADE E SILVA

Presidente

## FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:

ITEM: 01 - PLC. 08/15 - PROC. 60/15 - 19:50.

	NOME	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
1	KARAN	22:27	22:31
2	MARCO ANTONIO	22:31	22:36
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			

Praia Grande, 10 / 06 / 15.

  
\_\_\_\_\_  
ROBERTO ANDRADE E SILVA

Presidente



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
Est. de São Paulo

**AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 09/2015**

“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências”.

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE APROVA:

**CAPITULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Esta lei complementar estabelece, nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

**Parágrafo único.** Além das normas a que se refere o *caput*, esta Lei Complementar dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**CAPITULO II**  
**DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 2º.** As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2016 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, integrante desta lei complementar, as quais têm precedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo em limite à programação da despesa.

**Parágrafo único.** As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-ão modificadas por leis posteriores, inclusive pela lei orçamentária, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

**CAPITULO III**  
**DAS METAS FISCAIS**

**Art. 3º.** As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2016 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta lei complementar, desdobrado em:

Tabela 1 - Metas Anuais;

Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;





## *Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*

Est. de São Paulo

Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Tabela 6 – Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DOS RISCOS FISCAIS**

**Art. 4º.** Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta lei complementar, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

### **CAPÍTULO V**

#### **DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

**Art. 5º.** A lei orçamentária conterá reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**§ 1º.** A reserva de contingência será fixada em no máximo 3% (três) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

**§ 2º.** Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS**

**Art. 6º.** Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
Est. de São Paulo

necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente em 2016.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO**

**Art. 7º.** Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

**§ 1º** Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

**§ 2º** O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

**Art. 8º.** No prazo previsto no *caput* do art. 7º, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.

**§ 1º.** Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

**§ 2º.** O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

**§ 3º.** Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

**§ 4º.** Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

**§ 5º.** Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos percentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

§ 6º. A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 7º. Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º deste artigo também incidirá sobre o valor das emendas individuais eventualmente aprovadas na lei orçamentária anual.

§ 8º. Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 9º. A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 9º. Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

- I. concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;
- II. admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º. Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I. prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II. lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do *caput*;

III. no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

- I – no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;
- II – nas situações de emergência e de calamidade pública;
- III - para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;
- IV – para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino;
- V - nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo Chefe do Poder.



## *Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*

Est. de São Paulo

### **CAPÍTULO IX**

#### **DOS NOVOS PROJETOS**

**Art. 10.** A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

**§ 1º.** A regra constante do *caput* aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

**§ 2º.** Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

### **CAPÍTULO X**

#### **DO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

**Art. 11.** Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

### **CAPÍTULO XI**

#### **DO CONTROLE DE CUSTOS**

**Art. 12.** Para atender ao disposto no art. 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 101/00, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.

**Parágrafo único.** Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

### **CAPÍTULO XII**

#### **DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**

**Art. 13.** Observadas as normas estabelecidas pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na lei orçamentária, fica o Executivo autorizado a





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas, desde que em atendimento a recomendação expressa de unidade competente da Administração.

**Parágrafo único.** De igual forma ao disposto no *caput* deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

**Art. 14.** Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:

I – apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;

II - demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão concessor, em relação a sua aplicação direta;

III – justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;

IV – em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na lei orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

V – vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.

VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

**§ 1º.** A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

**§ 2º.** As contribuições somente serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

**§ 3º.** A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.

**Art. 15.** As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.

**Parágrafo único.** Os repasses previstos no *caput* serão efetuados em valores decorrentes da própria lei orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.



***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
Est. de São Paulo

**Art. 16.** Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis; e haja autorização legislativa, dispensada esta no caso de competências concorrentes com outros municípios, com o Estado e com a União.

**CAPÍTULO XIII**

**DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS**

**Art. 17.** Nas receitas previstas na lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

**Art. 18.** O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

II - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III - modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e mais justa;

IV - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

**Art. 19.** A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no *caput* do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.

**CAPÍTULO XIV**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 20.** O Poder Executivo poderá, mediante lei específica, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2016 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, consideram-se exceções as atividades de *ciência, tecnologia e inovação*, podendo realizar as permutas entre as dotações orçamentárias mediante decreto do Poder Executivo.

**Art. 21.** Em cumprimento ao que dispõe expressamente o art. 167, VI, da Constituição Federal, as permutas de recursos orçamentários, quando realizados no âmbito de um mesmo órgão e na mesma categoria de programação, independem de autorização legislativa.

**Parágrafo único.** As categorias econômicas e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).

**Art. 22.** As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

**Art. 23.** A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 30 de agosto de 2015.

**§ 1º.** O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no *caput*, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2015 e 2016, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**§ 2º.** Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele Poder.

**Art. 24.** Não sendo encaminhado o autógrafo do projeto de lei orçamentária anual até a data de início do exercício de 2016, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

**§ 1º.** Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

**§ 2º.** Na execução das despesas liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2016 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**§ 3º.** Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei dos orçamentos no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, excepcionalmente, por decreto do Poder Executivo, após a publicação da lei orçamentária.

**§ 4º.** Ocorrendo a hipótese deste artigo, as providências de que tratam os arts. 7º e 8º serão efetivadas até o dia 30 de janeiro de 2016.

**Art. 25.** As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2016 serão inscritas em restos a pagar, processados e não processados, e, para



***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
Est. de São Paulo

comprovação da aplicação dos recursos nas áreas da educação e da saúde do exercício, terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente.

**Art. 26.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

**MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
**Em 10 de Junho de 2.015**

  
**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente

  
**EDNALDO DOS SANTOS PASSOS**  
1º Secretário

**SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
**Em 10 de Junho de 2.015**

  
**Manoel Roberto do Carmo**  
Diretor Legislativo

## Município de PRAIA GRANDE

## Quadro I

## CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

DISCRIMINAÇÃO	Realizado	Valores constantes - projeção			
	Arrecadado 2014	Reestimativa 2015	Estimativa 2016	Estimativa 2017	Estimativa 2018
RECEITAS CORRENTES	1.056.072	1.116.697	1.058.285	1.073.033	1.086.748
RECEITA TRIBUTÁRIA	391.428	424.634	435.752	445.686	453.379
Impostos	334.397	363.334	373.937	382.738	389.500
Imposto sobre a Prop. Predial e Territ. Urbana	226.915	257.496	267.392	274.951	280.964
Imposto s/ Transmissão Inter-Vivos Bens Imóveis	45.396	43.089	43.235	43.442	43.442
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	34.622	36.766	37.242	38.152	38.901
Imposto de Renda Retido na Fonte	27.464	25.983	26.068	26.193	26.193
Taxas	56.966	61.265	61.782	62.917	63.849
Pelo Exercício do Poder de Polícia	13.653	14.638	14.349	14.304	14.263
Pela prestação de serviços	43.313	46.627	47.433	48.613	49.586
Contribuição de Melhoria	65	35	33	31	30
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	90.245	93.272	98.071	102.809	107.829
Contribuições Sociais para o RPPS	69.161	72.720	77.325	81.964	86.884
Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	21.084	20.552	20.746	20.845	20.945
RECEITA PATRIMONIAL	43.174	74.183	38.148	36.879	38.175
Receitas Imobiliárias	0	0	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	37.125	33.648	32.211	33.433	34.957
Demais Receitas Patrimoniais	6.049	40.535	5.937	3.446	3.218
Receita agropecuária	0	0	0	0	0
Receita industrial	0	0	0	0	0
Receita de serviços	332	335	0	0	0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	473.108	469.699	439.936	441.965	442.902
Transferências da União	156.034	155.252	151.046	149.311	146.194
Fundo de Participação dos Municípios	54.856	53.005	53.446	54.970	56.069
Cota-parte do Imposto Territorial Rural	9	9	9	8	8
Cota-parte do IOF/Ouro	0	0	0	0	0
Outras Transferências da União	101.169	102.238	97.591	94.333	90.117
Transferência Financeira - LC 87/96 (Lei Kandir)	390	0	0	0	0
Transferências do SUS	58.997	58.387	56.323	53.898	51.577
Transferência do Salário educação (FNDE)	22.917	26.125	23.726	23.483	23.176
Demais Transferências do FNDE	5.360	6.770	6.876	6.745	6.597
Transferências do FNAS	1.660	2.042	2.230	2.134	2.042
Demais Transferências da União	11.845	8.914	8.436	8.073	7.725
Transferências dos Estados	111.564	117.378	118.326	119.882	122.978
Cota parte do Imp.s/ Circulação de Merc. e Serv.	77.315	81.300	82.383	84.432	86.121
Cota-parte do Imp.s/ Veículos Automotores	32.328	33.669	35.131	35.310	36.722
Cota-parte do Imp.s/ Prod. Industr./Exportações	631	664	667	0	0
Transferência Financeira da CIDE	29	19	27	27	27
Demais Transferências dos Estados	1.261	1.726	118	113	108
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB	157.598	175.603	165.252	167.573	168.644
Transferências de Instituições Privadas	0	0	0	0	0
Transferências do Exterior	0	0	0	0	0
Transferências de Pessoas	210	173	0	0	0
Transferências de Convênios	47.702	21.293	5.312	5.199	5.086
Outras rec. correntes (exceto juros de emprést.)	90.425	88.568	80.705	80.618	80.247
Juros de empréstimos concedidos	0	0	0	0	0
Dedução das receitas correntes (contrib. FUNDEB)	32.640	33.994	34.327	34.944	35.784
RECEITAS DE CAPITAL	14.298	132.968	16.753	16.032	15.341
Operações de crédito	0	0	0	0	0
ALIENAÇÃO DE BENS	0	0	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0	0	0
Receita de Privatizações	0	0	0	0	0
Amortização de empréstimos	0	0	0	0	0
Transferências de capital	14.298	132.968	16.753	16.032	15.341
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0
Total geral das receitas	1.070.370	1.249.665	1.075.038	1.089.065	1.102.089
Receitas primárias advindas de PPPs	0	0	0	0	0

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04  
MLDO Receita - Conam LTDA - www.conam.com.br



Município de PRAIA GRANDE

Quadro I

CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRP, art. 4º, § 2º, inciso II

MLDO Receita - Conam LTDA - www.conam.com.br

Fonte e Notas Explicativas

- Prefeitura Municipal de Praia Grande: 1- A receita arrecadada do exercício de 2014 foi extraída do Balancete Analítico da Receita Orçamentária, competência 12/2014, do sistema contábil CONAM-SFPM;
- 2 - A reestimativa da Receita do Poder Executivo para o exercício de 2015 teve como parâmetros a arrecadação até o 1º trimestre de 2015, com suas devidas correções para o exercício;
- 3 - ITU - Para a projeção do Imposto Territorial Urbano considerou-se a expectativa de arrecadação para o exercício de 2015 acrescida de uma inflação estimada de 6%;
- 4 - IPU - Para a projeção do Imposto Predial Urbano considerou-se o valor esperado para o exercício de 2015, acrescido de um crescimento vegetativo na proporção de 2% e uma inflação estimada de 6%;
- 5 - Na projeção do Imposto de Renda retido na Fonte sobre Outros Rendimentos do do ITBI considerou-se uma inflação estimada de 6% sobre o valor esperado para 2015;
- 6 - Na projeção do ISSQN considerou-se UM PIB DE 1% e uma inflação estimada de 6% sobre a arrecadação esperada para o exercício de 2015, à exceção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Autônomo que foi considerado o valor da arrecadação prevista para 2015;
- 7 - Para as taxas de licença, func. est. com. ind. serv. e de publicidade comercial considerou-se 5% de crescimento vegetativo;
- 8 - Para as taxas de :comercio ambulante, licença comércio de feirantes, de feira de artesanato, de banca de jornais e de utilização de área considerou-se o mesmo valor de arrecadação do exercício de 2015;
- 9 - Na estimativa da Taxa de lixo considerou-se 2% de crescimento vegetativo e uma inflação estimada de 6%;
- 10 - Para a receita de Pavimentação e Obras Complementares foi mantido o valor revisto para o exercício de 2015;
- 11 - Na projeção da remuneração bancária de recursos não vinculados e vinculados foi considerado 90% do saldo médio esperado para o exercício de 2015;
- 12 - Cota Parte - FPM - Em relação ao Fundo de Participação dos Municípios considerou-se 1% de PIB e 6% estimado de inflação sobre o valor da transferência esperada para o exercício de 2015;
- 13 - Para a Cota Parte do imposto s/prop. terr rural - ITR manteve-se o valor previsto para 2015;
- 14 - Quanto às Cotas partes de royalties - FEP lei 7990/89 e royalties ANP-Lei 9478/97 manteve a previsão ao nível do esperado para 2015 em razão das dificuldades quanto às projeções devido as variações cambiais;
- 14 - Cota Parte Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS considerou-se um PIB de 1% e uma inflação estimada de 6% sobre 2015;
- 15 - Cota Parte Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - considerou-se o crescimento vegetativo da frota na ordem de 4% acrescido da inflação esperada para o período na ordem de 6%;
- 16 - Cota Parte Contribuição DE Intervenção Econômico - CIDE - Mantida a média esperada para o exercício de 2015;
- 17 - Multas e Juros de Mora de Tributos/Receita de ônus de Sucumbência/Correção Monetária de Tributos - Para este item de arrecadação considerou-se a inflação estimada de 6% sobre o valor esperado em 2015;
- 18 - Desconto bom Pagador - Coeficiente calculado tendo por base o valor bruto do IPTU e Taxa de Lixo;
- 19 - Dedução das Receitas Correntes para Formação do FUNDEB - Contribuição DE 20% para formação do FUNDEB considerando a arrecadação bruta do FPM, ITR, ICMS, IPVA e IPI;
- 20 - Fundo Municipal de Habitação - Tendo por base os conjuntos habitacionais integrantes do Fundo Municipal de Habitação considerou-se um reajuste contratual de 4% e uma inadimplência de 30%;
- 21 - Para os repasses de recursos oriundos do DADE e do FEHIDRO considerou-se as informações da Secretaria de Obras Públicas;
- 22 - Em relação as Taxas de Obras considerou-se um crescimento vegetativo de 6%;
- 23 - CIP - Contribuição de Iluminação Pública - Considerou-se um crescimento anual de 5% ao ano;
- 24 - Receitas do Fundo Nacional de Assistência Social e Fundo Estadual de Assistência Social - FNAS/FEAS - Para as projeções de repasse dos recursos provenientes do FNAS e FEAS considerou-se as expectativas de repasse conforme portarias diversas do Governo Federal e Estadual;
- 25 - Bloco Assistência Farmacêutica - Calculado tendo por base a portaria n3 1555 de 30/07/2013 tendo R\$ 5,10 per capita para uma população de 267.307 habitantes;
- 26 - Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - UPA - Portaria MS 837 de 14/05/2013 Qualificação custeio UPA PORTE III R\$ 500.000,00 Mês;
- 27 - Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU 192 (MAC) - Valores de Repasse tendo por base portarias 570 de 29/03/2012, portaria 1473 de 18/07/2013, Portaria 2332 de Outubro de 2013;
- 28 - Rede Cegonha Valores de Repasse considerando a portaria 3160 de 28/12/2012 e Portaria 1459 de 24/06/2011;

Município de PRAIA GRANDE

Quadro I

CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

- 29 - RAU - HOSPITAL - Calculado tendo por base a portaria 2395 de 11/10/2011;
- 30 - Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC - conforme portaria 227 de 20/03/2012;
- 31 - PAB FIXO - Calculado considerando a portaria 1409 de 10/07/2013 tendo um per capita de R\$ 24,00 para uma população de 272.390 habitantes;
- 32 - PAB VARIÁVEL SAÚDE DA FAMÍLIA - SF - Considerando portaria 978 de 16/05/2012, portaria MS 2488/11 sendo um repasse mensal de R\$ 7.130,00;
- 33 - PAV VARIÁVEL SAÚDE BUCAL - SB - Considerou-se a portaria 978 de 16/05/2012 para um repasse de R\$ 2.230,00 por equipe de saúde bucal;
- 34 - PAB VARIÁVEL AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE -ACS - Metodologia de Cálculo de acordo com a portaria 314 de 28/02/2014 considerando 389 ACS e um per capita de R\$ 1.014,00/mês;
- 35 - PROJETO VERÃO - Metodologia conforme resolução SS 23/02/2015;
- 36 - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL - Valor calculado com base na resolução SS 57 de 07/06/2013 considerando um per capita de R\$ 3,00;
- 37 - FUNDEB - Para a transferência dos recursos do FUNDEB para 2016 considerou-se um PIB nacional de 1,40% bem como a estimativa de alunos conforme quadro de ocupação competência fevereiro de 2015;
- 38 - Em relação a Quota Estadual Salário Educação considerou-se também um quadro de ocupação referente ao mês de fevereiro de 2015 bem como um repasse per capita de R\$ 558,66 conforme portaria FNDE n3 83 de 20/02/2014;
- 39 - SEE MERENDA (ESTADUAL) - Os recursos referente ao convênio com a Secretaria Estadual da Educação tiveram como base o quadro de ocupação municipal de fevereiro de 2015 e com valores per capita oscilando entre R\$ 0,50 e 2,00 de acordo com o nível de ensino;
- 40 - Em relação ao PNAE também considerou-se o quadro de ocupação de fevereiro de 2015 tendo um per capita entre R\$ 0,30 a R\$ 1,00/dia para 200 dias letivo;

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Informações extraídas do CN - SIFPM, conforme Balancete Analítico da Receita e da Avaliação Atuarial 12/2014.





## CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

Categoria Econ. e Grupos de Nat. de Despesa	Realizado	Valores constantes - projeção			
	Empenhado 2014	Reestimativa 2015	Estimativa 2016	Estimativa 2017	Estimativa 2018
DESPESAS CORRENTES	872.776	918.769	979.653	998.451	1.026.100
1 Pessoal e Encargos Sociais	458.870	525.058	593.296	597.054	643.918
2 Juros e Encargos da Dívida	10.630	11.940	11.999	10.759	9.701
3 Outras Despesas Correntes	403.276	381.771	374.358	390.638	372.481
DESPESAS DE CAPITAL	117.133	305.191	44.065	38.977	21.270
4 Investimentos	92.815	280.089	20.256	16.811	16.090
5 Inversões Financeiras	885	601	590	577	553
Concessão de empréstimos	0	0	0	0	0
Aquisição de títulos de capital integralizado	885	601	590	577	553
Demais Inversões Financeiras	0	0	0	0	0
6 Amortização da Dívida	23.433	24.501	23.219	21.589	4.627
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	49.032	51.320	51.637	54.719
Para suplementações	0	10.481	9.468	9.058	8.667
Para cobertura de passivos contingentes	0	0	0	0	0
Capitalização do RPPS	0	38.551	41.852	42.579	46.052
<b>TAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>989.909</b>	<b>1.272.992</b>	<b>1.075.038</b>	<b>1.089.065</b>	<b>1.102.089</b>
Despesas primárias advindas de PPPs	0	0	0	0	0

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

Município de PRAIA GRANDE

Quadro II

CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

Fonte e Notas Explicativas

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Informações extraídas do CN - SIFPM, conforme Balancete da despesa e da Avaliação Atuarial data 12/2014.

MLDO Despesa - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)



## CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMINAL

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

Especificação	Saldo em 31 de dezembro					
	Realizado		Valores constantes - projeção			
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	143.403	139.649	134.398	135.193	117.191	109.608
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Dívida Contratual	126.220	105.803	112.741	117.476	101.388	95.456
Precatórios posteriores a 5.5.2000	12.788	69	0	0	0	0
Dívidas confessadas, parceladas ou não parceladas	4.395	33.777	21.657	17.717	15.803	14.152
De tributos	0	0	0	0	0	0
De contribuições sociais	4.395	33.777	21.657	17.717	15.803	14.152
Previdenciárias - INSS	2.349	0	0	0	0	0
Previdenciárias - RPPS	0	3.788	1.970	143	0	0
Demais contribuições - Pasep	2.046	29.989	19.687	17.574	15.803	14.152
Do FGTS	0	0	0	0	0	0
Demais dívidas, ainda que não confessadas	0	0	0	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	189.308	199.635	180.000	170.369	163.033	156.013
Ativo Disponível	157.933	194.591	170.000	160.904	153.975	147.345
Haveres financeiros	38.848	8.191	20.000	18.930	18.115	17.335
Empréstimos e financiamentos	0	0	0	0	0	0
Outros créditos	38.848	8.191	20.000	18.930	18.115	17.335
(-) Restos a Pagar processados	7.473	3.147	10.000	9.465	9.057	8.667
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	-45.905	-59.986	-45.602	-35.176	-45.842	-46.405
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0	0	0	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	4.395	33.777	21.657	17.717	15.803	14.152
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III) + (IV) - (V)	-50.300	-93.763	-67.259	-52.893	-61.645	-60.557

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018
RESULTADO NOMINAL - Valores Constantes			14.366	-8.752	1.088
RESULTADO NOMINAL - Valores Correntes	-43.463	26.504	15.177	-9.662	1.255

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

MLDQ dívida - Conam LTDA - www.conam.com.br

Município de PRAIA GRANDE

Quadro III

CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMINAL

Anos de 2013 e 2014 em valores correntes; 2015 a 2018 em valores constantes a preços de 2015  
2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

Fonte e Notas Explicativas

Prefeitura Municipal de Praia Grande: 1 - Os valores do exercícios de 2013 e 2014 foram extraídos do sistema contábil SFPM exercício de 2014 - RREO Anexo 5, LRF, artigo 53, inciso III;

2 - Para os exercícios de 2015 a 2018 utilizou-se a média dos exercícios anteriores;

MLDO dívida - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)



Prefeitura Municipal de Praia Grande  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
Demonstrativo de riscos fiscais e providências  
2016

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

  
R\$ milhares

PASSIVOS_CONTINGENTES		Providencias	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Sub total	0	Sub total	0

DEMAIS_RISCOS_FISCAIS		Providencias	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Sub total	0	Sub total	0

Total Geral	0	Total Geral	0
-------------	---	-------------	---

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 14:04

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Praia Grande: 1 - No momento de elaboração desta LDO este município não vislumbra nenhum fato que possa ser classificado como risco fiscal.



Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 1 - Metas Anuais  
2016

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

Especificação	CONSOLIDADO								
	2016			2017			2018		
	Valor corrente (a)	Valor constante	% PIB <small>(PIB / PIB x 100)</small>	Valor corrente (b)	Valor constante	% PIB <small>(PIB / PIB x 100)</small>	Valor corrente (c)	Valor constante	% PIB <small>(PIB / PIB x 100)</small>
Receita total	1.135.777	1.075.038	0,0584	1.202.374	1.089.065	0,0583	1.271.506	1.102.089	0,0581
Receitas primárias (I)	1.101.746	1.042.827	0,0567	1.165.462	1.055.632	0,0565	1.231.176	1.067.132	0,0563
Despesa total	1.135.777	1.075.038	0,0584	1.202.374	1.089.065	0,0583	1.271.506	1.102.089	0,0581
Despesas primárias (II)	1.097.946	1.039.230	0,0565	1.166.023	1.056.140	0,0565	1.254.338	1.087.208	0,0573
Resultado primário (III)=(I-II)	3.800	3.597	0,0002	-560	-508	-0,0000	-23.162	-20.076	-0,0011
Resultado Nominal	15.177	14.366	0,0008	-9.662	-8.752	-0,0005	1.255	1.088	0,0001
Dívida pública consolidada	142.831	135.193	0,0073	129.383	117.191	0,0063	126.457	109.608	0,0058
Dívida consolidada líquida	-37.163	-35.176	-0,0019	-50.611	-45.842	-0,0025	-53.538	-46.405	-0,0024
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Despesas Primárias geradas de PPP (V)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Impacto do saldo das PPP (VI)=(IV-V)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000

Fonte e Notas Explicativas

Cálculos realizados pela Prefeitura a partir de dados de exercícios anteriores, que figuram na contabilidade; pela utilização de parâmetros locais e por informações divulgadas por instituições federais sobre o comportamento da economia nacional, bem como, considerando o quadro de Parâmetros de Referência que acompanha a mensagem do projeto de LDO para 2016.

Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior  
2016

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ milhares

Especificação	Metas Pre vistas em 2014 (a)	%	Metas Realizadas em 2014 (b)	%	Variação (II-I)	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	853.656	0,0508	1.070.370	0,0636	216.714	25,3866
Receita Primária (I)	846.490	0,0504	1.033.245	0,0614	186.755	22,0623
Despesa Total	853.656	0,0508	989.909	0,0588	136.253	15,9611
Despesa Primária (II)	817.988	0,0487	954.961	0,0568	136.973	16,7451
Resultado Primário (III)=(I-II)	28.502	0,0017	78.284	0,0046	49.782	174,6614
Resultado Nominal	-41.911	-0,0025	-43.463	-0,0025	-1.552	0,0004
Dívida Pública Consolidada	111.699	0,0066	139.649	0,0083	27.950	25,0226
Dívida Consolidada Líquida	20.198	0,0012	-59.986	-0,0035	-80.184	-396,9898

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Praia Grande: Dados extraídos da tabela 3 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.

MLDO tabela 2 - Conam LTDA - www.conam.com.br






Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores  
2016

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ milhares

Especificação	Valores a preços correntes										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita total	759.829	853.656	12,35	964.434	12,98	1.135.777	17,77	1.202.374	5,86	1.271.506	5,75
Receitas Primárias (I)	751.462	846.490	12,65	956.428	12,99	1.101.746	15,19	1.165.462	5,78	1.231.176	5,64
Despesa total	759.829	853.656	12,35	964.434	12,98	1.135.777	17,77	1.202.374	5,86	1.271.506	5,75
Despesas Primárias (II)	719.964	817.988	13,62	931.072	13,82	1.097.946	17,92	1.166.023	6,20	1.254.338	7,57
Resultado primário (III)=(I-II)	31.498	28.502	-9,51	25.356	-11,04	3.800	-85,01	-561	-114,76	-23.162	4.028,70
Resultado Nominal	-12.695	-41.911	230,14	-14.062	-66,45	15.177	-207,93	-9.662	-163,66	1.255	-112,99
Dívida pública consolidada	153.727	111.699	-27,34	124.121	11,12	142.831	15,07	129.383	-9,42	126.457	-2,26
Dívida pública líquida	17.727	20.198	13,94	-39.378	-294,96	-37.163	-5,62	-50.611	36,19	-53.538	5,78

Especificação	Valores a preços constantes										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita total	866.901	916.314	5,70	964.434	5,25	1.075.038	11,47	1.089.065	1,30	1.102.089	1,20
Receitas primárias (I)	857.355	908.622	5,98	956.428	5,26	1.042.827	9,03	1.055.632	1,23	1.067.132	1,09
Despesa total	866.901	916.314	5,70	964.434	5,25	1.075.038	11,47	1.089.065	1,30	1.102.089	1,20
Despesas primárias (II)	821.419	878.028	6,89	931.072	6,04	1.039.230	11,62	1.056.140	1,63	1.087.208	2,94
Resultado primário (III)=(I-II)	35.936	30.594	-14,87	25.356	-17,12	3.597	-85,81	-508	-114,12	-20.076	3.851,97
Resultado Nominal	-14.483	-44.987	210,62	-14.062	-68,74	14.366	-202,16	-8.752	-160,92	1.088	-112,43
Dívida pública consolidada	175.389	119.897	-31,64	124.121	3,52	135.193	8,92	117.191	-13,32	109.608	-6,47
Dívida pública líquida	20.225	21.680	7,19	-39.378	-281,63	-35.176	-10,67	-45.842	30,32	-46.405	1,23

\*FONTE: CN - SIPRM - Sistema Integrado de Planejamento e Controle da Prefeitura Municipal de São Paulo

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores  
2016

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

Fonte e Notas Explicativas

Prefeitura Municipal de Praia Grande: 1 - Os dados das colunas referentes aos exercícios de 2013, 2014 e 2015 foram extraídos da previsões da LDOS dos mesmos exercícios de competência.

\*MLDO Tabela 3 - Conam LIPA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido  
2016

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

CONSOLIDADO (Exceto Regime Previdenciário)						
Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio	1.129.131	48,34	851.041	47,82	681.583	100,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	1.206.658	51,66	928.462	52,18	0	0,00
TOTAL	2.335.789	100,00	1.779.503	100,00	681.583	100,00

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	214.237	100,00	-424.882	100,00	-324.652	100,00
TOTAL	214.237	100,00	-424.882	100,00	-324.652	100,00

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Praia Grande: - Dados extraídos dos Balanços Patrimoniais da Prefeitura e Câmara Municipal dos exercícios de 2012 a 2014.

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: O aumento no montante do Patrimônio Líquido do Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - SP, verificado no exercício financeiro de 2014 em relação a 2013, deveu-se, principalmente, ao superávit de R\$ 455.427.298,86.

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos  
2016

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

Receitas Realizadas	2014 (a)	2013 (b)	2012 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	7	8	2.237
Alienação de Bens Imóveis	7	8	2.237
	0	0	0

Despesas Executadas	2014 (d)	2013 (e)	2012 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL	0	479	1.711
Investimentos	0	479	1.711
Inversões Financeiras	0	479	1.711
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0

Saldo Financeiro	2014	2013	2012
Saldo do Exercício Anterior			14
VALOR (III)	76	69	540

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 13:04

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Praia Grande: Relatórios Analíticos de Movimentação Bancária, da Receita e da Despesa Paga específico por Fonte de Recurso "Alienação de Ativos", ambos extraídos do sistema CN-SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais (CONAM).

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Não houve no exercício financeiro de 2014 realização de receita de capital, conforme dados do CN - SIFPM.  
Não há saldo financeiro de exercícios anteriores oriundos da alienação de ativos.



Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 6 - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS  
2016

AMF - Demonstrativo 6 (LRP, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Receitas	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	51.396	36.024	55.037
RECEITAS CORRENTES	51.396	36.024	55.037
Receita de Contribuições dos Segurados	24.372	25.754	31.417
Pessoal Civil	24.372	25.754	31.417
Pessoal Militar	0	0	0
Outras Receitas de Contribuições	0	0	0
Receita Patrimonial	24.520	3.425	18.013
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	2.504	6.845	5.607
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	2.480	6.839	5.607
Demais Receitas Correntes	24	6	0
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0	0	0
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	31.473	33.726	37.784
RECEITAS CORRENTES	31.473	33.726	37.784
Receita de Contribuições	31.473	33.726	37.743
Patronal	31.473	33.726	37.743
Pessoal Civil	31.473	33.726	37.743
Pessoal Militar	31.473	33.726	37.743
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	41
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II)	82.869	69.750	92.821

Despesas	2012	2013	2014
DESPEAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	29.576	34.328	42.055
ADMINISTRAÇÃO	2.789	3.405	1.687
Despesas Correntes	2.785	3.395	1.666
Despesas de Capital	4	10	21
PREVIDÊNCIA	26.787	30.923	40.368
Pessoal Civil	26.452	30.850	40.048
Pessoal Militar	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	335	73	320
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	35	73	320
Demais Despesas Previdenciárias	300	0	0
DESPEAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	50	66	72
ADMINISTRAÇÃO	50	66	72
Despesas Correntes	50	66	72
Despesas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V)	29.626	34.394	42.127
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	53.243	35.356	50.694

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	2012	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0	0	0
Plano Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
Outros Aportes para RPPS	0	0	0
Plano Previdenciário	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Outros Aportes para RPPS	0	0	0

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS	0	0	0

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 15:04

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 6 - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS  
2016

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Fonte e Notas Explicativas

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Informações extraídas do CN - SIFPM.

MIDO tabela 6 - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)



Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS  
2016

AMP - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Exercicio	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo financeiro do exercício (d) = (d ex. ant.) + (c)
2014	-----	-----	-----	289.893
2015	33.927	54.840	-20.913	268.980
2016	55.571	57.823	-2.252	266.728
2017	59.872	60.793	-921	265.807
2018	64.626	63.828	798	266.605
2019	69.861	67.042	2.819	269.424
2020	75.855	70.426	5.429	274.853
2021	82.887	74.777	8.110	282.963
2022	91.049	79.949	11.100	294.063
2023	99.986	84.502	15.484	309.547
2024	109.256	89.522	19.734	329.281
2025	118.837	95.506	23.331	352.612
2026	128.679	102.803	25.876	378.488
2027	138.712	111.764	26.948	405.436
2028	148.860	121.914	26.946	432.382
2029	159.110	131.632	27.478	459.860
2030	169.495	140.891	28.604	488.464
2031	179.970	152.366	27.604	516.068
2032	190.436	165.198	25.238	541.306
2033	200.855	177.944	22.911	564.217
2034	211.052	196.540	14.512	578.729
2035	221.024	208.923	12.101	590.830
2036	230.913	222.455	8.458	599.288
2037	240.683	235.811	4.872	604.160
2038	250.344	248.873	1.471	605.631
2039	259.969	259.585	384	606.015
2040	269.591	271.538	-1.947	604.068
2041	279.240	281.203	-1.963	602.105
2042	289.014	290.025	-1.011	601.094
2043	298.953	290.652	8.301	609.395
2044	305.864	304.042	1.822	611.217
2045	309.656	308.516	1.140	612.357
2046	313.456	312.664	792	613.149
2047	317.307	315.693	1.614	614.763
2048	321.268	317.996	3.272	618.035
2049	325.389	319.568	5.821	623.856
2050	329.717	320.705	9.012	632.868
2051	334.121	326.984	7.137	640.005
2052	338.451	333.370	5.081	645.086
2053	342.695	339.862	2.833	647.919
2054	346.842	346.464	378	648.297
2055	350.880	353.178	-2.298	645.999
2056	354.796	360.006	-5.210	640.789



Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS  
2016

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Exercício	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo financeiro do exercício (d) = (d ex. ant.) + (c)
2057	358.577	366.951	-8.374	632.415
2058	362.207	374.014	-11.807	620.603
2059	365.671	381.199	-15.528	605.080
2060	368.953	388.508	-19.555	585.525
2061	372.032	395.943	-23.911	561.614
2062	374.892	403.507	-28.615	532.999
2063	377.510	411.202	-33.692	499.307
2064	379.866	419.032	-39.166	460.141
2065	381.935	426.999	-45.064	415.077
2066	383.693	435.106	-51.413	363.664
2067	385.112	443.355	-58.243	305.421
2068	386.165	451.750	-65.585	239.836
2069	386.821	460.294	-73.473	166.363
2070	387.047	468.989	-81.942	84.421
2071	386.810	477.840	-91.030	-6.609
2072	386.072	486.848	-100.776	-107.385
2073	384.794	496.017	-111.223	-218.608
2074	382.935	505.351	-122.416	-341.024
2075	380.450	514.852	-134.402	-475.426
2076	377.368	522.035	-144.667	-620.093
2077	373.639	531.943	-158.304	-778.397
2078	369.140	542.028	-172.888	-951.285
2079	363.813	552.294	-188.481	-1.139.766
2080	357.598	562.744	-205.146	-1.344.912
2081	350.432	573.382	-222.950	-1.567.862
2082	342.247	584.213	-241.966	-1.809.828
2083	332.970	595.239	-262.269	-2.072.097
2084	322.524	606.465	-283.941	-2.356.038
2085	310.829	617.896	-307.067	-2.663.105
2086	297.796	629.535	-331.739	-2.994.844
2087	283.334	641.386	-358.052	-3.352.896
2088	267.345	653.455	-386.110	-3.739.006
2089	249.724	665.745	-416.021	-4.155.027

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-04-2015 e hora de emissão 14:04

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS  
2016

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Fonte e Notas Explicativas

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Informações conforme folhas 97 a 101 da Avaliação Atuarial, data base dezembro de 2014.  
Emitida pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.  
Atuário responsável Richard Dutzmann, MIBA 935.

MIDO tabela 6.1 - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

The block contains four handwritten signatures in blue ink. From left to right: a large, stylized signature; a smaller signature with a star-like mark; a signature with multiple loops; and a small, simple signature.

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita  
2016

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

Tributo	Modalidade	Setores / Programas / Beneficiário	Renúncia de receita prevista			Compensação
			2016	2017	2018	
TOTAL			0	0	0	-

\*FONTE: CN - SIERM® Sistema Integrado de Registro Público - Lei nº 11.907/2009

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-Abr-2015 e hora de emissão 13:04

Fontes e notas explicativas:

Município de PRAIA GRANDE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado  
2016

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2016
Aumento Permanente de Receita	17.018
(-) transferências constitucionais	0
(-) transferências ao Fundeb	304
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	16.714
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	16.714
Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	16.638
Impacto de Novas DOCCs	16.638
Novas DOCCs geradas por PPPs	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	76

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 29-Abr-2015 e hora de emissão 15:04

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Praia Grande: O aumento permanente da Receita esta diretamente atrelado as receitas tributárias de gerência do Município. Dentre elas destacamos o IPU (Imposto sobre propriedade Predial Urbana) e a Taxa de Lixo que por hora projeta-se um crescimento vegetativo em torno de 2% ao ano, e o ISS devido a expectativa de crescimento do PIB em torno de 1% impactando também no aumento das Transferências Intergovernamentais, bem como ao aumento dos repasses dos recursos do FUNDEB em virtude da correção anual dos valores repassados por aluno pelo FNDE aos municípios originados pela indexação dos coeficientes utilizados no cálculo ao PIB (Produto Interno Bruto) do País e também pela atualização anual do Quadro de Ocupação (CENSO ESCOLAR) nas unidades escolares da rede municipal por conta de novas vagas ofertadas.

As novas DOCCs geradas serão provenientes da implantação de 10 (dez) novas Unidades Escolares Municipais que resultarão em despesas com pessoal e encargos, atividades de serviços e manutenção e na aquisição de merenda escolar para os alunos. Além das U.E. contemplam as DOCCs a implantação de 3 novas Unidades de Saúde que assim como as anteriores irão acarretar aumento compulsório das despesas com pessoal e encargos, bem como das atividades com manutenção predial e aquisição de material de consumo.

Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG: Não há previsão de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2016.





**Município de PRAIA GRANDE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016**  
**PARÂMETROS DE REFERÊNCIA**

Inflação		
Ano	Variação média anual %	Fator (2015 = 1.0000)
2013	6.20	0.8764881
2014	6.29	0.9316192
2015	7.34	1
2016	5.65	1.0565
2017	4.50	1.1040425
2018	4.50	1.1537244

Nota: Índice adotado IPCA/IBGE.

R\$ milhares PIB do estado de São Paulo		
Ano	Valores Estimados	
	Constantes	Correntes
2013	1.801.975.052	1.579.409.690
2014	1.804.477.447	1.681.085.836
2015	1.813.418.829	1.813.418.829
2016	1.840.668.893	1.944.666.685
2017	1.868.278.926	2.062.659.336
2018	1.896.303.130	2.187.811.191

**Metodologia de Cálculo:**

a) As taxas de inflação de 2013 e 2014 correspondem à variação entre o índice médio do IPCA do ano em relação ao índice médio do ano anterior. Para 2015 empregou-se, na determinação da média anual, projeções atuais efetuadas pelo mercado, compatíveis com as expectativas do Governo Federal (Fonte: Relatório FOCUS do BCB, de 06/03/15). Para 2016 a 2018 considerou-se as metas atuais de inflação utilizadas pelo CMN, de 4,5% (centro da meta), medidas no acumulado de janeiro a dezembro, a partir das quais obteve-se a variação média anual do IPCA.

b) PIB Nacional de 2013 (valores correntes) obtido junto ao IBGE. Para o cálculo do PIB Nacional de 2014 foi considerado um crescimento real de 0,14% em relação ao ano anterior, em conformidade com as expectativas de mercado (Fonte: Relatório FOCUS do BCB, de 26/12/2014). Para os demais anos empregou-se um crescimento real de 0,5% em 2015 e de 1,5% em cada um dos anos de 2016 a 2018.

c) PIB estadual fixado com base nos dados fornecidos pelo IBGE, referente a 2011, com participação do Estado de São Paulo no PIB nacional de 32,6% (PIB-pm São Paulo Valor Corrente de R\$ 1.349.465.000 mil / PIB-pm Nacional Valor Corrente de R\$ 4.143.013.000 mil).

b) PIB Nacional de 2012 e 2013 (valores correntes) obtido junto ao IBGE. Para os demais anos empregou-se um crescimento real de 2,0% em 2014 e de 2,5% em cada um dos anos de 2015 a 2017.

c) PIB estadual fixado com base nos dados fornecidos pelo IBGE, referente a 2011, com participação do Estado de São Paulo no PIB nacional de 32,6% (PIB-pm São Paulo Valor Corrente de R\$ 1.349.465.000 mil / PIB-pm Nacional Valor Corrente de R\$ 4.143.013.000 mil).

Programa : 1003 GESTAO ESTRATEGICA DA SAUDE

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo : Valor do Programa Corrente 213.851 Capital 5.790 Total 219.641

GARANTIR O ATENDIMENTO A SAUDE DA POPULACAO COM QUALIDADE E RESPONSABILIDADE ESTABELECCENDO RELACOES FORTALECIDAS ENTRE OS NIVEIS DE ATENCAO, OTIMIZANDO AS ACOES DE SAUDE, COM A MELHORIA DA GESTAO ATRAVES DA QUALIFICACAO DOS SERVIDORES.

Orgao Resposavel Principal : 05.00.00 SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA

Indicador :

		Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
MEDIA DA ACAO COLETIVA DE ESCOVACAO DENTAL SUPERVISIONADA	% PERCENTUAL	1,99	3
COBERTURA POP. ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENCAO BASICA	% PERCENTUAL	58,37	90
COBERTURA POP. ESTIMADA PELAS EQUIPES DE SAUDE BUCAL	% PERCENTUAL	17,62	25
PROPORCAO DE PARTOS NORMAIS	% PERCENTUAL	47,51	55
PROP.DE NASC VIVOS DE MAES C/ NO MNIMO 7 CONSULTAS PRE NATAL	% PERCENTUAL	75,50	75,50
NUMERO DE OBITOS MATERNOIS	UNIDADES	1	1
COB VACINAL C/ VACINA TETRA/PENTAVALENTE EM MENORES DE 1 ANO	% PERCENTUAL	35,07	95
PROPORCAO DE REGISTROS DE OBITOS COM CAUSA BASICA DEFINIDA	% PERCENTUAL	97,80	94
NUMERO ABSOLUTOS DE OBITOS POR DENGUE	UNIDADES	1	1
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	RAZAO	19,90	12
PROPORCAO DE OBITOS INFANTIS E FETAIS INVESTIGADOS	% PERCENTUAL	60	90
PROP/OBITOS MAT E DE MULH DE IDADE FERTIL POR CAUSAS PRESUM	% PERCENTUAL	36,59	95
INCIDENCIA DE SIFILIS CONGENITA	UNIDADES	10	20
TX DE INCIDENCIA DE AIDS EM < DE 5 ANOS(POR 100 MIL HAB)	UNIDADES	1	1
PROP CASOS DOENCAS DE NOTICACAO COMPULS ENERRADOS APOS NOT	% PERCENTUAL	85	85
RZ EXAMES CITOPATOLOGICOS COLO DO UTERO EM MULHERES 25 A 64	RAZAO	0,02	0,26
RAZ DE MAMOGRAFIA EM MULH DE 50 A 69 ANOS E A POP FEMININA	RAZAO	0,02	0,20
PROP CURA NAS COORTES DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR	% PERCENTUAL	67,65	80
PROP CURA CASOS NOVOS DE HANSENIASE DIAG NOS ANOS COORTES	% PERCENTUAL	90	90
% DE REAL DAS ANALISES DE VIG DA QUAL DA AGUA,REF COLIFORMES	% PERCENTUAL	35	80

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica



1086	CONSTRUCAO DAS UNIDADES DI. SAUDE - MAC	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	UNIDADE DE SAUDE CONSTRUIDA / ANO	UNIDADES	1
1087	AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADES DE SAUDE - MAC	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	NUMERO DE UNIDADES REVITALIZADAS	UNIDADES	3
2003	FUNCAONAMENTO DA VIGILANCIA SANITARIA	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA SANITARIA	% PERCENTUAL	100
2004	FUNCAONAMENTO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	POPULACAO COBERTA	% PERCENTUAL	100
2008	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2094	FUNCAONAMENTO DA ATENCAO BASICA	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	NUMERO DE CONSULTAS POR HABITANTES	UNIDADES	352453
2096	FUNCAONAMENTO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	POPULACAO COBERTA	% PERCENTUAL	100
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	NAO HA	NAO HA	0
2317	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL	100
2364	JUDICIALIZACAO NA SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ACAO E CIDADANIA	% PERCENTUAL	100
2365	FUNCAONAMENTO DA ATENCAO ESPECIALIZADA, EMERG E HOSPITALAR	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	NUMERO DE CONSULTAS POR HABITANTES	UNIDADES	570000

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016





Programa : 2006 EDUCACAO COM QUALIDADE

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	334.240	Capital	5.917	Total	340.157
------------	-------------------	----------	---------	---------	-------	-------	---------

PROMOVER ACOES QUE CONTRIBUAM PARA A CONTINUIDADE DA PRESTACAO DE SERVICOS PUBLICOS DE QUALIDADE NA AREA DA EDUCACAO, PRIORIZANDO GARANTIR O DESENVOLVIMENTO ACADEMICO, INTELECTUAL E SOCIAL DOS ALUNOS DESTA A PRIMEIRA INFANCIA.

Orgao Resposavel Principal : 06.00.00 SECRETARIA DE EDUCACAO

Indicador :

		Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
NUMERO DE ALUNOS ATENDIDOS.	UNIDADES	42.950	45.926
UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL IMPLANTADAS	UNIDADES	31	34
UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL IMPLANTADAS	UNIDADES	37	37

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
1090 IMPLANTACAO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADE ESCOLAR IMPLANTADA	UNIDADES 0
1091 IMPLANTACAO DE UNID.ESCOLARES DE EDUCACAO INFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADE ESCOLAR IMPLANTADA	UNIDADES 0
2041 FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL.	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	UNIDADES 44
2042 FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA JOVENS E ADULTOS	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	5
2043 FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	2
2058 INCENTIVAR O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS BENEFICIADOS	UNIDADES 930
2059 FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR P/ENS. FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 38056
2077 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE APOIO AOS EDUCADORES	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	UNIDADES 80
2296 FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 2357
2297 FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA O ENS. MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 12102
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE EDUCACAO	NAO HA	0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL 100
2347 FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL - PRE-ESCOLA	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	% PERCENTUAL 17
2348 FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL - CRECHE	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	17
2351 FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO ESCOLAR PARA EDUCACAO INFANTIL - PRE-ESCOLA	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 6608
2352 FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO ESCOLAR PARA EDUCACAO INFANTIL - CRECHE	SECRETARIA DE EDUCACAO	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADES 7817
2369 FUNCIONAMENTO DO ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	UNIDADES ATENDIDAS/UNID.	2

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

CONAM

Programa : 3001 ESPORTE LAZER E QUALIDADE DE VIDA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo : Valor do Programa Corrente 5.660 Capital 56 Total 5.716

PROPORCIONAR ESPACOS ESPORTIVOS COM AMPLIACAO DO ACESSO E COM ORIENTACAO DE PROFISSIONAIS NAS VARIAS MODALIDADES UTILIZANDO O ESPORTE COMO COMPLEMENTACAO NA APRENDIZAGEM, QUALIDADE DE VIDA, DE FORMA SAUVAEL, AUMENTANDO ASSIM A AUTO ESTIMA DA POPULACAO.

Orgao Resposavel Principal : 15.00.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
NUMERO DE PESSOAS ATENDIDAS COM QUALIDADE DE VIDA UNIDADES	2.774	5.114

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	NAO HA	0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL 100
2366 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	MANUTENCAO DAS ATIV E DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS.	% PERCENTUAL 100

Programa : 3003 CULTURA E TURISMO AO ALCANCE DE TODOS

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo : Valor do Programa Corrente 7.106 Capital 67 Total 7.173

FORMULAR E DESENVOLVER POLITICAS PUBLICAS PRESERVANDO O PATRIMONIO NATURAL, DESENVOLVENDO A PRODUCAO ARTISTICA NA VALORIZACAO DOS BENS CULTURAIS CRIANDO ASSIM UM ATRATIVO QUE ESTIMULA O CRESCIMENTO CONTINUO DO MUNICIPIO, COMO POLO TURISTICO QUE CARACTERIZA A SUSTENTABILIDADE ECONOMICA LOCAL.

Orgao Resposavel Principal : 14.00.00 SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
ACOMPANHAR AS EXIGENCIAS DE POLITICAS CULTURAIS % PERCENTUAL	40	70

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL 100
2216 PROMOCAO DE TURISMO SUSTENTAVEL LOCAL	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	MAN. POSTO DE INF. TURISTICAS/CENTRAL DE INF. TUR. MET	UNIDADES 2
2294 CULTURA AO ALCANCE DE TODOS	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	EVENTOS REALIZADOS	UNIDADES 10
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	NAO HA	NAO HA 0

Programa : 4001 GESTAO DE PROTECAO SOCIAL BASICA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	11.503	Capital	574	Total	12.077
------------	-------------------	----------	--------	---------	-----	-------	--------

AMPLIAR O ACESSO DAS FAM EM SIT DE RISCO VULNER SOCIAL FAMILIAR E AO ATENDIMENTO PELA PROTECAO BASICA; QUALIFICAR OS SERVIDORES E PROMOVER SUA ARTICULACAO COM OS BENEFICIOS E TRANSFERENCIA DE RENDA; ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DA REDE DE PROTECAO BASICA E EXPANDI-LA NOS TERRITORIOS DE EXTREMA POBREZA E ESTRUTURAS UNIDADES PUBLICAS.

Orgao Resposavel Principal : 12.00.00 SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL

Indicador :

Indice mais Recente

Indice Futuro 2016

POPULACAO ATENDIDA PELO PROGRAMA

% PERCENTUAL

34.102

41.116

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL
2065 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ATENDIMENTO AO IDOSO - BASICA	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL
2066 MANUT. DE SERV. DE ATEND. A CRIANCA E ADOLESCENTE - BASICA	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL
2067 MANUTENCAO DE SERV. DE ATEND. A ASSIST. COMUNITARIA - BASICA	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL
2072 MANUT DO AUXILIO FINAN AO TRABALHADOR DESEMPREGADO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL
2157 MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL	% PERCENTUAL
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	0



Programa : 4002 GESTAO DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo : CONTEMPLAR ACOES DE ATENDIMENTO, VISANDO A PROTECAO PARA O SEGMENTO DE CRIANCAS, ADOLESCENTE, INDIVIDUOS E FAMILIAS EM SITUACAO DE VIOLACAO DE DIREITOS.

Valor do Programa Corrente 5.625 Capital 1 Total 5.626

Orgao Resposavel Principal : 12.00.00 SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL

Indicador : POPULACAO ATENDIDA PELO PROGRAMA % PERCENTUAL

Indice mais Recente 1.998

Indice Futuro 2016 2.061

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2069 MANUTENCAO DE SERV. DE ATENDIMENTO AO IDOSO - ESPECIAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL % PERCENTUAL	100
2070 MANUT. DE SERVICO DE ATEND A CRIANCA E ADOLESCENTE - ESPECIAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL % PERCENTUAL	100
2071 MANUT. DE SERVICOS DE ATEND. A ASSIST. COMUNITARIA - ESPECIAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL % PERCENTUAL	100
2084 MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL % PERCENTUAL	100
2282 MANUTENCAO E SERVICO DE ATENDIMENTO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVID.DESTINADAS A PROMOCAO SOCIAL % PERCENTUAL	100
2300 PUBLICIDADE LEGAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS % PERCENTUAL	100
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	NAO HA	0
2353 MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS % PERCENTUAL	100
		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO % PERCENTUAL	100

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

CONAM

Programa : 4005 PREVIDENCIA MUNICIPAL

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	62.567	Capital	110	Total	62.677
GERENCIAR RECURSOS PARA O PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO REGIME ESTATUTARIO MUNICIPAL.							

Orgao Resposavel Principal : 24.00.00 INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
INATIVOS E APOSENTADOS BENEFICIADOS	1.181	1.499

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2159 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	ATENDER FILIADOS INGRESSADOS NO RPPS - PG	% PERCENTUAL 100
2162 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO DO IPMPG	% PERCENTUAL 100
2310 PUBLICIDADE LEGAL	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS	% PERCENTUAL 100
2330 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	NAO HA	NAO HA 0

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

CONAM

Programa : 5001 GESTAO ESTRATEGICA DE TRANSPORTE

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	2.100	Capital	1.313	Total	3.413
MELHORAR ACESSIBILIDADE, O CONFORTO E A QUALIDADE DOS SERVICOS DE TRANSPORTE							

Orgao Responsavel Principal : 10.00.00 SECRETARIA DE TRANSPORTE

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
PROJECAO DOS USUARIOS QUE UTILIZAM O SISTEMA DE TRANSPORTE. UNIDADES	16.174.648	17.796.175

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE TRANSPORTE	NAO HA	0
2356 MOBILIDADE URBANA	SECRETARIA DE TRANSPORTE	RED. DA UTIL. DO AUTOMOVEI COMO MEIO TRANSPORTE	2
		NAO HA % PERCENTUAL	



CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

CONAM

Programa : 5002 TRANSFORMACAO URBANA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	3.015	Capital	58.381	Total	61.396
MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE ATRAVES DE INTERVENCOES URBANAS.							

Orgao Resposavel Principal : 09.00.00 SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
URBANIZACAO NOVAS DE AREAS PUBLICAS	0	524.842

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
1088 URBANIZACAO DE NOVAS AREAS PUBLICAS.	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS	VIAS PAVIMENTADAS	M2- METROS QUAD 162223
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL 100
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS	NAO HA	NAO HA 0

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

CONAM

Programa : 5003 HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	1.841	Capital	506	Total	2.347
------------	-------------------	----------	-------	---------	-----	-------	-------

GARANTIR O ATEND.A POP. DE INT. SOCIAL C/ A CONSTRUCAO DE  
DE UNID.HAB.EM CONVENIO COM O GOV.FEDERAL ATRAVES DO PROG.  
MINHA CASA MINHA VIDA E DA REG.FUNDIARIA DOS NUCLEOS URBANO  
S CARENTES PROPORC. MELHORIA NAS CONDICICOES DE VIDA DA POP.  
E RESGATANDO A CIDADNIA DAS FAMILIAS EXCLUIDAS DO CONT.URB.

Orgao Resposavel Principal : 17.00.00 SECRETARIA DE HABITACAO

Indicador :

Indice mais Recente

Indice Futuro 2016

ATENDTO DE FAMILIAS RESIDENTES EM AREAS DE INTERESSE SOCIAL UNIDADES

2.000

3.510

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

1089 CONSTRUCAO,REVITALIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES  
HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

SECRETARIA DE HABITACAO

FAMILIAS ATENDIDAS/UNIDADE

7

2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS

SECRETARIA DE HABITACAO

MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO

% PERCENTUAL

100

2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO

SECRETARIA DE HABITACAO

NAO HA

NAO HA

0

2360 MANUTENCAO DE SERVICOS DIVERSOS DE HABITACAO

SECRETARIA DE HABITACAO

MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ACAO E CIDADANIA

% PERCENTUAL

100

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

CONAM

Programa : 5005 MANUTENCAO URBANA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	148.638	Capital	1.109	Total	149.747
------------	-------------------	----------	---------	---------	-------	-------	---------

GARANTIR A MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS, MANTER, MELHORAR E EXPANDIR A ILUMINACAO PUBLICA DO MUNICIPIO E MANTER A LIMPEZA URBANA E O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DOS RESIDUOS SOLIDOS.

Orgao Responsavel Principal : 11.00.00 SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
% DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOM. URB. COM SERV. DE COL. DE LIXO	100	100
BAIRROS ATENDIDOS PELO PROGRAMA	100	100

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2086 MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS		
2190 GARANTIR A LIMPEZA URBANA E MANTER O ADEQ FUNC DO SIST DE TRATAM E DESTINAC FINAL DOS RESIDUOS SOLID	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES URBANAS DE APOIO	% PERCENTUAL
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	TONELADAS/ANO RECOLHIDAS	T - TONELADAS
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	NAO HA	NAO HA
2342 MANUTENCAO E EXPANSAO DA ILUMINACAO PUBLICA	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL
		REDUCAO DE PONTOS ESCUROS	UNIDADES

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

CONAM

Programa : 6003 RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	1.901	Capital	33	Total	1.934
MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULACAO.							

Orgao Resposavel Principal : 18.00.00 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Indicador :

POPULACAO ATENDIDA PELO PROGRAMA	% PERCENTUAL	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
		30	60

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

NAO HA

NAO HA

0

2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS

% PERCENTUAL

100

2361 GESTAO SOCIOAMBIENTAL

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

MANUTENCAO DOS SERVICOS SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICIPIO

% PERCENTUAL

100

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

CONAM

Programa : 6005 GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo : Valor do Programa Corrente 3.457 Capital 872 Total 4.329

PROMOVER O CRESCIMENTO ECONOMICO SUSTENTAVEL E ESTIMULAR A INOVACAO TECNOLÓGICA, BEM COMO POLITICAS PUBLICAS VOLTADAS A GERACAO DE EMPREGO E RENDA, COM O AUMENTO DO EMPREENDEDORISMO E DA COMPETITIVIDADE DO SETOR PRODUTIVO.

Orgao Responsavel Principal : 21.00.00 SEC DE DES.ECON,CIENCIA TEC E TRABALHO

Indicador :		Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
QUALIFICACAO PROFISSIONAL		1.595	2.800
TRABALHADORES INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	UNIDADES	5.200	6.100
ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES	UNIDADES	1.000	1.360
ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS DE GRADUACAO	UNIDADES	1.000	1.240

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SEC DE DES.ECON,CIENCIA TEC E TRABALHO	NAO HA	0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SEC DE DES.ECON,CIENCIA TEC E TRABALHO	NAO HA	0
2354 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO	SEC DE DES.ECON,CIENCIA TEC E TRABALHO	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL 100
2355 DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA E DA TECNOLOGIA	SEC DE DES.ECON,CIENCIA TEC E TRABALHO	NUMERO DE EMPRESAS INSTALADAS	UNIDADES 15
		BOLSAS DE PESQUISA OFERTADAS	UNIDADES 10



CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

CONAM

Programa : 7002 PROCESSO LEGISLATIVO

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	29.381	Capital	1.982	Total	31.363
MELHORAR AS CONDICÕES DE FUNCIONAMENTO AO LEGISLATIVO, PROPICIANDO UM MELHOR ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS.							

Orgao Responsavel Principal : 01.00.00 PODER LEGISLATIVO

Indicador :

NAO HA INDICADORES

Indice mais Recente

Indice Futuro 2016

0

0

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

1079 AMPLIACAO E REFORMA DAS INSTALACOES DA CAMARA

PODER LEGISLATIVO

OBRAS E REFORMAS REALIZADAS / ANO

% PERCENTUAL

0

2258 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS

PODER LEGISLATIVO

MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO

% PERCENTUAL

0

2298 PUBLICIDADE LEGAL

PODER LEGISLATIVO

DIVULGACAO DE ATOS LEGAIS

% PERCENTUAL

0

2343 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO

PODER LEGISLATIVO

NAO HA

NAO HA

0

Programa : 7003 ADMINISTRACAO SUPERIOR

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	10.357	Capital	700	Total	11.057
PROMOVER O ELO ENTRE OS ORGAOS DA ADMINISTRACAO DIRETA E INDIRETA PROPORCIONANDO MEIOS NECESSARIOS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA MUNICIPALIDADE.							

Orgao Responsavel Principal : 02.00.00 GABINETE DO PREFEITO

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO SUPERIOR	100	100

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	GABINETE DO PREFEITO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL 100
2008 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE GOVERNO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL 100
2023 FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	GABINETE DO PREFEITO	NAO HA	0
2027 CONTRIBUICOES E TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	GABINETE DO PREFEITO	CONTRIBUICOES REALIZADAS	% PERCENTUAL 100
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	GABINETE DO PREFEITO	NAO HA	0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	GABINETE DO PREFEITO	NAO HA	0
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	GABINETE DO PREFEITO	NAO HA	0
2317 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE GOVERNO	NAO HA	0
2357 FORTALECIMENTO DA DEFESA CIVIL	SECRETARIA DE GOVERNO	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL 100
2358 FORTALECIMENTO DA ACAO E CIDADANIA	GABINETE DO PREFEITO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	% PERCENTUAL 100
	GABINETE DO PREFEITO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ACAO E CIDADANIA	% PERCENTUAL 100



Programa : 7004 GESTAO DAS ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo : PROMOVER ACOES QUE VISAM DAR SUSTENTACAO ADMINISTRATIVA, TECNOLOGICA E FINANCEIRA AOS PROGRAMAS FINALISTOS.

Orgao Responsavel Principal : 20.00.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Indicador :

Indicador	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
MANUTENCAO DAS ATIV DE APOIO ADMINIS,TECNO E FINANCEIRO	100	100
ATDITO AS DENUNCIAS FORMULADAS ATRAVES DA OUVIDORIA MUNICIPAL	80	80
CONTROLE DOS PRAZOS DE VALIDADE DOS AVCHS DE EDIF. E COM	90	90
VISTORIAS REALIZADAS PARA EMISSAO DE CARTA DE HABITACAO E/OU	90	90
ESTUDO DE ANALISE DE VIABILIDADE DE REQUERIMENTOS APRESENTADO	100	100
ATEDITO AS METAS ESTIPULADAS PELO GOVERNO DO ESTADO REL.VISA	60	60
ANALISE DE PROJETOS DE APROVACAO DE CONSTRUCAO NOVA/REFORMA	70	70

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

2008	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2008	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE URBANISMO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2008	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2008	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2008	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2008	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2008	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE APOIO	% PERCENTUAL	100
2300	PUBLICIDADE LEGAL	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS	% PERCENTUAL	100
2303	PUBLICIDADE LEGAL	SECRETARIA DE FINANÇAS	PUBLICACAO DE LEIS ORCAMENTARIAS	UNIDADES	1
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	NAO HA	NAO HA	0
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE URBANISMO	NAO HA	NAO HA	0
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	NAO HA	NAO HA	0
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	NAO HA	NAO HA	0
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL	NAO HA	NAO HA	0
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	NAO HA	NAO HA	0
2311	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	NAO HA	NAO HA	0
2317	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL	NAO HA	NAO HA	0
2359	GESTAO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS	SECRETARIA DE FINANÇAS	DIVULGACAO DE ATOS INSTITUCIONAIS	% PERCENTUAL	100
			GRAU DE SATISFACAO DO CONTRIBUINTE	% PERCENTUAL	90

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 8001 TRANSITO RACIONAL

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	10.846	Capital	60	Total	10.906
------------	-------------------	----------	--------	---------	----	-------	--------

PROMOVER A CONSECUCAO DE UM COMPORTAMENTO COLETIVO SEGURO, RESPEITOSO E NAO AGRESSIVO NO TRANSITO. ESTABELECE MELHOR QUALIFICACAO PARA A MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE E SEGURANCA DOS USUARIOS DAS VIAS E CONSOLIDANDO AS ACOES DE FISCALIZACAO, EDUCACAO, OPERACAO E CONTROLE DE USO DOS ESPACOS VIARIOS

Orgao Responsavel Principal : 19.00.00 SECRETARIA DE TRANSITO

Indicador :		Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
EXPANDIR A SINALIZACAO VIARIA	% PERCENTUAL	60	78,75

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
2266 MANUTENCAO DOS SERV ADMINISTRATIVOS DO TRANSITO	SECRETARIA DE TRANSITO	MANUTENCAO DOS SERVICOS MUNICIPAIS DE TRANSITO	% PERCENTUAL 100
2306 PUBLICIDADE LEGAL	SECRETARIA DE TRANSITO	PUBLICACAO DE MULTAS DE TRANSITO REALIZADAS / ANO	% PERCENTUAL 100
2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO	SECRETARIA DE TRANSITO	NAO HA	NAO HA 0
2362 PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E OPERACAO DOS SISTEMAS DE SINALIZACAO, FISCALIZACAO E EDUC. DE TRANSITO	SECRETARIA DE TRANSITO	SINALIZACAO REALIZADA/UNID.	NAO HA 1500

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

CONAM

Programa : 8003 ACOES COMUNITARIAS INTEGRADAS

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	15.872	Capital	279	Total	16.151
------------	-------------------	----------	--------	---------	-----	-------	--------

REDUZIR AS CAUSAS QUE CONTRIBUEM PARA O AUMENTO DA CRIMINALIDADE ATRAVES DE ACOES INTEGRADAS COM TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E OS ORGAOS DE SEGURANCA PUBLICA.

Orgao Resposavel Principal : 23.00.00 SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA

Indicador :

Indice mais Recente

Indice Futuro 2016

BAIRROS ATENDIDOS PELO PROGRAMA

% PERCENTUAL

30

60

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

2311 DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO

SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA

NAO HA

NAO HA

0

2367 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE APOIO A GUARDA CIVIL MUNICIPAL

SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA

MAN DAS ATIV DE APOIO A GUARDA CIVIL MUNICIPAL

% PERCENTUAL

100

2368 SISTEMA OPERACIONAL EQUIPADO

SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA

UNIDADE EQUIPADA

% PERCENTUAL

100

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

CONAM

Programa : 9001 CONTRIBUICAO A UNIAO

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	8.308	Capital	0	Total	8.308
PROMOVER O PAGAMENTO DAS CONTRIBUICOES A UNIAO REFERENTE A O PASEP E FUNSET							

Orgao Resposavel Principal : 20.00.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
PAGAMENTOS REALIZADOS/ANO	12	12

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
0001 PASEP - GERAL	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	REPASSES / ANO	UNIDADES 12
0001 PASEP - GERAL	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	REPASSES / ANO	UNIDADES 12
0002 PASEP - ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	REPASSES / ANO	UNIDADES 12
0003 PASEP - EDUCACAO INFANTIL - PRE ESCOLA	SECRETARIA DE EDUCACAO	REPASSES / ANO	UNIDADES 12
0004 PASEP - EDUCACAO INFANTIL - CRECHE	SECRETARIA DE EDUCACAO	REPASSES / ANO	UNIDADES 12
0006 CONTRIBUICAO AO FUNSET	SECRETARIA DE TRANSITO	REPASSE DE 5% DE MULTAS ARRECADADAS / ANO	% PERCENTUAL 100



CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

CONAM

Programa : 9002 SERVICO DA DIVIDA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	12.677	Capital	24.532	Total	37.209
PROMOVER O PAGAMENTO DO JUROS E AMORTIZACAO DA DIVIDA PUBLICA MUNICIPAL.							

Orgao Resposavel Principal : 03.00.00 SECRETARIA DE FINANÇAS

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
PORCENTAGEM DE PAGAMENTO DA DIVIDA PUBLICA / ANO	100	100
% PERCENTUAL		

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
0007 SERVICO DA DIVIDA INTERNA - GERAL	SECRETARIA DE FINANÇAS	PORCENTUAL DE DIVIDA PAGA/ANO	% PERCENTUAL
			100

CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

CONAM

Programa : 9003 INDENIZACOES

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	12.295	Capital	1.000	Total	13.295
------------	-------------------	----------	--------	---------	-------	-------	--------

DAR CUMPRIMENTO A DECISoes JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO

Orgao Responsavel Principal : 04.00.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Indicador :

PORCENTAGEM DE PAGAMENTO DE PRECATORIOS / ANO	% PERCENTUAL	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
		100	100

Acao

Orgao Executor

Produto / Unidade de Medida

Meta Fisica

0008 PRECATORIOS GERAIS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

PAGAMENTO CREDITORES INSCRITOS NO MAPA DE PRECATORIO % PERCENTUAL

100

0008 PRECATORIOS GERAIS

INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE

PAGAMENTO CREDITORES INSCRITOS NO MAPA DE PRECATORIO % PERCENTUAL

100

0012 R.P.V.S. - REQUISITORIOS DE PEQUENO VALOR

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

PRECATORIOS PQ.VALOR

PRECATORIOS PQ.

0



CN-SIFPM

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

CONAM

ELABORACAO DA LDO-2016

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

Programa : 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

Objetivo :	Valor do Programa	Corrente	53.584	Capital	0	Total	53.584
1 - CAPITALIZAR RECURSOS PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL.							
2 - COBRIR PASSIVOS CONTINGENTES E/OU SUPRIR NECESSIDADES O RCAMENTARIAS							

Orgao Resposavel Principal : 20.00.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Indicador :	Indice mais Recente	Indice Futuro 2016
NAO HA INDICADORES	0	0

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA OU DO RPPS	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	NAO HA	NAO HA 0
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA OU DO RPPS	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	NAO HA	NAO HA 0

Valores expressos em R\$ milhares medios / 2015

ORGAOS		A C O E S				
		PROJETOS	ATIVIDADES	OPER. ESP.	TOTAL	
02.00.00	GABINETE DO PREFEITO	0	11.057	0	11.057	
03.00.00	SECRETARIA DE FINANÇAS	0	0	37.209	37.209	
04.00.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0	0	13.295	13.295	
05.00.00	SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	2.134	217.507	0	219.641	
06.00.00	SECRETARIA DE EDUCACAO	3.690	336.467	0	340.157	
09.00.00	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS	58.324	3.072	0	61.396	
10.00.00	SECRETARIA DE TRANSPORTE	0	3.413	0	3.413	
11.00.00	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS	0	149.747	0	149.747	
12.00.00	SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	0	17.703	0	17.703	
14.00.00	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	0	7.173	0	7.173	
15.00.00	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	0	5.716	0	5.716	
17.00.00	SECRETARIA DE HABITACAO	506	1.841	0	2.347	
18.00.00	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	0	1.934	0	1.934	
19.00.00	SECRETARIA DE TRANSITO	0	10.906	0	10.906	
20.00.00	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	53.584	77.471	8.308	139.363	
21.00.00	SEC DE DES.ECON,CIENCIA TEC E TRABALHO	0	4.329	0	4.329	
23.00.00	SEC. DE ASSUNTOS DE SEGURANCA PUBLICA	0	16.151	0	16.151	
01.00.00	PODER LEGISLATIVO	200	31.163	0	31.363	
24.00.00	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNIC.PRAIA GRANDE	0	62.677	0	62.677	
TOTAL		118.438	958.327	58.812	1.135.577	
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES :		977.767	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL:	104.226	TOTAL DA RESERVA DE CONTINGENCIA :	53.584



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo

Em 12 de Junho de 2.015.

**OFÍCIO GPC-L Nº 127/15**

SENHOR PREFEITO:

Com os meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso Autógrafo Lei Complementar nº 09/15, relativo ao Projeto de Lei Complementar nº 08/15, de autoria desse Executivo Municipal, o qual veio a esta Casa capeado pela Mensagem nº 14/2015 e que “**dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências**”, aprovado em Segunda Discussão por ocasião da Décima Nona Sessão Ordinária, da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura, realizada no dia 10 do corrente mês.

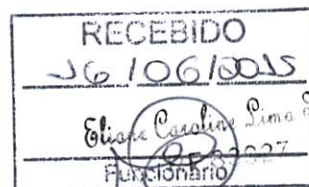
Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e real apreço.

Atenciosamente,

  
**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente

CÓPIA

Excelentíssimo Senhor  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
DD. Prefeito da Estância Balneária de  
PRAIA GRANDE





# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

**Matéria : PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08/15-PROCESSO Nº 060/15**  
**Autoria : EXECUTIVO MUNICIPAL**

**Ementa : Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.**

Reunião : 19ª Sessão Ordinária  
Data : 10/06/2015 - 22:36:36 às 22:37:25  
Tipo : Nominal  
Turno : 2ª Votação  
Quorum : Maioria Absoluta  
Condição : 9 votos Sim  
Total de Presentes : 16 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ANTONIO CARLOS REZENDE	PSDB	Sim	22:36:41
2	ANTONIO EDUARDO SERRANO	PROS	Sim	22:37:00
3	BENEDITO RONALDO CESAR	PMDB	Sim	22:36:51
5	CARLOS EDUARDO G KARAN	PDT	Nao	22:36:59
6	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Sim	22:36:47
7	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PPS	Sim	22:36:43
8	EUVALDO REIS S MENEZES	PTN	Sim	22:36:53
9	FRANCISCO RODRIGUES B NETO	PMDB	Sim	22:36:49
10	JANAINA BALLARIS	PT	Nao	22:36:41
11	MARCELINO SANTOS GOMES	PPS	Sim	22:36:41
12	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Sim	22:36:56
27	ORRARA FIRMINO DOS SANTOS	PHS	Sim	22:37:02
13	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Sim	22:37:07
14	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Não Votou	
15	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PRTB	Não Votou	
16	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSB	Não Votou	
17	TATIANA TOSCHI MENDES	PSD	Nao	22:37:04

<u>Totais da Votação :</u>	SIM	NÃO	TOTAL
	11	3	14
	78,57%	21,43%	
<u>Resultado da Votação :</u>	APROVADO		

Mesa Diretora da Reunião :

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO





# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

**Matéria : EMENDA Nº 01**

**Autoria : CARLOS EDUARDO G KARAN**

**Ementa : Emenda nº 01 - Inclui como prioridade na peça orçamentária de 2016, o programa "Gestão da destinação de resíduos sólidos."**

**Reunião :** 19ª Sessão Ordinária  
**Data :** 10/06/2015 - 20:58:17 às 20:59:21  
**Tipo :** Nominal  
**Turno :** Único  
**Quorum :** Maioria Absoluta  
**Condição :** 9 votos Sim  
**Total de Presentes :** 16 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ANTONIO CARLOS REZENDE	PSDB	Nao	20:58:28
2	ANTONIO EDUARDO SERRANO	PROS	Nao	20:58:27
3	BENEDITO RONALDO CESAR	PMDB	Nao	20:58:36
5	CARLOS EDUARDO G KARAN	PDT	Sim	20:58:59
6	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Nao	20:59:02
7	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PPS	Nao	20:58:27
8	EUVALDO REIS S MENEZES	PTN	Nao	20:58:25
9	FRANCISCO RODRIGUES B NETO	PMDB	Nao	20:58:32
10	JANAINA BALLARIS	PT	Sim	20:58:53
11	MARCELINO SANTOS GOMES	PPS	Nao	20:58:26
12	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Nao	20:58:28
27	ORRARA FIRMINO DOS SANTOS	PHS	Nao	20:58:32
13	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Nao	20:58:35
14	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Não Votou	
15	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PRTB	Não Votou	
16	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSB	Não Votou	
17	TATIANA TOSCHI MENDES	PSD	Sim	20:58:57

<b>Totais da Votação :</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>TOTAL</b>
	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>14</b>
	<b>21,43%</b>	<b>78,57%</b>	

**Resultado da Votação : REJEITADO**

**Mesa Diretora da Reunião :**

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
1º SECRETÁRIO



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

**Matéria : EMENDA Nº 02 (Karan) e EMENDA Nº 05 (Janaina)**

**Ementa : Emenda nº 02 - Inclui como prioridade na peça orçamentária de 2016, o programa "Criação de planos de carreira, capacitação profissional e elevação funcional de servidores públicos."**  
**- Emenda nº 05 - Inclui como prioridade na peça orçamentária de 2016, o programa "Concessão de benefícios aos servidores e capacitação profissional de servidores."**

Reunião : 19ª Sessão Ordinária  
Data : 10/06/2015 - 21:22:15 às 21:24:15  
Tipo : Nominal  
Turno : Único  
Quorum : Maioria Absoluta  
Condição : 9 votos Sim  
Total de Presentes : 16 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ANTONIO CARLOS REZENDE	PSDB	Nao	21:22:21
2	ANTONIO EDUARDO SERRANO	PROS	Nao	21:22:31
3	BENEDITO RONALDO CESAR	PMDB	Nao	21:22:30
5	CARLOS EDUARDO G KARAN	PDT	Sim	21:23:33
6	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Nao	21:23:12
7	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PPS	Nao	21:23:06
8	EUVALDO REIS S MENEZES	PTN	Nao	21:23:21
9	FRANCISCO RODRIGUES B NETO	PMDB	Nao	21:22:28
10	JANAINA BALLARIS	PT	Sim	21:22:58
11	MARCELINO SANTOS GOMES	PPS	Nao	21:22:30
12	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Nao	21:23:06
27	ORRARA FIRMINO DOS SANTOS	PHS	Nao	21:22:47
13	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Nao	21:22:37
14	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Não Votou	
15	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PRTB	Não Votou	
16	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSB	Não Votou	
17	TATIANA TOSCHI MENDES	PSD	Sim	21:24:02

<u>Totais da Votação :</u>	SIM	NÃO	TOTAL
	3	11	14
	21,43%	78,57%	

Resultado da Votação : REJEITADO

Mesa Diretora da Reunião :

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO





# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

**Matéria : EMENDA Nº 03**

**Autoria : CARLOS EDUARDO G KARAN**

**Ementa : Emenda nº 03 - Inclui como prioridade na peça orçamentária de 2016, o programa "Ampliação da política pública de combate às drogas, através de convênios com comunidades terapêuticas da Baixada Santista."**

Reunião : 19ª Sessão Ordinária  
Data : 10/06/2015 - 21:41:46 às 21:42:25  
Tipo : Nominal  
Turno : Único  
Quorum : Maioria Absoluta  
Condição : 9 votos Sim  
Total de Presentes : 16 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ANTONIO CARLOS REZENDE	PSDB	Nao	21:41:53
2	ANTONIO EDUARDO SERRANO	PROS	Nao	21:42:03
3	BENEDITO RONALDO CESAR	PMDB	Nao	21:42:07
5	CARLOS EDUARDO G KARAN	PDT	Sim	21:42:03
6	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Nao	21:42:08
7	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PPS	Nao	21:41:59
8	EUVALDO REIS S MENEZES	PTN	Nao	21:41:50
9	FRANCISCO RODRIGUES B NETO	PMDB	Nao	21:42:00
10	JANAINA BALLARIS	PT	Sim	21:42:00
11	MARCELINO SANTOS GOMES	PPS	Nao	21:42:03
12	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Nao	21:42:12
27	ORRARA FIRMINO DOS SANTOS	PHS	Nao	21:42:11
13	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Nao	21:42:02
14	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Não Votou	
15	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PRTB	Não Votou	
16	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSB	Não Votou	
17	TATIANA TOSCHI MENDES	PSD	Sim	21:41:59

<u>Totais da Votação :</u>	SIM	NÃO	TOTAL
	3	11	14
	21,43%	78,57%	

Resultado da Votação : REJEITADO

Mesa Diretora da Reunião :

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
1º SECRETÁRIO



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

**Matéria : EMENDA Nº 04**

**Autoria : CARLOS EDUARDO G KARAN**

**Ementa : Emenda nº 04 - Inclui como prioridade na peça orçamentária de 2016, o programa "Criação de parques industriais, através da desapropriação de grandes áreas subutilizadas ou não utilizadas e instituição do imposto progressivo, visando estimular o uso social de grandes propriedades não utilizadas ou subutilizadas."**

Reunião : 19ª Sessão Ordinária  
Data : 10/06/2015 - 22:04:54 às 22:06:50  
Tipo : Nominal  
Turno : Único  
Quorum : Maioria Absoluta  
Condição : 9 votos Sim  
Total de Presentes : 16 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ANTONIO CARLOS REZENDE	PSDB	Nao	22:05:21
2	ANTONIO EDUARDO SERRANO	PROS	Nao	22:05:46
3	BENEDITO RONALDO CESAR	PMDB	Nao	22:05:17
5	CARLOS EDUARDO G KARAN	PDT	Sim	22:05:57
6	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Nao	22:05:58
7	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PPS	Nao	22:05:57
8	EUVALDO REIS S MENEZES	PTN	Nao	22:05:01
9	FRANCISCO RODRIGUES B NETO	PMDB	Nao	22:06:07
10	JANAINA BALLARIS	PT	Sim	22:05:38
11	MARCELINO SANTOS GOMES	PPS	Nao	22:05:10
12	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Nao	22:06:40
27	ORRARA FIRMINO DOS SANTOS	PHS	Nao	22:05:22
13	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Nao	22:05:08
14	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Não Votou	
15	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PRTB	Não Votou	
16	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSB	Não Votou	
17	TATIANA TOSCHI MENDES	PSD	Sim	22:05:20

<u>Totais da Votação :</u>	SIM	NÃO	TOTAL
	3	11	14
	21,43%	78,57%	
<u>Resultado da Votação :</u>	REJEITADO		

Mesa Diretora da Reunião :

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

**Matéria : EMENDA Nº 06**  
**Autoria : JANAINA BALLARIS**

**Ementa : Emenda nº 06 - Inclui como prioridade na peça orçamentária de 2016, o programa "Regularização fundiária."**

Reunião : 19ª Sessão Ordinária  
Data : 10/06/2015 - 22:27:13 às 22:27:51  
Tipo : Nominal  
Turno : Único  
Quorum : Maioria Absoluta  
Condição : 9 votos Sim  
Total de Presentes : 16 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ANTONIO CARLOS REZENDE	PSDB	Nao	22:27:27
2	ANTONIO EDUARDO SERRANO	PROS	Nao	22:27:33
3	BENEDITO RONALDO CESAR	PMDB	Nao	22:27:25
5	CARLOS EDUARDO G KARAN	PDT	Sim	22:27:35
6	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Nao	22:27:27
7	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PPS	Nao	22:27:25
8	EUVALDO REIS S MENEZES	PTN	Nao	22:27:25
9	FRANCISCO RODRIGUES B NETO	PMDB	Nao	22:27:30
10	JANAINA BALLARIS	PT	Sim	22:27:28
11	MARCELINO SANTOS GOMES	PPS	Nao	22:27:23
12	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Nao	22:27:25
27	ORRARA FIRMINO DOS SANTOS	PHS	Nao	22:27:33
13	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Nao	22:27:24
14	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Não Votou	
15	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PRTB	Não Votou	
16	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSB	Não Votou	
17	TATIANA TOSCHI MENDES	PSD	Sim	22:27:40

<u>Totais da Votação :</u>	SIM	NÃO	TOTAL
	3	11	14
	21,43%	78,57%	
<u>Resultado da Votação :</u>	REJEITADO		

Mesa Diretora da Reunião :

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO



**AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
DIA 18 DE MAIO DE 2015 – ÀS 15:00 HORAS  
PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL**



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**

Est. São Paulo

Audiência Pública

Projeto de Lei Complementar das Diretrizes Orçamentárias para 2016

Dia 18 de Maio de 2015, às 15 horas

Nome	Empresa	Endereço	Fone
	Comuna		
Antonio Carlos RERENDI			3 4 76 11200
Francis Rm. Bomto 25			78023583
Carlos Pastorello	Câmara		3476-1830
Leij André: Eremm			32613745
Ana Maria T. de Souza			981223668
Elisângela A. J. Barbosa			38144227
ROBERTO ANDRADE e SILVA			3476.1745
CARLOS KARAN			997212355
Caio Barbosa			99763 2777

**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**

Est. São Paulo

Audiência Pública

Projeto de Lei Complementar das Diretrizes Orçamentárias para 2016

Dia 18 de Maio de 2015, às 15 horas

Nome	Empresa	Endereço	Fone
Andressa Maria de Aguiar	Prof		3496 2209
Aparecida Regina de	"		3496 2209
Cristino Mota	Pereiras		3496 2215
Benedicto Eládio F. Sales	Pereira		3496 2215
Evani Augusto e Silva	Prefeitura		3496 2058
Tatiana T. M. Mendes	Camione		3496 - 1232
NELIO A. DELL'ARTINO	PREFEITURA		3496 - 2127
Ruth dos S. J. da Silva			3476 - 1500
Damaris C. Maculon	Prefeitura		3496 5091



## Est. São Paulo

Audiência Pública

Projeto de Lei Complementar das Diretrizes Orçamentárias para 2016

Dia 18 de Maio de 2015, às 15 horas

Nome

Empresa

Endereço

Fone

ODEMIR PEREIRA DA SILVA

PREFEITURA

3496-5629

MAZCO A de SOUSA

Chamaza

3476/743